



Marcelo Capello Martins

**Propaganda e Discurso:
a mentira e a violência discursiva em Hannah Arendt**

Dissertação de mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Edgar de Brito Lyra Netto

Rio de Janeiro
Abril de 2022



Marcelo Capello Martins

**Propaganda e Discurso:
a mentira e a violência discursiva em Hannah Arendt**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Edgar de Brito Lyra Netto

Orientador
Departamento de filosofia – PUC-Rio

Prof. Pedro Duarte de Andrade

Departamento de filosofia – PUC-Rio

Prof. André de Macedo Duarte

UFPR

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Marcelo Capello Martins

Graduou-se em filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2019. Integra os grupos de pesquisa: Pensar sem Corrimão PUC-Rio, GEP Filosofia da Tecnologia; Núcleo de Pensamento Moderno da PUC-Rio. Tornou-se *Member-At-Large* da *Media Ecology Association* em 2022. Seus principais interesses de pesquisa são filosofia política, a filosofia da tecnologia e a ecologia das mídias.

Ficha Catalográfica

Martins, Marcelo Capello

Propaganda e discurso : a mentira e a violência discursiva em Hannah Arendt / Marcelo Capello Martins ; orientador: Edgar de Brito Lyra Netto. – 2022.

132 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2022.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Propaganda. 3. Hannah Arendt. 4. Mentira. 5. Violência discursiva. 6. Compreensão. I. Netto, Edgar de Brito Lyra. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Edgar Lyra por me dar a confiança de escrever este trabalho e dedicar seu tempo e atenção à leitura, sugestões e discussões do mesmo. Seus ensinamentos datam desde a graduação e contribuíram mais do que eu poderia descrever para minha formação como estudante, professor e indivíduo. Aos professores André Duarte e Pedro Duarte, que fizeram parte da banca, deixo meu mais sincero agradecimento pela leitura atenta, os elogios, e, acima de tudo, pela enorme generosidade de se interessarem pelo tema e por se disporem a pensar junto comigo os problemas que busquei analisar. Agradeço à Elsa Buadas, por aceitar ser suplente e por contribuir em diversas ocasiões para a discussão desta dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço ao CNPq, pelo auxílio a esta pesquisa, e à PUC-Rio, instituição que sempre me acolheu. Estendo esse agradecimento a todos os professores do departamento de filosofia da PUC-Rio e a todos os outros professores a quem tive a honra de ser aluno em minha trajetória de vida.

O desenvolvimento dessa pesquisa começou em 2020 e, portanto, coincidiu com o início da pandemia de COVID-19. Foram tempos muito solitários, mas que graças a diversas pessoas nunca estive sozinho; pessoas que foram imprescindíveis não apenas para este trabalho, mas para a minha vida nos últimos dois anos. Agradeço à minha família por estar sempre junto comigo e me apoiando (incluindo Sirius, Teka e Billy) e, em especial, ao meu pai, Avelino, e minha mãe, Rita. Agradeço aos parceiros de longuíssima data Montova, Wendel e Lucas, por estarem sempre animados em se reunir e por entrarem nas minhas viagens filosóficas de forma divertida. Agradeço à Marina Michelis, por sempre estar presente, ainda que tão distante, e por sempre ser tão gentil. Agradeço aos colegas do GEP Pensar sem corrimão da PUC-Rio e do GEP Filosofia da Tecnologia, pelo prazer de compartilhar meus estudos e conviver com vocês durante esse período. Agradeço a todos os colegas da pós-graduação na PUC-Rio, em especial aos amigos do início do NUPEM, por sempre proporcionarem uma convivência fantástica e divertida.

Sempre que eu puder transpor as distâncias impostas pela vida, receberei todas essas pessoas com um abraço apertado.

O agradecimento mais especial de todos é para os amigos do grupo CAPHILOS. Eu não poderia estar mais bem acompanhado. Por todas as bebedeiras, online ou presenciais, pela conversa fiada, pelos encontros, pelas risadas e pelas emoções compartilhadas, agradeço com todo o meu amor a Arthur Moraes, Ariel Manela, Anna França, Elan Marinho, Felipe Gomes, Giovanna Mello, Glenda Varotto, Joaquim Pedro, Lia Weltman, Lucas Rezende, Matheus Baliú, Maria Antônia Araújo, Thamyres Magalhães, Thiago Oliveira, Tobias Marconde, Yan Machado e Zaatar “Zazá” Manela.

Escrevi este trabalho tratando de ideologia, propaganda, clichês e alguns outros incômodos. Certamente não estou alheio a nada disso. Portanto, é justo mencionar a maldita ideologia cuja propaganda vem me conquistando e me fazendo sofrer desde 1998, mas que não tenho planos de abandonar ou deixar de repetir seus clichês. Obrigado, Club de Regatas Vasco da Gama.

Resumo:

Martins, Marcelo Capello; Lyra Netto, Edgar. **Propaganda e Discurso: a mentira e a violência discursiva em Hannah Arendt**. Rio de Janeiro, 2022. XXX p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação visa relacionar as considerações de Hannah Arendt sobre a propaganda e a sua teoria da ação, tendo em vista a corrupção do discurso pela violência e o uso da mentira como formas de inviabilizar a política. Por mais que Arendt nunca tenha apresentado uma definição de propaganda, o termo é recorrente em seus textos e, em muitos casos, está conectado com conceitos mais frequentemente estudados na obra da autora, como a violência, a ação, a ideologia e outros. A pesquisa começa com uma abordagem aos primeiros textos arendtianos com menção à propaganda, em geral relacionados à ascensão e domínio dos regimes totalitários. Em seguida, trata da importância da propaganda dentro do totalitarismo, tendo em vista as características essenciais desta nova forma de governo. A pesquisa segue para o tema da mentira, tendo como preocupação central os danos que ela pode trazer à política. Seguindo com a mesma preocupação, a dissertação passa à discussão do que denominamos violência discursiva, isto é, a perversão do discurso através da propaganda. Por fim, a dissertação traz as preocupações de Arendt para a atualidade, traçando relações entre a obra da filósofa e pensadores contemporâneos que abordam a atual crise de informação e confiabilidade.

Palavras-chave

Propaganda; Hannah Arendt; mentira; violência discursiva; compreensão

Abstract:

Martins, Marcelo Capello; Lyra Netto, Edgar. **Propaganda and Speech: lying and speech violence according to Hannah Arendt**. Rio de Janeiro, 2022. XXX p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation sought to relate Hannah Arendt's considerations on propaganda and her theory of action, taking into account the corruption of speech through violence and the use of lies as ways of inhibiting politics. Even though Arendt never presented a definition of propaganda, the term is recurrent in her writings, and in many cases is connected with concepts more frequently studied in the author's work, such as violence, action, ideology, and others. The research begins with an approach to the first Arendtian texts with mentions to propaganda, generally related to the ascension and domain of the totalitarian regimes. Next, it discusses the relevance of propaganda within totalitarianism, considering the essential characteristics of this new form of government. The research then goes to the theme of lying, the main concern being the damage that it can have on politics. With the same concern, the dissertation then discusses what we are naming "speech violence", which means the perversion of speech through propaganda. In the last part, the dissertation brings Arendt's concerns to current days, drawing relations between the philosopher's work and some contemporary thinkers who discuss the current information and trust crises.

Key Words:

Propaganda; Hannah Arendt; lying; speech violence; understanding

Sumário

Introdução	9
1. Prolepse: a disparidade entre o totalitarismo e o século XXI	16
2. Arendt e a propaganda: caminhos para <i>Origens do Totalitarismo</i>	24
2.1 A propaganda nos <i>Escritos Judaicos</i>	26
2.2 A propaganda nos ensaios de compreensão	31
3. Totalitarismo: propaganda e a nova forma de governo	44
3.1 Massas, ideologia e terror	44
3.2 A propaganda totalitária	56
3.3 Propaganda e organização totalitária	63
4. A mentira: propaganda como forma de ação	70
4.1 A verdade fatural	70
4.2 O mentiroso	78
4.3 A plateia e a política	83
4.4 O contador de verdades	85
5. A corrupção do discurso	88
5.1 O discurso e a singularidade humana	89
5.2 Violência e mudez: apenas uma mera conversa	92
5.3 Contar a história: os esforços de compreender	100
5.4 Doutrinação: a violência discursiva e as barreiras da compreensão	106
6. Mentira e violência discursiva em novos tempos sombrios	114
Conclusão	127
Referências Bibliográficas	129

Introdução

Durante quase todo o século passado, a propaganda política foi tema de discussão em diversas áreas do conhecimento. São muitos os estudos em psicologia, sociologia, história e vários outros campos. As razões para o tema ganhar tamanha importância variam, mas estão em grande parte ligadas aos eventos históricos do século XX, em especial após a Segunda Guerra Mundial e o advento do totalitarismo. Na área da filosofia, o tema foi um pouco menos trabalhado, mas ainda assim foi discutido. Por exemplo, Theodor Adorno e Max Horkheimer tratam da questão eventualmente ao abordarem a indústria cultural e assuntos avizinados.¹ Alguns pensadores que tangenciam a filosofia também abordam o problema. Jacques Ellul, por exemplo, em seus estudos sobre a técnica dedica até mesmo um livro inteiro para tratar da propaganda.² Há também os casos de George Orwell,³ na literatura, e Wilhelm Reich,⁴ com forte base na psicologia. Até mesmo Friedrich Hayek, voltado para questões de economia e liberalismo, dedica um capítulo de seu livro *O Caminho da Servidão* para tratar da propaganda no totalitarismo⁵.

Esta pesquisa propõe um estudo sobre a propaganda partindo de uma filósofa que não tratou do tema tão diretamente como alguns dos pensadores mencionados acima, mas que possui considerações peculiares a respeito dele. Hannah Arendt é uma pensadora incontornável para qualquer pessoa que se interesse em estudar a sério o fenômeno do *totalitarismo*. Sua obra é referência no assunto e sua trajetória de vida é marcada pelos eventos do século passado envolvendo o totalitarismo, sobretudo no que se refere ao regime nazista.

¹ Ver: ADORNO; HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

² Trata-se de um livro difícil de enquadrar em apenas uma área do conhecimento, visto sua abordagem multidimensional sobre o tema. Ver: ELLUL. *Propaganda; the formation of men's attitudes*. New York: Vintage, 1973.

³ No caso de Orwell, a questão da propaganda aparece de diversas formas em seus romances e ensaios. Além dos clássicos *1984* e *A Revolução dos Bichos*, ver: ORWELL. *O Que é Facismo?: e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

⁴ Ver uma das principais obras do autor: REICH. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

⁵ Ver o capítulo *O Fim da Verdade*, em: HAYEK. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

Para além deste tema, Arendt é uma das pensadoras mais relevantes para a *filosofia política* no século passado, trazendo diversas contribuições para o campo e influenciando muitos pensadores que vieram após ela. A filósofa possui uma obra marcante, com livros complexos e diversos conceitos articulados de forma muito autoral. Para citar apenas cinco entre os que serão determinantes nessa pesquisa, temos os conceitos de violência, compreensão, ação, ideologia e discurso. Arendt desenvolve mais uma vasta gama de conceitos ao longo de sua jornada, sendo natural que alguns sejam menos lembrados e menos discutidos entre os estudiosos arendtianos.

Primeiramente, poderíamos discutir se “propaganda” é de fato um conceito na obra da autora. Afinal, em nenhum momento ela parece oferecer uma definição clara do termo, diferentemente de quando trata de “ideologia”, por exemplo. Enquanto a ideia de violência possui uma obra exclusiva destinada ao seu estudo, o clássico *Sobre a Violência*, Arendt não dedica muitos textos para tratar da propaganda como tema principal. Por outro lado, o termo “propaganda” é diversas vezes mencionado na obra arendtiana e, em muitos casos, em parágrafos marcantes e diretamente ligados ao núcleo das reflexões sobre política da autora.

O objetivo dessa pesquisa é apresentar as considerações de Hannah Arendt sobre a propaganda através de uma análise de passagens cruciais a respeito do tema e, com isso, mostrar como ele está conectado às noções mais relevantes da filosofia política da autora, sobretudo à noção de discurso. A leitura dos textos de Arendt pode sugerir que a propaganda é um conceito apenas secundário, pouco relevante para as ideias mais marcantes da filósofa. Esta pesquisa tenta apresentar a propaganda de uma forma diferente, tendo-a como protagonista e mostrando como ela apresenta uma conexão entre conceitos muito mais conhecidos da obra da pensadora. Isso nos possibilita estudar os impactos da mentira no campo da política e chegar à origem do que chamaremos de violência discursiva, tendo como motivação as várias crises de informação, de comunicação e de confiabilidade que enfrentamos em tempos recentes.

Em outras palavras, estamos lidando com algumas interrogações específicas que se entrelaçam: como os conceitos formulados por Hannah Arendt ao longo de sua obra nos ajudam a olhar para a propaganda política como um objeto digno de atenção? O que o estudo da propaganda pode fornecer como instrumento para lidar

com nossas *dificuldades discursivas atuais*? Em última instância, ao olharmos para a propaganda com lentes arendtianas, o que vamos ser capazes de ver?

Essa análise apresenta uma faceta pouco explorada da filosofia política da pensadora judia-alemã, uma faceta que tem o discurso como elemento principal. Há um número significativo de artigos que se valem das considerações de Arendt sobre o totalitarismo para tratar da questão propagandística na atualidade. Alguns utilizam as noções que a pensadora formulou para refletir sobre problemas muito mais contemporâneos, como os casos de *fake news*.⁶ Seguindo esta linha, acredito que uma análise ainda mais ampla sobre a propaganda dentro da obra arendtiana pode contribuir fortemente para estas questões de nossos tempos. O diferencial que essa pesquisa traz reside na hipótese de que há uma relação profunda entre a propaganda e a teoria da ação - uma relação notavelmente conflituosa, isto é, *a propaganda representa uma interdição da política, ao romper com o senso comum e com os fatos, e uma corrupção do discurso, ao preenchê-lo com violência e clichês*.

Para dar início à pesquisa, será ainda preciso fazer uma ressalva. É comum vermos comparações entre as crises atuais, movidas em grande parte pela ascensão da extrema direita na política global, com o totalitarismo do século passado. Como foi indicado, essa pesquisa é de fato motivada pelas crises atuais e, certamente, visa trazer contribuições para abordá-las através de um olhar para o passado recente presente nas obras de Arendt. Contudo, não se trata de sobrepor o contexto das considerações arendtianas ao atual, ou seja, não se trata de defender uma simples repetição de aspectos totalitários do passado. A atual crise de informação, os novos discursos de ódio e as diversas teorias conspiratórias contemporâneas são elementos dotados de particularidades próprias, com um certo ineditismo, ainda que ressoem elementos totalitários. Por esse motivo, o primeiro capítulo apresentará alguns fatores que evidenciam as diferenças entre os tempos de Arendt e os nossos e apontará brevemente para as questões da atualidade que motivam essa pesquisa. Além disso, veremos de forma sumária como a questão da propaganda e os conceitos que a cercam sofreram mudanças significativas em comparação aos regimes totalitários de outrora. É importante começar com esta ressalva para que possamos fazer uma análise da obra de Arendt sem nos comprometermos a realizar

⁶ Ver, por exemplo, o artigo de Ana Frazão que faz referências às *fake news*:

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/o-negocio-das-fake-news-e-suas-repercussoes-22072020>

saltos para o presente e indicar, sem lastro, semelhanças e conexões entre as diferentes épocas o tempo todo. Somente após esses cuidados será possível passar ao capítulo 2 e iniciar o rastreamento do termo “propaganda” nos primeiros escritos arendtianos.

A relação de Arendt com a propaganda é, não obstante o que foi dito sobre os principais conceitos de sua obra, muito próxima. Em 1933, após o incêndio no Parlamento Alemão, Arendt começou a coletar material propagandista antissemita. Essa tarefa foi levada a termo a pedido de seu amigo Kurt Blumenfeld, que era fortemente envolvido em uma organização sionista e uma grande inspiração para a filósofa. Dessa forma, Arendt teve contato com material primário de propaganda durante a ascensão nazista. Como estudaremos na seção 2.1, esse primeiro contato gerou considerações interessantes sobre o tema em alguns textos da autora relacionados à questão judaica, nos anos de 1930 e 1940. Também em textos menos referentes à questão judaica, mas voltados ao estudo do totalitarismo, Arendt também apresenta reflexões importantes para a propaganda. Estes textos serão estudados na seção 2.2.

Apesar deste contato inicial com a propaganda antissemita, o momento em que Arendt mais dá atenção ao tema em toda a sua obra é em *Origens do Totalitarismo*, na seção intitulada *A Propaganda Totalitária*, que dá início ao segundo capítulo da terceira parte do livro. É nesta seção que encontramos o núcleo mais concentrado de considerações arendtianas sobre a propaganda. Contudo, mesmo sendo de extrema relevância, esta seção não dá conta de toda a dimensão da propaganda que visamos estudar, pois pouco esclarece sobre as relações entre a propaganda e o discurso. O capítulo 3 desta dissertação visa consolidar as características essenciais do totalitarismo e apontar qual é o papel da propaganda dentro da estrutura discursiva totalitária.

Sendo assim, os capítulos 2 e 3 servem como pontos de partida para os tópicos que realmente nos interessam, a começar pelo tema a ser estudado no capítulo 4: *a mentira*. Na medida em que abordamos o tema do totalitarismo, teremos as bases necessárias para prosseguir com esta discussão, que terá como principal guia o texto *Verdade e Política*. Ficará muito claro, ao final do capítulo 3, que a propaganda totalitária está diretamente ligada à mentira, à negação dos fatos e à construção de uma nova realidade. Esta descrição permite que nossa discussão avance para um ponto que transcende a propaganda e que é de suma importância filosófica, uma vez

que a mentira na política é um tema recorrente na filosofia. O capítulo 4 nos permitirá conectar a noção de propaganda com a teoria da ação de Arendt, desenvolvida principalmente na grande obra *A Condição Humana*.

A partir da ligação entre propaganda e discurso proporcionada pelo texto *Verdade e Política*, passamos adiante para o capítulo 5 e analisamos alguns pontos da famosa obra *A Condição Humana*. Diversos aspectos deste livro serão antecipados superficialmente nos capítulos anteriores, aspectos que serão aprofundados nas primeiras seções deste capítulo. A noção de discurso será primeira e cuidadosamente estudada, tendo em vista o seu papel fundamental para a pluralidade humana, que é condição necessária para a política. Como veremos, o discurso é um fator de distinção entre os humanos e permite o debate e a conexão entre diferentes agentes. Este ponto será tratado na seção 5.1 e, ao final dela, ficará claro que o discurso é capaz de gerar união e, portanto, gerar o que Arendt chama de “poder”.

A seção 5.2 será de suma importância para este trabalho, pois finalmente trataremos da *violência discursiva*. Ora, a violência é o oposto do poder. Sendo assim, poderia haver violência mediada através do discurso? Diferentemente de todos os textos analisados nos capítulos anteriores, *A Condição Humana* contém apenas uma única menção ao termo “propaganda”. No entanto, é esta a menção mais importante ao termo em toda esta pesquisa. Quando Arendt está ainda desenvolvendo a noção de discurso, ela escreve um parágrafo decisivo no capítulo V de *A Condição Humana*. No parágrafo em questão, não apenas a autora menciona a propaganda, como também a relaciona com o conceito de violência e ainda acrescenta uma expressão herdada diretamente da filosofia de Heidegger, a saber, a expressão que aparece no título desta seção: “mera conversa”. Em termos heideggerianos, trata-se do “falatório”, conceito explorado pelo filósofo no parágrafo 35 de *Ser e Tempo*. Com tantos fatores envolvidos neste momento, a seção 5.2 tem alguns objetivos: (a) explorar a relação entre a violência e o discurso, tendo em vista a afirmação de Arendt de que a violência é muda; (b) identificar como a propaganda se insere nesta relação; (c) tratar brevemente do conceito de “falatório” na filosofia de Heidegger, de forma que também o filósofo alemão possa contribuir para esta discussão.

Uma característica muito relevante do discurso ficará em evidência após o início do capítulo 5. Trata-se da sua relevância para o processo de *compreensão*, o

tema de discussão da seção 5.3. Um tópico que será tratado desde a discussão sobre a verdade e a mentira na política diz respeito à importância da narração dos fatos, isto é, de relatar os acontecimentos do mundo de forma fidedigna e dando sentido a eles na forma de uma estória. Isso ocorre por meio do discurso e está diretamente relacionado aos esforços humanos de tentar captar aquilo que é peculiar a um dado evento e atribuir sentido, ou seja, às tentativas de compreender. Nesse momento, deixaremos *A Condição Humana* em segundo plano, pois será preciso ir ao texto *Compreensão e Política*, onde Arendt aborda centralmente o conceito de compreensão. O objetivo é esclarecer esse conceito e mostrar o quão relacionado ele está com os tópicos estudados anteriormente, sobretudo com a importância da verdade e do discurso para a política.

Para finalizar o capítulo 5, retornaremos ao tema da violência discursiva, pois este se relaciona diretamente com a compreensão. Também no texto *Compreensão e Política* Arendt trata de um conceito pouco explorado em sua obra, a saber, a *doutrinação*, cujos laços com a propaganda são extremamente apertados. *Aqui se consolidará o que estamos tratando como violência discursiva: a introdução da violência no campo da política através da corrupção do discurso graças à propaganda*. Sendo assim, a seção 5.4 será o ponto de chegada de todo o estudo de conceitos e de textos realizado anteriormente. Ao final do capítulo, espera-se que a propaganda tenha seu devido reconhecimento como um fator muito influente no campo político. Se for bem sucedida, esta pesquisa apontará a propaganda como uma porta de entrada alternativa para os estudos sobre a filosofia de Hannah Arendt, na medida em que seguindo as reflexões da autora sobre o tema conseguimos alcançar elementos muito relevantes de sua obra. Em outras palavras, o capítulo 5 culmina na hipótese de que a propaganda, enquanto forma de veicular mentiras e de corromper o discurso, atinge as bases da concepção de política de Arendt, constituindo um elemento problemático relevante que é digno de nossa atenção.

Se o primeiro capítulo deste trabalho apresenta alguns elementos de nosso contexto político atual e faz uma importante ressalva quanto a possíveis comparações com o contexto de Arendt, o último capítulo busca justamente atualizar as contribuições da autora. Uma vez que tivermos analisado os problemas da mentira para a política e da inserção da violência no discurso, será possível interpretar os problemas político-discursivos atuais à luz dos conceitos arendtianos. Para esta tarefa, retomaremos as fontes levantadas no primeiro capítulo, justamente

com o objetivo de relacionar as reflexões arendtianas com os problemas que elas abordam. Essa não é uma tarefa inédita, muito pelo contrário. Eugênio Bucci realizou os mesmos esforços de forma brilhante em seu livro *Existe Democracia sem Verdade Factual?*. Entre as fontes usadas no capítulo 6, este livro será nosso principal guia. O autor traz referências diversas da filosofia, e Hannah Arendt é claramente a protagonista entre elas. Com uma análise cuidadosa, Bucci parte da crise de informação que assola a imprensa, bibliotecas públicas e toda a cultura política após o fenômeno das *fake news* e, citando Arendt em diversos momentos, utiliza a obra da autora para fazer uma defesa da necessidade básica de uma democracia: informação acessível e fatural.

O que essa pesquisa busca trazer de diferencial para este uso recente do pensamento arendtiano é justamente a noção de propaganda. Assim, será possível chegar ao tema da mentira na política e da violência discursiva valendo-se da propaganda como objeto de nosso estudo filosófico. Objeto este que, embora seja tão estudado desde o século passado, poucas vezes recebeu atenção tão direta entre os estudos da obra arendtiana. Não se trata discutir o que é ou não o conceito de propaganda, ou de dizer que materiais constituem um objeto propagandístico ou não. A escassez de considerações a este respeito não impediu Arendt de escrever sobre o tema e também não nos impedirá de estudá-lo como desejamos. Trata-se, acima de tudo, de partir de reflexões sobre a propaganda para denunciar problemas político-discursivos mais graves que até mesmo a transcendem. Afinal de contas, nossa preocupação deve ser direcionada à preservação do discurso como elemento capaz de dar sentido ao mundo, de distinguir agentes tão singulares e de mediar a ação humana.

1. Prolepse: a disparidade entre o totalitarismo e o século XXI

É compreensível que haja tantas pessoas dedicadas ao estudo das obras de Arendt e que tantas referências sejam feitas à sua filosofia mesmo fora do ambiente acadêmico. O conceito de *banalidade do mal*, por exemplo, tem um alcance grande para além das fronteiras acadêmicas. Sendo assim, o nome de Arendt é frequentemente evocado para a discussão de questões da atualidade. Se, por um lado, isso mostra a relevância e pertinência de seus escritos, por outro pode significar um uso desregrado de suas reflexões, isto é, um uso sem consideração pelo contexto em que foram feitas originalmente.

A pesquisa aqui desenvolvida é sem dúvidas motivada por crises dos tempos atuais, tais como o problema das *fake news* na política, a desinformação geral e a crise de confiabilidade, as teorias conspiratórias, os discursos odiosos e a extrema dificuldade de debater sem agressão. As reflexões de Hannah Arendt sobre a propaganda e sua conexão com os conceitos de violência, discurso, compreensão, mentira e alguns outros são, ao meu ver, dignas de serem lembradas para tratar desses problemas. No entanto, toda a abordagem arendtiana sobre esses temas se deu no contexto do mundo totalitário e pós-totalitário em seu sentido mais estrito ou, quando não ligado a este contexto, em circunstâncias bem próprias da época, como no caso do texto *A Mentira na Política*, que trata da polêmica referente aos documentos do Pentágono norte americano.

É com certa frequência que vemos comparações entre a política atual e o totalitarismo, por uma série de fatores diferentes. Em muitos casos, essas comparações não passam de um grande uso de clichês com a intenção de gerar mais ódio e desconfiança entre grupos políticos e ideológicos, causando grande polarização e injetando um senso de conspiração na mente de diversas pessoas. Por exemplo, a palavra “comunismo” sofreu um grande alargamento de suas proporções e é utilizada de forma vulgar por diversos grupos de direita, sem uma delimitação minimamente precisa do conceito. Trata-se de uma tentativa de generalizar todos os supostos indivíduos comunistas como sendo entusiastas de ditaduras, defensores de atrocidades e manipuladores da opinião. Este tipo de comparação é superficial, propositalmente desonesta e com más intenções. Não por coincidência, este tipo de

discurso recheado de mentiras e violência será objeto de algumas reflexões desta pesquisa.

Mas há outros tipos de comparação possível que possuem uma certa pertinência e parecem realmente indicar uma semelhança inquietante entre o momento presente e o de outrora. Comparações deste tipo surgem com alguma frequência no Brasil. Quando esta pesquisa começou a se desenvolver em 2020, um caso chamou a atenção na política do país e merece ser citado: o presidente Jair Bolsonaro exonerou o secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim, depois que o mesmo realizou um discurso com frases extremamente semelhantes às do ministro da propaganda no nazismo, o infame Joseph Goebbels.⁷ Somado a isso, os registros de apologia ao nazismo no Brasil aumentaram vertiginosamente a partir de 2018, quando o mesmo presidente foi eleito.⁸ As comparações com o regime nazista se tornaram inevitáveis com essas notícias e números. Estaríamos vivenciando uma nova ascensão do nazismo? Estaria o totalitarismo se reerguendo, ainda que reformulado?

O fato de que essas perguntas são feitas indica muito sobre a atual situação política, mas pouco além disso. As comparações devem ser bem medidas e responder estas perguntas de forma meramente afirmativa seria um erro. É preciso deixar claro, de antemão, que *este trabalho não quer de forma alguma afirmar uma simples repetição do fenômeno totalitário ou uma retomada idêntica de algumas características do mesmo*. Com tantas comparações entre a política atual e os tempos totalitários sendo incessantemente realizadas e disseminadas, o que esta pesquisa propõe é um olhar para o passado tendo em vista o presente e o futuro. Se comparações que equiparam os nossos tempos com outros tão nefastos são realizadas, então isso significa que há alguma coisa desses tempos antigos que parece ecoar de forma muito atual e preocupante. Não se trata, contudo, de apenas dizer quais aspectos são esses e tomar sua reincidência como algo certo. Antes, buscaremos nas reflexões de Arendt, motivadas pelos eventos de sua época, contribuições para a compreensão de nossos próprios problemas, ao mesmo tempo

⁷<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/bolsonaro-exonera-secretario-da-cultura-que-fez-discurso-com-frases-semelhantes-as-de-ministro-de-hitler.ghtml>

⁸<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/casos-de-apologia-ao-nazismo-aumentam-900-em-dez-anos-de-acordo-a-pf/>

em que lançamos luz a um tema que é pouquíssimo estudado na filosofia da autora: *a propaganda*.

As diferenças entre nossa época e a de Arendt se tornam ainda mais substanciais quando a propaganda é o assunto. Por exemplo, o nazismo veiculava suas mensagens por pronunciamentos oficiais no rádio, panfletos, discursos inflamados ao vivo, grandes paradas e jornais. Hoje, ainda que todos esses meios ainda existam e sejam usados, temos altas cargas diárias de informação e conteúdo político sendo veiculados por redes sociais e sendo recomendados através de algoritmos. E ainda poderíamos considerar as décadas de predomínio da televisão como fonte de notícias que se colocam entre a época do nazismo e as décadas de 2010/2020. Em suma, seria pouquíssimo produtivo analisar a propaganda antes e após a internet com os mesmos olhos, desconsiderando todas as possibilidades que os avanços tecnológicos permitiram.

Se antes predominava a imagem de um líder no palco proferindo um discurso de ódio para a multidão, que respondia a cada estímulo em perfeita unicidade, hoje o que vemos é uma disseminação de ódio e teorias conspiratórias de uma forma muito mais horizontal, na medida em que qualquer pessoa torna-se capaz de dar sua palavra, inventar sua notícia e gerar engajamento no mundo digital. A multidão sai da postura meramente passiva e torna-se, também, ativa. Além disso, esse espaço virtual é muito mais suscetível às falsas identidades. Para citar uma referência do campo filosófico sobre essa questão, Byung-Chul Han comenta as mídias digitais não em termos de horizontalidade e verticalidade, mas sim de simetria, uma forma alternativa de tratar do problema. Diz o filósofo:

A conexão digital favorece a comunicação simétrica. Hoje em dia, aqueles que tomam parte na comunicação não consomem simplesmente a informação passivamente, mas sim a geram eles mesmos ativamente. Nenhuma hierarquia clara separa o remetente do destinatário. Todos são simultaneamente remetentes e destinatários, consumidores e produtores. (HAN. No Enxame, 2018, pp. 15-16)

Importante notar que Han não está se referindo apenas ao uso das redes para fins políticos, mas sim de uma forma generalizada a respeito do ambiente digital. Fato é que o filósofo apresenta uma visão precisa sobre a comunicação nestes espaços e, a partir disso, aponta para uma outra diferença muito relevante em relação ao século passado. Não é por coincidência que, antes de destinar várias

páginas para analisar a propaganda em *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt dê início à terceira parte do livro falando sobre a sociedade de massas. Assim, a todo momento em que a propaganda está em questão, trata-se da propaganda de massas tão discutida no século XX.

Tal como outros pensadores, Byung-Chul Han mostra que não nos encontramos mais em uma sociedade de massas como as do passado, especialmente no que se refere às interações no mundo digital. Para o autor, a “nova massa é o *exame digital*. Ela apresenta propriedades que a distinguem radicalmente da clássica formação dos muitos, a saber, da massa”.⁹ Algumas características diferenciam essas duas formas, segundo o autor. Se por um lado as massas se fundem em um grande corpo amorfo de pessoas sem nenhuma individualidade, o exame digital ainda conserva a singularidade, na medida em que é composto por diferentes perfis, como nas redes sociais, que buscam ser reconhecidos. Diferente das pessoas que têm suas identidades absorvidas na massa, o exame é composto por indivíduos que, em meio à multidão, disputam a atenção. Mesmo sem aprofundar as teses de Han sobre o assunto, a disparidade que o autor aponta é facilmente compreensível.

Outra diferença marcante é que a propaganda de massas tinha entre os seus objetivos impelir as massas à ação. Assim, a massa agiria como uma voz uníssona comandada pelo líder e seu aparato propagandístico. Tal organização não se repete no exame, que não possui a coerência das massas propagandeadas. Pelo contrário, ele não possui uma voz, mas, segundo Han, “é percebido como *barulho*”.¹⁰ Esta oposição entre voz e barulho também nos leva a um outro fator de distinção importante. Nos clássicos discursos hitleristas, o *Führer* aparecia em um palco diante das massas e fileiras do exército, muitas vezes em estádios e outros ambientes parecidos. Sua voz ecoava em todos os cantos e assim ele regia a multidão. Hoje, as pessoas operam cada vez menos nesses ambientes. Não há uma voz proveniente de um líder e que ressoe por todo o espaço. Afinal, a própria noção de espaço torna-se nebulosa no mundo digital e poucas interações restam ao espaço físico compartilhado, como no caso de um estádio. A definição do conceito de massas ficará mais evidente na seção 3.1 deste trabalho, dedicada ao estudo de

⁹ HAN. No Exame, 2018, pp. 26-27

¹⁰ HAN. No Exame, 2018, p. 27

características essenciais do totalitarismo. O que é importante de notar para esta pesquisa é que, seja nos tempos de Hannah Arendt ou em nossos tempos analisados por Byung-Chul Han, o diagnóstico de ambos os autores indica a existência de graves problemas discursivos. E ainda que suas preocupações sejam enraizadas em uma época tão distinta da nossa, acredito que Arendt nos oferece bons conceitos e reflexões para a compreensão desses problemas.

Ainda pensando nas inúmeras inovações proporcionadas por um mundo cada vez mais conectado, devemos nos debruçar sobre a vasta gama de problemas que também surgem a partir daí. Diversos eventos recentes reforçam as diferenças inovadoras proporcionadas pela tecnologia. Para citar um dos mais marcantes, temos a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, marcando também a ascensão da onda de extrema direita em diversos países e uma ampla crise de informação que perdura até o presente ano de 2022, em que Trump não mais ocupa o cargo de presidente. Este e outros eventos ilustram com muita clareza as diversas diferenças da política atual em países democráticos e os regimes totalitários.

A este respeito, uma obra muito detalhada pode nos fornecer inúmeros exemplos e perspectivas deste novo fenômeno. Lançado em 2018, o livro *Network Propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics* apresenta um estudo elaborado sobre a forma como a propaganda de rede possibilitou que diversos agentes influenciassem nos resultados da eleição americana de 2016, como o uso de *bots*, *trolls*, hackers, fabricantes de *fake news* e até mesmo a *Cambridge Analytica*. Não há dúvidas de que a desinformação e a manipulação estavam presentes já nos regimes totalitários. No entanto, o livro mostra como esses fatores foram repaginados, afinal, os agentes citados acima eram inimagináveis nos anos de 1930 e 1940.

Em um regime totalitário, os meios de comunicação são muitos, os estímulos aos quais a população está submetida todos os dias são incessantes e geram efeitos diversos. Mas, quando se trata de um regime totalitário já estabelecido, todos esses meios são coordenados por uma mesma lógica, veiculam uma mesma ideologia e são regidos pelos mesmos funcionários. Aqueles que possuem uma opinião destoante da oficial devem guardá-la com cuidado, sob o medo de serem capturados e se tornarem mais um número para as estatísticas de morte dos regimes de terror.

Atualmente, as democracias possuem uma relação conturbada com os meios de comunicação. As redes sociais e a facilidade de fazer informações circularem

não permitiram uma ascensão e aprimoramento da democracia, muito pelo contrário. Sempre foi dito com muita convicção que para aprimorar as democracias seria preciso garantir que todos tivessem voz. Em outras palavras, garantir que todos pudessem opinar, votar ou participar dos rumos políticos de alguma forma, justamente o contrário dos governos totalitários onde predominava apenas a palavra do líder. Os avanços tecnológicos que possibilitam maiores conexões entre todo o mundo e a interação direta por redes sociais foram vistos como promissores neste sentido, isto é, como meios possíveis de ampliar a política democrática. No entanto, essa aposta considerada segura na tecnologia não levou em conta um elemento necessário para a política. Trata-se de um fator de suma importância e que tem recebido muita atenção após o fenômeno das *fake news*. Um fator indispensável para qualquer democracia: o acesso a informações corretas e confiáveis sobre fatos. Nos termos de Arendt em seu texto *Verdade e Política*, trata-se da “verdade fatural”.¹¹

Muitos debates atuais giram em torno dos problemas que uma sociedade algorítmica oferece para uma democracia almejada, tendo em vista a crise de informação e confiabilidade. Os autores de *Network Propaganda* indicam uma “crise epistêmica” nas sociedades democráticas contemporâneas.¹² Eles indicam as eleições americanas de 2016 e o Brexit como duas marcas desta crise, que se desenvolveu também em diversos outros países e, importante ressaltar, de maneiras diferentes em cada um deles. Tendo em vista esse problema, os autores apresentam desde definições de conceitos como desinformação e propaganda, até análises de alguns casos marcantes de mentiras que circularam nas eleições. O diagnóstico dos autores reforça os desafios da democracia daqui em diante:

O ano seguinte à eleição presidencial de 2016 dos Estados Unidos teve a publicação de relatórios e artigos acadêmicos visando categorizar a confusão, definindo má-informação [*misinformation*] (a divulgação não intencional de crenças falsas), desinformação [*disinformation*] e propaganda (a manipulação intencional de crenças), identificando suas fontes e estudando a dinâmica através da qual elas se espalham. Essa enxurrada de trabalhos exibiu um amplo senso de que, *como um público, perdemos nossa capacidade de concordar sobre modos compartilhados de validação sobre o que está acontecendo e o que é simplesmente estúpido [whacky]*.

¹¹ Em inglês: *factual truth*. A expressão também é traduzida como “verdade factual”, em algumas versões de *Verdade e Política*, e como “verdade dos fatos”, em *A Vida do Espírito*.

¹² Ver: BENKLER; FARIS; ROBERTS. *Network Propaganda*, 2018, p. 3

*As ameaças que foram percebidas à nossa capacidade de distinguir a verdade da ficção política conveniente, caso sejam verdadeiras, atingem as próprias bases de uma sociedade democrática. (BENKLER; FARIS; ROBERTS. Network Propaganda, 2018, p. 6, tradução minha. Grifo meu)*¹³

Independentemente da variedade de dados e da amplitude da pesquisa relatada neste livro, os autores defendem, assim como tantos outros, a importância do conhecimento, da verificabilidade e da apresentação dos fatos para que uma democracia possa se sustentar. Veremos no capítulo 4 como essa tese é muito importante para Arendt, sobretudo no já mencionado texto *Verdade e Política*, em que o conceito de “verdade fatural” recebe uma atenção cuidadosa da autora. Para a filósofa, não se trata de pensar a verdade como necessária apenas para a democracia enquanto modelo político institucionalizado. Mais do que isso, trata-se de pensar a verdade como necessária para a própria política tal como ela a concebe, independentemente dos aparatos legislativos que deem vida ao modelo democrático.

É com um estudo muito profundo de *Verdade e Política* que o professor Eugênio Bucci reformula a preocupação de Arendt, no livro já citado na introdução deste trabalho, a saber, *Existe Democracia sem Verdade Factual?*. Assim como em *Network Propaganda*, o livro de Bucci começa indicando a eleição de Donald Trump e o Brexit como sintomas de que “o divórcio entre o discurso político e os fatos teria se agravado violentamente”.¹⁴ À diferença das fontes citadas anteriormente, Bucci faz referências diretas ao texto arendtiano, mas seguindo a mesma tese: a democracia depende do relato dos fatos de forma fidedigna e de informações acessíveis e verificáveis. Como veremos nas palavras de Arendt, a política se erige a partir dos fatos e acontecimentos que interessam às pessoas que compartilham o mesmo mundo. No capítulo final, faremos uma análise mais detalhada dos argumentos levantados por Bucci e os outros autores, em uma

¹³ Versão original: *The year following the 2016 U.S. presidential election saw publication of reports¹³ and academic papers¹⁴ seeking to categorize the confusion, defining misinformation (the unintentional spread of false beliefs) and disinformation and propaganda (the intentional manipulation of beliefs), identifying their sources,¹⁵ and studying the dynamics by which they spread.¹⁶ This flurry of work exhibited a broad sense that as a public we have lost our capacity to agree on shared modes of validation as to what is going on and what is just plain whacky. The perceived threats to our very capacity to tell truth from convenient political fiction, if true, strike at the very foundations of democratic society.*

¹⁴ BUCCI. *Existe Democracia sem Verdade Factual?*, 2019, p. 10

tentativa de seguir os mesmos passos e trazer novas reflexões a partir da obra de Arendt. Afinal, se há de fato um divórcio entre o discurso político e a verdade fatural, então o debate público está correndo sério risco. E a premissa da qual esta pesquisa parte é justamente de que a política depende de um discurso que seja, no mínimo, muito diferente daqueles aos quais estamos acostumados a presenciar com tanta frequência atualmente.

Tal como o título deste trabalho indica, o âmbito público em que os debates acontecem deve estar livre de mentiras e violência. De forma mais ampla, livre de discursos enganadores e desvinculados dos fatos, livre de discursos que geram o ódio e a suspeita como em teorias conspiratórias e livre do que chamaremos de violência discursiva, isto é, a introdução da violência e da ofensa no campo do discurso, ao qual elas não deveriam pertencer. Esses fatores inviabilizam a política como Arendt a concebe por diferentes razões que exploraremos a seguir. Ainda que não se aceite inteiramente a concepção arendtiana de política, é de fácil concordância que a preocupação em conservar o respeito ao discurso como forma de mediação e união entre indivíduos é mais do que justa e, em nossos tempos, notavelmente necessária. A pesquisa que se segue busca reflexões que nos ajudem a identificar e medicar nossos problemas discursivos, pois esta é uma tarefa da qual a filosofia pode e deve se ocupar. Acredito fortemente que Arendt fornece ferramentas úteis nesta empreitada. Sendo assim, sigamos o fio condutor da propaganda para chegar até nossas preocupações com o discurso. Para dar início a esta caminhada, vejamos agora as origens das preocupações de Arendt com a propaganda e suas primeiras considerações sobre o assunto.

2.

Arendt e a propaganda: caminhos para as *Origens do Totalitarismo*

A proposta deste capítulo é analisar as primeiras menções de Arendt ao tema da propaganda, levando em conta os textos que ela escreveu antes da publicação de *Origens do Totalitarismo*. Começaremos pelos *Escritos Judaicos* e seguiremos para alguns ensaios reunidos na obra *Compreender*. Em ambos os casos, tratam-se de textos anteriores a 1951, que serão abordados inicialmente de forma cronológica e depois temática. O objetivo não é analisar cada uma das menções ao termo “propaganda”, mas sim aquelas que julgamos mais relevantes para as discussões de cunho filosófico-político que visamos explorar nas obras da pensadora. A tarefa, portanto, é explicitar as características principais sobre a propaganda que estão diretamente ligadas a aspectos cruciais do totalitarismo e, em alguns casos, ligadas a temas de maior importância na obra arendtiana. Em especial, em algumas passagens selecionadas será possível perceber ecos das reflexões sobre política de Arendt.

Outros autores serão trazidos para o diálogo para endossar as afirmações de Arendt, isto é, para mostrar a precisão e pertinência de suas reflexões historicamente. Em primeiro lugar, tenho como referência mais marcante o livro *Inimigo Judeu: Propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto*, de Jeffrey Herf. Nele, o autor apresenta uma vasta bibliografia sobre o tema, variando entre comentadores, fontes primárias de registros de Goebbels, edições de publicações nazistas e até mesmo referências à própria Hannah Arendt. Herf apresenta sua ampla pesquisa com muita transparência ao fazer citações e fornecer dados, oferecendo material suficiente para dar o auxílio necessário aos nossos estudos arendtianos, sem que tenhamos de abordar suas teses tangenciais ao tema de nosso interesse.

Somado ao trabalho de Herf, serão mencionados dois livros de Joachim Fest, a saber, seu livro biográfico de Hitler, que leva o mesmo nome do líder nazista, e *The Face of the Third Reich: Portraits of the Nazi leadership*. Fest é um historiador renomado, um dos mais relevantes nos estudos sobre o holocausto e, é válido mencionar, reconhecido por Hannah Arendt como tal. Por exemplo, em um

comentário sobre *The Face of the Third Reich*, Arendt diz que “este livro é talvez a mais importante adição recente à literatura do Terceiro Reich”.¹⁵ Além deste elogio, a relação entre os autores se estende um pouco mais. Arendt foi entrevistada por Joachim Fest em 1964, pouco tempo após o sucesso e a polêmica gerada pelo livro *Eichmann em Jerusalém*. A entrevista está transcrita na obra *Pensar sem corrimão*, recebendo o título de “*Como se falássemos com uma parede*” - *uma conversa com Joachim Fest*. Nela, chama a atenção a forma com que Fest conversa com Arendt, mostrando um interesse e compreensão sobre o que a autora chamou de banalidade do mal, diferentemente dos muitos outros leitores da época que criticaram duramente as teses do livro. Dito isso, não será necessário mergulhar a fundo na noção de banalidade do mal para abordar as passagens a seguir.

Por fim, uma importante referência para este trabalho são os relatos de Victor Klemperer, filólogo judeu que conseguiu escapar dos campos de extermínio durante a guerra. O livro *LTI: a linguagem do Terceiro Reich* será nossa referência, graças à análise profunda e erudita sobre o uso de certas palavras no vocabulário cotidiano do nazismo. Um ponto digno de destaque é que, à diferença de Arendt e das demais fontes, Klemperer vivenciou o totalitarismo dos nazistas “de dentro”. Isto é, ele estava na Alemanha desde o começo até o fim da guerra na condição de judeu e sofrendo diversas humilhações por isso. Suas intuições são de muito valor para a compreensão de algumas nuances da propaganda nazista e em grande parte dialogam com Arendt, Herf e Fest.

De antemão, é preciso destacar que este capítulo adotará um tom afirmativo e terá pouco interesse em apresentar contrapontos críticos às considerações de Arendt e aos relatos históricos das fontes mencionadas. O motivo é simples: visamos dar início ao estudo das considerações de Arendt sobre a propaganda tendo em vista a real problematização que será feita em outros capítulos deste trabalho. Não é de nosso interesse oferecer problematizações de cunho histórico neste momento inicial, pois estes seriam detalhes secundários ao tema. Além disso, considerando os autores que serão mencionados e seus respectivos estudos, há pouca margem para contrapontos realmente relevantes para os fins desta pesquisa.

¹⁵ Tradução minha das palavras de Hannah Arendt na contracapa do livro: FEST, Joachim. *The face of the Third Reich: portraits of the Nazi leadership*. New York, Da Capo Press, 1999.

2.1 A propaganda nos Escritos Judaicos

Os *Escritos Judaicos* são uma obra compilatória, contendo textos de Arendt que variam desde a década de 1920 até 1970. Diversas menções à propaganda aparecem no livro, mas poucas são realmente relevantes para nossos propósitos. Nosso interesse nos textos compilados começa especificamente nos anos de 1930, em um manuscrito em alemão, sem data e incompleto, intitulado *Antissemitismo*.¹⁶ Algumas evidências indicam que ele tenha sido escrito no final da década, antes de Arendt ser internada em um campo de refugiados no sul da França, em 1940.

Na passagem que queremos destacar, temos um bom ponto para iniciar nossa longa discussão sobre a propaganda totalitária. No seguinte trecho, Arendt indica o uso da paranoia dos “fantasmas” propagada pelos antissemitas:

Agitadores antissemitas souberam fazer bom e constante uso deste medo de fantasmas herdado e tão frequentemente reativado em tempos modernos. Mas nada mais do que isso. O antissemitismo só tornou-se politicamente efetivo quando deixou de contar estórias¹⁷ de terror, e tornou-se uma teoria que poderia tanto ser relacionada a muitas questões mais modernas e sempre muito atuais, quanto servir a certas tendências de lutas políticas que originalmente e em sua maior parte tinham pouco a ver com os judeus. A propaganda que explorava superstições trazidas da Idade Média - especialmente quando dirigida a populações camponesas - possuía um duplo valor: primeiro, conquistava adeptos ao movimento mesmo em regiões e em camadas sociais onde absolutamente não havia judeus; e segundo, a universalidade do princípio perverso de que o ‘Judeu está em toda parte e em lugar algum’ que devia ser apresentada para camadas ‘esclarecidas’, encontrou na onipresença concreta de um fantasma sua correspondência junto às outras camadas da população, desprovidas quer de uma visão de mundo, quer de qualquer outra visão a partir da qual derivar abstrações. (ARENDR. *Escritos Judaicos*, 2016a, pp. 204-205, tradução modificada)

¹⁶ É natural que diante do título deste manuscrito surjam comparações com a primeira parte de *Origens do Totalitarismo*. No entanto, há uma série de diferenças entre os dois textos, em especial, o conteúdo mais histórico e menos político deste manuscrito. Uma análise mais refinada destas diferenças encontra-se na introdução dos *Escritos Judaicos*.

¹⁷ Usaremos a distinção entre “estória” e “história” ao longo desta pesquisa. No entanto, diversas traduções de textos de Arendt não fazem o mesmo, utilizando “história” como tradução tanto para *story* quanto para *history*. Sendo assim, todas as ocorrências do termo *story* e derivados em citações a partir daqui terão a tradução modificada para “estória”.

A ideia de que o judeu seria um inimigo camuflado e onipresente do povo alemão foi uma constante na propaganda nazista. Na passagem acima percebemos como Arendt denuncia a relevância do medo de um “fantasma judeu”. Este medo serviu tanto como uma forma de conseguir adesão nas mais variadas regiões da Alemanha, quanto para fornecer uma visão de mundo às classes.

Em suas análises da propaganda nazista, Jeffrey Herf aponta para o fato de que ela sempre se organizava em torno de um elemento comum, o dito inimigo judeu, que dá título ao seu livro. Segundo o historiador, o regime acreditava estar passando para as massas uma realidade escondida e secreta, ou seja, os bastidores da história mundial. Isso não está muito distante do trecho citado de Arendt a respeito da “população esclarecida”. É digno de nota o nome dado ao órgão nazista responsável pela propaganda, gerenciado por Joseph Goebbels, o Ministério do Reich de Esclarecimento Popular e Propaganda (*Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda*). Segundo Herf, os nazistas tinham a pretensão de educar as massas através da propaganda, abrindo os olhos da população para os segredos da política mundial. Nas palavras do autor, o ministério “estava educando as massas sobre o povo nos bastidores e as realidades, os quais eram a força motriz por trás dos eventos”.¹⁸

O que Herf chama de “povo nos bastidores” vai de encontro ao que Arendt denunciou no manuscrito *Antisemitismo* como o “princípio perverso”, ou seja, a ideia de que a influência dos judeus está em todo lugar, mas que os próprios judeus não podem ser percebidos e apanhados, gerando o medo e a paranoia, dois materiais frequentemente usados em propaganda.

Ainda mais relevante que o apelo ao medo, a ideia de que as verdadeiras ações políticas se davam nos bastidores estimula a crença na existência de uma outra realidade escondida por trás das meras aparências de governantes e eventos. Em *Ideologia e Terror*, capítulo que a partir de 1958 passou a encerrar *Origens do Totalitarismo*, Arendt entra mais a fundo nessa discussão, reforçando o que está por trás do trecho do manuscrito citado acima. Sem realizarmos um salto para o famoso capítulo, com a leitura dos escritos judaicos podemos antecipar uma das funções mais relevantes da propaganda totalitária: *a criação de uma realidade fictícia sobre*

¹⁸ HERF. Inimigo Judeu, 2014, pp.45-46

a qual o regime poderá construir uma narrativa para explicar a história do mundo e da humanidade de acordo com sua ideologia.

O ponto central nesta discussão que se estenderá pelos próximos capítulos é a tentativa da atuação totalitária de impedir o pensamento e o contato das massas com a realidade. Assim, a indicação de uma história conspiratória que ocorre por trás dos bastidores da política mundial é um instrumento eficaz para a conquista deste objetivo. No que tange ao regime nazista, o grande fantasma responsável pelas ações políticas secretas era a dita “comunidade judaica internacional”, cuja amplitude seria tão grande a ponto de dominar as políticas dos governos soviético, inglês e estadunidense. Como Herf apresenta, esta conspiração, que só poderia ser trazida à luz pela ideologia nazista, “era vista por Hitler e por seus apoiadores como a força motora da história moderna”.¹⁹

No que diz respeito à propaganda, Arendt pouco escreveu de relevante para além da passagem citada de *Antissemitismo* na década de 1930. A virada para a década de 1940, porém, indica também uma mudança nos textos da autora, que agora escreve nos Estados Unidos, fisicamente longe da Europa, da Guerra e do totalitarismo, muito embora seus pensamentos continuem firmemente focados nestes eventos.

No artigo *A Retórica do Diabo*, Arendt tece alguns comentários sobre a propaganda que transbordam o mero historicismo. O artigo é de 1942 e nele a autora faz menção a um discurso de Hitler que apontava o papel dos judeus na guerra e na história do mundo. Através desse discurso, a filósofa mostra como a visão de mundo (*Weltanschauung*) nazista e a narrativa que a acompanha simplificam a história dos acontecimentos mundiais em uma divisão entre bem e mal, puro e impuro, alemães e judeus respectivamente. A ideia paranoica de uma conspiração judaica internacional é mencionada mais uma vez:

Hitler tem uma explicação estereotipada que é irresistível em sua simplicidade: ao adotar a diferenciação entre um povo e seu governo, que é de tão grande importância para os Aliados, ele alega que de fato somente dois povos estão engajados na batalha de vida ou morte desta guerra: os judeus e os alemães. Todos os outros povos foram meramente arrastados para esta guerra por seus governos. Alemães e judeus são os únicos povos representados validamente por seus governos, que são idênticos a eles; exceto pelo fato de que os alemães têm um governo aberto e os judeus, um secreto.

¹⁹ HERF. Inimigo Judeu, 2014, p. 97

Todos os povos, à exceção dos alemães, são governados pelos judeus. (ARENDR. Escritos Judaicos, 2016a, p. 331)

Novamente, Hitler aponta para a ação secreta de um suposto governo judeu, cuja influência era de tamanha extensão que apenas os alemães estavam livres do seu poder, enquanto todos os outros povos sucumbiam a ele, conscientemente ou não. A pesquisa de Herf explicita ainda mais essa linha de pensamento do *Führer* sobre a comunidade judaica internacional. O autor aponta que a guerra era vista pelos líderes nazistas fundamentalmente como uma guerra contra os judeus, o que explica esta afirmação de que também os outros povos estavam sob o domínio judaico. Além disso, essa era uma forma de fazer uma propaganda destinada às massas estrangeiras, em uma tentativa de agitar sentimentos antissemitas em outros territórios.²⁰

Mas há algo mais relevante em *A Retórica do Diabo*. Nas passagens seguintes, Arendt traz para a discussão a ideia de igualdade e desigualdade. Ainda se referindo à propaganda antissemita, ela escreve:

O que torna essa propaganda tão terrivelmente perigosa é que ela não é baseada em nenhum fato em absoluto - sim, aberta e descaradamente contraria todos os fatos. É baseada unicamente na ideia de uma desigualdade fundamental entre os povos. Um povo sobrenaturalmente bom e um povo sobrenaturalmente mau são meramente a estrutura na qual todos os outros povos são submetidos como se em uma camisa de força, e pela qual são então dominados. (ARENDR. Escritos Judaicos, 2016a, p. 331, tradução modificada)

Amparada em uma desigualdade natural entre as raças, a propaganda antissemita aparece como um elemento nocivo à política, e mais uma vez reforça a pregação de um maniqueísmo entre os povos. Em outras palavras, partindo dessa linha de pensamento antissemita, qualquer povo pode ser enquadrado como pertencente ao grupo sobrenaturalmente bom, ou como pertencente ao grupo sobrenaturalmente maligno. Arendt reafirma este ponto em seguida: “A ideia de uma desigualdade fundamental, natural, entre os povos, que é a forma tomada pela

²⁰ “Os nazistas tinham esperança e expectativa de que a ideia de que os judeus eram culpados pela guerra levaria a um aumento no antissemitismo em todos os países envolvidos no conflito.” (HERF. Inimigo Judeu, 2014, p. 173)

injustiça em nosso tempo, só pode ser derrotada pela ideia de uma igualdade original e inalienável entre todos que carregam uma face humana”.²¹

Ambas as passagens mostram a forma como a propaganda afronta uma condição básica da política: a pluralidade. Para Arendt, a política é possível partindo do princípio de que os homens são todos iguais, na medida em que são todos da raça humana, mas, simultaneamente, diferentes uns dos outros, pois cada indivíduo possui uma singularidade que lhe é própria, uma identidade que é desvelada em seus atos e palavras. Assim, a política depende da pluralidade de agentes humanos. Ao tratar uns e outros em termos de raças naturalmente diferentes, a propaganda ameaça esta condição básica.

Nas frases citadas de *A Retórica do Diabo*, é notável como Arendt escreve em termos de humanidade, quando se refere a todos os portadores de uma face humana. Sua afirmação de que a propaganda de cunho racial baseia-se em uma desigualdade natural e, portanto, fictícia e pseudocientífica, é repetida em uma outra frase em *Origens do Totalitarismo*, quando a autora escreve que “a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade mas o seu fim, não a origem dos povos mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem mas a sua morte antinatural”.²² A separação entre raças seria um movimento que em última instância elimina aquilo que permite a ação política em primeiro lugar, isto é, a humanidade dos agentes. Em um mundo regido em termos de raças, a humanidade é uma noção que se torna obsoleta, ao menos em termos políticos. É importante que esta delimitação fique explícita: Arendt faz as afirmações acima “do ponto de vista político”, conforme ela mesma escreveu. Para o problema que a autora estava analisando naquele momento, a validade científica de uma suposta desigualdade entre raças não era tão relevante quanto a aplicação prática de uma doutrina racial agressiva. Afinal, o que Arendt começava a descrever eram as ideologias, cujo aspecto principal é político e não científico.²³

Tal como Arendt, Victor Klemperer também percebeu como a divisão “natural” entre os humanos era importante para os nazistas e o que isso significava: a impossibilidade de conciliação entre os diferentes. Segundo o filólogo, uma

²¹ ARENDT. Escritos Judaicos, 2016a, p. 331

²² ARENDT. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 232. *Grifo meu*

²³ “Toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica.” (ARENDT. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 235)

importante inovação do nazismo foi basear o ódio anti-judaico na ideia de raça (Klemperer, 2009, p. 219). Assim, partindo de uma diferença entre judeus e não judeus que estaria presente no próprio sangue dos indivíduos, “a ideia de raça torna impossível qualquer mediação; a separação é eterna, agora legitimada pela vontade divina”.²⁴ Mais à frente, veremos como essa é também a grande justificativa do terror totalitário. O interessante a ser destacado nas palavras de Klemperer é a ênfase na ideia de separação e de impossibilidade de mediação. Ora, a política como Arendt concebe é dependente do estar-junto dos humanos e da possibilidade de interação, ou mediação, pelo discurso.

Em suma, o que torna as considerações de Arendt em *A Retórica do Diabo* dignas desta análise, é a possibilidade de interpretar a propaganda como um perigo à política, graças ao seu conteúdo. Através do aparato propagandístico seria possível veicular uma ideologia racial que tem o potencial de descolar as massas da realidade, pois não se baseia em fatos, e ferir a própria noção de humanidade, na medida em que desconsidera a pluralidade tão essencial para a ação política. A separação por raças distintas e inimigas extingue a igualdade inerente à raça humana e inviabiliza o intercuro político entre indivíduos singulares.

2.2 A propaganda nos ensaios de Compreensão

Na década de 1940, ponto onde *A Retórica do Diabo* nos deixou, Arendt escreveu diversos textos que vieram a ser compilados junto com outros ensaios de décadas anteriores, dando forma à obra *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Em vez de seguir a ordem cronológica destes textos, eles serão agrupados por tópicos de acordo com as considerações sobre a propaganda em cada um deles, visto que muitas delas possuem uma grande semelhança. Dois tópicos guiarão este percurso entre os ensaios: (a) propaganda e terror; (b) propaganda e realidade. Em cada caso trataremos superficialmente sobre o tema de cada texto,

²⁴ KLEMPERER. LTI: a linguagem do Terceiro Reich, 2009, p. 219

visando apenas situar a discussão que Arendt elabora em cada um. O foco de nossa investigação, no entanto, são as características da propaganda.

Dois ensaios merecem destaque e formam o tópico “propaganda e terror”. São eles, *Abordagens do “problema alemão”* e *Culpa organizada e responsabilidade universal*, ambos de 1945. No primeiro, Arendt trata da ideia muito problemática, segundo ela, de que a razão dos conflitos internacionais está direta e unicamente relacionada à Alemanha. Em outras palavras, ela discute o problema de identificar inteiramente o fascismo com a Alemanha e sua história,²⁵ o que tornaria os outros povos cegos em relação à crise europeia em geral.²⁶ A autora frequentemente se refere aos propagandistas europeus que abordavam o problema alemão, e não tanto aos próprios nazistas e à propaganda totalitária.

No início do texto, Arendt afirma que a maior parte da literatura relativa ao “problema alemão” é uma espécie de revisão da propaganda da primeira grande guerra, cujas características eram um tanto simplórias (Arendt, 2008a, p. 135). Em seguida, ela indica uma mudança no teor da propaganda da primeira para a Segunda Guerra Mundial:

Durante a Primeira Guerra Mundial, que não foi de caráter ideológico, as estratégias da arte política da guerra ainda não haviam sido descobertas, e o papel dos propagandistas praticamente se resumia a manter o moral das tropas, despertando ou exprimindo o sentimento nacional do povo. (...) Não tinham voz na política e não davam voz à política de seus respectivos governos. (ARENDR. Compreender, 2008a, p. 136)

Como o trecho esclarece, havia pouco mais do que um caráter motivador na propaganda da Primeira Guerra Mundial. Sua função era simplesmente manter o ânimo para o combate e apresentar razões para um elo emocional dos soldados com suas nações. Considerando esta pobreza de conteúdo, Arendt afirma que a propaganda não tinha maior alcance porque se apresentava “envolta em termos nacionalistas e militares, em vez de políticos e ideológicos”.²⁷ Assim, se

²⁵ A este respeito é importante lembrar que o fascismo surgiu, originalmente, na Itália, com a ascensão de Benito Mussolini ao poder.

²⁶ “Quando se identifica o fascismo com o caráter e a história nacional da Alemanha, as pessoas são iludidas e levadas a crer que esmagar a Alemanha é sinônimo de erradicar o fascismo.” (ARENDR. Compreender, 2008a, p. 136)

²⁷ ARENDR. Compreender, 2008a, p. 136

inicialmente a única função da propaganda era elevar a moral das tropas com elementos nacionalistas e militares, com os nazistas ela passou a ter um outro papel político, diretamente ligado ao surgimento de movimentos totalitários. É notável a oposição entre a mera propaganda de guerra e uma propaganda mais abrangente e de cunho ideológico, ou seja, aquele tipo de aparato tão utilizado em regimes totalitários. Adiante em *Abordagens do “problema alemão”*, a nova função política da propaganda, responsável por esta grande mudança em seu conteúdo e características é explicitada por Arendt. Deixando seu papel de motivação militar em plano secundário, a propaganda passa a ser “uma espécie de guerra política e é usada para *preparar a opinião pública para certos passos políticos*”.²⁸

Em outros termos, a nova função da propaganda é anunciar o terror que está por vir e preparar as pessoas para isso. Os materiais que antes serviam para elevar o ímpeto de guerra dos soldados, agora passam a ser direcionados com maior veemência para o público geral, em uma tentativa de anunciar os próximos passos do regime. À primeira vista, essa nova função propagandística parece indicar uma espécie de transparência do governo com o seu povo, mas se analisarmos os procedimentos do regime nazista, veremos que está em jogo algo muito mais profundo.

Por mais que a propaganda nos regimes totalitários sirva à criação de uma realidade alternativa, ela também faz uso da completa sinceridade em sua forma mais brutal. No regime nazista, muitas vezes os discursos, panfletos e transmissões de rádio contavam com a revelação explícita das intenções genocidas do *Führer*, ainda que os fatos e dados sobre estas mesmas intenções fossem escondidos dos olhos do público. Ao mesmo tempo em que era anunciada explicitamente, a Solução Final também era suprimida no que diz respeito aos acontecimentos concretos dos campos de extermínio.²⁹ A análise de Herf é muito cuidadosa a este respeito. O autor mostra que dois verbos e dois substantivos eram centrais para a linguagem

²⁸ ARENDT. Compreender, 2008a, p. 136. *Grifo meu.*

²⁹ É digno de nota que os campos de extermínio ficavam isolados geograficamente e que os indivíduos que lá trabalhavam eram selecionados com um certo nível de minúcia. Arendt reconhece estes fatores em *Origens do Totalitarismo* e até mesmo em textos dos anos 1940: “Enquanto os nazistas esperavam conquistar a vitória, suas organizações de terror se mantiveram estritamente isoladas do povo e, em tempo de guerra, das forças armadas. Não se usava o exército para cometer as atrocidades, e as tropas da SS eram recrutadas em círculos ‘qualificados’ de qualquer nacionalidade.” (ARENDT. Compreender, 2008a, p. 151)

propagandística nazista. Tratam-se de palavras cujos significados eram muito claros e que eram apresentadas sem nenhum tipo de eufemismo ou sarcasmo:

vernichten e *ausrotten*, traduzidos como “aniquilar”, “exterminar”, “destruir totalmente” e “assassinar”, e os substantivos *Vernichtung* e *Ausrottung*, “aniquilação”, “extermínio”, “destruição total” e “assassinato”. Sejam eles tomados isoladamente por seu significado em dicionários ou vistos no contexto dos discursos, parágrafos e frases em que foram empregados, seu sentido era claro. (HERF. Inimigo Judeu, 2014, p. 52)

Valendo-se destas e outras palavras, os diversos meios de propaganda nazista anunciavam sem pudor algum a intenção de exterminar os judeus da face da Terra. A premissa geral dos argumentos nazistas, se assim podemos chamá-los, era simples: os judeus pretendem aniquilar todo o povo alemão através de sua influência nos bastidores da história mundial, portanto, o povo alemão precisa agir de forma a defender sua existência e eliminar todos os seus inimigos. O uso da sinceridade brutal e descarada perante as massas era uma propedêutica para as ações que se seguiriam.

A afirmação de Arendt é reforçada não apenas pela interpretação de Herf, mas também pelos relatos de Klemperer, que menciona as mesmas palavras. De acordo com o filólogo judeu, a linguagem nazista muitas vezes revelava exatamente o que o regime desejava alcançar, como no uso de *ausrotten* [exterminar], que “é um verbo empregado amiúde, faz parte do vocabulário geral da LTI na seção dedicada aos judeus, indica um objetivo ardentemente desejado”.³⁰

Neste momento, é importante tecer algumas considerações históricas sobre a propaganda antisemita, sobretudo no que diz respeito às adaptações que precisaram ser feitas para acompanhar o desenvolvimento dos feitos do regime. Com o avanço da Solução Final, as explícitas menções ao extermínio foram se tornando crescentes com o tempo. Herf aponta que *a primeira ameaça pública e inequívoca de exterminar os judeus foi feita em 30 de janeiro de 1939*, marcando uma primeira virada no teor da propaganda nazista (Herf, 2014, p. 41). Em 1941 houve uma segunda mudança determinante, com a publicação do ensaio *Os Judeus são culpados*, de Goebbels. Naquele ano, “Hitler e Goebbels diziam publicamente

³⁰ KLEMPERER. LTI: a linguagem do Terceiro Reich, 2009, p. 276

que a ameaça de exterminar os judeus era agora parte de uma política oficial em execução”.³¹

Em 1942, os seis campos de concentração principais entraram em operação como fábricas de morte, gerando a necessidade de mais uma mudança nos malabarismos propagandísticos do regime. Afinal, como passar a imagem de que os judeus ameaçam a Alemanha ao mesmo tempo em que eles estão sendo exterminados sistematicamente? Durante todo aquele ano a propaganda nazista continuou mencionando o extermínio da raça judaica, mas ocultava os fatos e estatísticas sobre os campos de concentração. Esse procedimento se tornou ainda mais necessário e complexo após a tomada de consciência e o enunciado público dos países Aliados sobre as atrocidades alemãs. Esconder a verdade dos campos da população se tornou um desafio, no entanto o regime seguiu com a sua estratégia de falar constantemente em extermínio e aniquilação, mas não mencionando as atrocidades dos campos de concentração.

Independentemente das viradas e desvios da propaganda nazista, um ponto foi comum desde 1939 e é de extrema relevância: trata-se da *ideia de que não havia diferenças entre soldados, policiais e civis, tanto em relação ao povo alemão, quanto em relação aos judeus*. A guerra promovida pelo inimigo judeu visava o extermínio de toda a raça, de toda a nação. A partir desta ideia, a propaganda anunciava as medidas supostamente defensivas que o regime iria tomar, mas que na verdade eram nada mais que a promoção do terror totalitário, ao mesmo tempo em que levava os alemães a cometer atos criminosos. Na medida em que a conspiração judaica não visava acabar com o partido nazista, mas sim com todo o povo alemão, a propaganda do extermínio foi direcionada para todos aqueles sob o domínio do regime, ou seja, não somente para o exército, para a polícia secreta e para as camadas mais intelectuais, mas principalmente para o público mais popular. E a respeito da camada popular, é importante ressaltar, os eventos concretos da dita Solução Final foram ocultados com muita habilidade. Segundo Herf, durante a execução da Solução Final “nenhuma palavra foi dita na imprensa alemã sobre os campos de extermínio e fuzilamentos em massa”,³² algo que o autor considera uma das maiores realizações da liderança nazista. Assim, o ódio estimulado contra os

³¹ HERF. Inimigo Judeu, 2014, p. 52

³² HERF. Inimigo Judeu, 2014, p. 189

judeus continuava presente nos discursos e materiais de propaganda, mas sem a veiculação das reais atrocidades cometidas.

A necessidade de espalhar a propaganda pelos segmentos mais baixos da massa é uma percepção determinante para Hitler, que já havia escrito sobre isso no capítulo 6 de *Mein Kampf* e que também tinha em vista uma comparação e diferenciação em relação à propaganda da primeira grande guerra. Uma das justificativas para esta necessidade de se dirigir às massas é bem explicada por Joachim Fest em sua biografia do líder nazista. O autor aponta como Hitler acreditava até mesmo que o desenrolar da história estava ligado à eficiência propagandística dos agentes envolvidos (Fest, 1976, p. 81). E considerando a população como um todo, Hitler entendia que a propaganda:

deveria ser antes de tudo popular, não devia dirigir-se às pessoas instruídas, mas ‘unicamente e sempre à massa’, e seu nível intelectual devia ser fixado tomando-se por base o indivíduo de menor capacidade de assimilação entre aqueles que a propaganda buscava atingir. Para ser eficiente, seria necessário além disso que se concentrasse sobre alguns objetivos plausíveis que deviam ser repetidos sempre sob a forma de slogans. (FEST. Hitler, 1976, p. 82)

O que na verdade se deu foi o direcionamento da propaganda para todas as camadas através de fácil comunicabilidade, sendo fortalecido o discurso que generaliza completa e simploriamente todos os indivíduos. De um lado, todos os judeus eram responsáveis pela tentativa de destruir a Alemanha. De outro, todo o povo alemão deveria se empenhar nesta luta histórica para exterminar o inimigo, uma luta que era travestida como uma questão de sobrevivência. E se tratando do regime nazista no ápice de seus aspectos totalitários, o alcance da propaganda era gigantesco:

De 1941 a 1945, a experiência diária e ordinária de todos os alemães incluía a exposição à propaganda antissemita radical cuja intenção inequívoca era justificar o assassinato em massa dos judeus. Homens e mulheres “ordinárias” viam e ouviam um tipo de antissemitismo radical que era extraordinário mesmo quando comparado à experiência de séculos de ódio antijudaico. O regime nazista esforçou-se para assimilar uma linguagem extraordinária e genocida na aparentemente ordinária ou mais convencional narrativa militar. Nas palavras e imagens disseminadas pelos nazistas, os judeus da Europa não eram vítimas inocentes mas o grupo político de maior culpa pela Segunda Guerra Mundial. Portanto, exterminar os judeus não obliterava a distinção entre civis e combatentes: segundo a visão da liderança nazista,

todos os judeus estavam em guerra contra a Alemanha Nazista. (HERF. Inimigo Judeu, 2014, pp. 52-53)

Arendt também percebeu a generalização promovida pela propaganda, em especial, no próximo artigo a ser analisado: *Culpa organizada e responsabilidade universal*. Nele, Arendt aborda o problema de atribuição de uma culpa coletiva a todos os alemães pelos atos de seu país na guerra. Segundo a autora, e em consonância com a pesquisa de Herf, a estratégia política do regime hitlerista de pregar a impossibilidade de diferenciar nazistas e alemães fazia com que toda a população fosse vista como um povo unido e que apoiava o governo. Como consequência, o regime eliminaria “todas as esperanças dos Aliados de encontrar uma parte do povo sem contaminação ideológica (...)”.³³

O elemento mais relevante presente neste ensaio está algumas páginas adiante. Arendt passa a tratar daqueles assassinos do regime nazista que não eram sádicos, boêmios ou pervertidos, mas apenas “trabalhadores e bons homens de família”.³⁴ Algumas passagens a esse respeito parecem muito interessantes de ser discutidas, tendo em vista que a autora só formularia suas reflexões sobre a banalidade do mal a partir de 1961, no julgamento de Adolf Eichmann. Ainda assim, neste ensaio de 1945 Arendt parece ciente de que alguns homens capazes de cometer assassinatos não eram exatamente malignos como se imagina. Tendo em vista o tópico que aqui analisamos, propaganda e terror, um pequeno trecho de *Culpa organizada e responsabilidade universal* suscita boas questões:

Assim, aquela mesma pessoa, o alemão médio, que os nazistas, a despeito de anos da mais furiosa propaganda, não conseguiam induzir a matar um judeu por conta própria (nem mesmo quando deixaram muito claro que esse assassinato ficaria impune), agora serve à máquina de destruição sem levantar oposição. (ARENDR. Compreender, 2008a, p.157)

A “máquina de destruição” a que Arendt se refere é a organização terrorista mais infame e famosa da guerra, a SS. Chefiada por Heinrich Himmler, a SS foi capaz de agrupar homens exatamente com o perfil desejado de “pais de família”, em vez de criminosos sádicos e cruéis. Arendt traça um breve perfil de Himmler,

³³ ARENDR. Compreender, 2008a, p. 150

³⁴ ARENDR. Compreender, 2008a, p. 157

descrevendo-o como um burguês que aparenta ter toda a "respeitabilidade, todos os hábitos de um bom páter-famílias que não trai a esposa e procura ansiosamente garantir um futuro decente para os filhos (...)".³⁵

A descrição da autora, no entanto, é breve e insuficiente, visto que esta discussão é apenas secundária em seu texto. Para aprofundar um pouco mais na análise do perfil oportunista de Himmler e de seus assassinos, o livro *The Face of the Third Reich*, também de Joachim Fest, é sem dúvidas uma grande referência elogiada pela própria Hannah Arendt, como mencionado na introdução deste capítulo. Na seção do livro dedicada ao estudo de Himmler, Fest faz descrições interessantes sobre o nazista e explicita sua moralidade completamente desmedida. Por exemplo, o fato de que o homem que comandava a mais mortal organização terrorista do regime era o mesmo que condenava a caça e pregava respeito aos animais.³⁶ Sobre o perfil dos assassinos recrutados pelo chefe da SS, o autor reforça as afirmações de Arendt acima: "O novo tipo de homem de violência recrutado por Himmler estava preocupado com a exterminação desapaixonada de oponentes reais ou possíveis, não com a liberação primitiva de impulsos sádicos".³⁷

A afirmação central que se extrai destes textos de Arendt e Fest é que *a propaganda foi parte fundamental na produção de engrenagens humanas da máquina de terror nazista, sendo direcionada a diferentes públicos, até mesmo para convencer os homens médios a cometer crimes sem resquícios de sadismo*. No caso destes, o ódio e o nacionalismo tiveram pouco efeito, mas estes não são os únicos elementos propagandísticos dos quais o regime se serviu. A melhor propaganda para os assassinos dóceis foi indicar a possibilidade de eles ficarem desempregados, dar a entender que suas famílias estavam em risco e, acima de tudo, mostrar que não precisariam assumir responsabilidades por seus atos.³⁸ Não se tratava de conseguir sanguinários para fazer o serviço sujo, mas sim de recrutar funcionários para fazer um serviço como outro qualquer.

³⁵ ARENDT. Compreender, 2008a, p. 157

³⁶ Fest cita palavras do próprio Himmler sobre a crueldade com os animais, onde o nazista dizia que eles tinham direito à vida. Ver: FEST. *The Face of the Third Reich*, 1999, p. 121

³⁷ FEST. *The Face of the Third Reich*, 1999, p. 118, tradução minha.

³⁸ "Ficou evidente que esse tipo de homem, para defender sua aposentadoria, o seguro de vida, a segurança da esposa e dos filhos, se disporia a sacrificar suas convicções, sua honra e sua dignidade humana." (ARENDT. Compreender, 2008a, p. 157)

As considerações feitas até aqui servem como introdução para entender a relação entre a propaganda e o terror. Em suma, as passagens de *Abordagens do “problema alemão”* e *Culpa organizada e responsabilidade universal* mostram como a propaganda nesse caso serve como a “ponta de lança” do terror totalitário, ou seja, um prenúncio e uma convocação para o que está por vir. Um prenúncio de retaliação para os inimigos do movimento e de novas conquistas para a sobrevivência da nação. Uma convocação para os homens cuja vida e segurança dependiam inteiramente do sucesso do regime nazista e, portanto, da total união da população na guerra pela sobrevivência da raça, ou seja, os “assassinos-pais-de-família”, por assim dizer.

Diretamente ligada às funções e efeitos propagandísticos apresentados, está a conflituosa relação entre propaganda e realidade no totalitarismo, o próximo tópico a ser abordado. Para tal, é muito relevante o artigo *As sementes de uma Internacional fascista*, de 1945, em que na terceira e última parte, Arendt mostra como a mentira é um elemento propagandístico muito comum, mas que no caso dos nazistas tomou uma forma peculiar. A autora diz que: “Sempre foi uma característica da propaganda fascista, embora pouco notada, que ela não se contentasse em mentir, mas propusesse deliberadamente transformar suas mentiras em realidade”.³⁹

O regime nazista era muito hábil em embaralhar as categorias de verdade, mentira e realidade. Por um lado, ele anunciava o terror que visava instaurar através da mais brutal sinceridade. Por outro lado, este anúncio era contaminado com mentiras acerca da política mundial. Em suma, entre a sinceridade e as mentiras, os nazistas se comprometeram a transformar suas falsidades em realidade. No próprio ato de anunciar as intenções essa transformação já estava prevista:

A característica essencial da propaganda fascista nunca foram suas mentiras, pois a mentira é algo mais ou menos comum à propaganda de todos os tempos e todos os lugares. O essencial era que elas exploravam o velho preconceito ocidental que confunde a realidade com a verdade, e convertiam em ‘verdade’ algo que até então só podia ser dito sob a forma de mentira. (ARENDR. Compreender, 2008a, p. 176)

³⁹ ARENDR. Compreender, 2008a, p. 175

O comprometimento do regime não era com a verdade, mas sim com a realidade, ou melhor, com a transformação desta. As mentiras que a propaganda contava eram vistas pelo regime como “temporárias”, ou seja, quando ele conseguisse realizar seus objetivos, mesmo os de curto prazo, o conteúdo de suas mentiras passaria a estar de acordo com esta nova realidade. Assim, a modificação do mundo real era prevista pelo regime e poderia ser percebida em sua propaganda.

A este respeito, Arendt aponta uma das grandes consequências de anos de propaganda nazista na Alemanha. No artigo *Após o domínio nazista: notícias da Alemanha*, de 1950, a filósofa discute a situação do país e seu povo após a guerra, dando ênfase à “fuga alemã da realidade”, cujo “aspecto mais chocante e assustador” é o hábito de fazer dos fatos apenas uma questão de opinião (Arendt, 2008a, p. 275). Nesse contexto, Arendt reforça as afirmações analisadas até aqui:

As mentiras da propaganda totalitária se diferenciam da mentira normal dos regimes não totalitários em tempos de emergência por sua sistemática negação da importância dos fatos em geral: *todos os fatos podem ser alterados e todas as mentiras podem se tornar verdadeiras*. A marca nazista impressa no espírito alemão consiste, em primeiro lugar, num condicionamento pelo qual a realidade deixa de ser a soma total dos fatos concretos e irrecusáveis, e se torna um aglomerado de eventos e slogans sempre variáveis, em que uma coisa pode ser verdadeira hoje e falsa amanhã. (ARENDR. Compreender, 2008a, p. 276. *Grifo meu*)

Assim, Arendt argumenta que a realidade baseada em fatos concretos torna-se efêmera em um contexto em que todos os indivíduos estão acostumados a receber verdades contraditórias a cada dia. Nestas circunstâncias, o efeito da propaganda não é apenas o engano através da mentira, mas a consequente dificuldade e falta de interesse dos indivíduos em distinguir o que é real e o que é falso. Afinal, como se dar ao esforço de buscar verdades que podem variar diariamente? Da perspectiva do regime, por outro lado, interessava que suas mentiras passassem a ser verdadeiras o quanto antes. E esta tarefa de transformar a realidade é o que conecta os dois tópicos discutidos nesta seção.

O artigo *A imagem do inferno*, de 1946, exemplifica e esclarece a confusão entre a mentira, a realidade e o elemento do terror que viemos discutindo até aqui. Nele, Arendt faz uma abordagem sobre o terror totalitário e começa a analisar a ideia de que a propaganda especificamente totalitária deve vir acompanhada de terror, pois somente assim ela poderá transformar em realidade todas as mentiras

que apresenta. O melhor exemplo disso é a afirmação de que os judeus são subumanos:

Se os nazistas tivessem se contentado simplesmente em montar um libelo acusatório contra os judeus e propagandear a ideia de que existem povos subumanos e super-humanos, dificilmente teriam conseguido convencer o senso comum de que os judeus eram subumanos. *Mentir não bastava. Para ter crédito, os nazistas tiveram de forjar a própria realidade e fazer com que os judeus parecessem subumanos.* (ARENDR. Compreender, 2008a, p.228. *Grifo meu*)

O método utilizado para “forjar a realidade” foi o terror dos campos de concentração, responsável por extinguir a humanidade de todas as suas vítimas e, portanto, confirmar as ideias propagandeadas. Aquilo que o regime nazista disseminava através da propaganda era um anúncio para o terror que transformaria sua pregação em realidade. E no caso da propaganda de cunho racial, um outro elemento relevante é mencionado por Arendt: a pseudociência.

Ainda em *A imagem do Inferno*, Arendt afirma que “Hitler, ao pedir argumentos ‘científicos’ e se recusar a usar as idéias(sic) malucas da propaganda anti-semita tradicional, mostrou uma de suas intuições fundamentais sobre a natureza da propaganda moderna”.⁴⁰ Arendt identifica na cientificidade adotada pela propaganda um marco da modernidade. Klemperer parece perceber esta mesma característica inovadora, e afirma que o antissemitismo abordado “de forma pretensamente científica, deixa de ser anacrônico; ao contrário, condiz perfeitamente com o pensamento moderno”.⁴¹

No entanto, este marco moderno não surge com a propaganda política, mas sim na publicidade comercial. Arendt tinha plena consciência da inspiração tomada pelos nazistas na propaganda publicitária estadunidense e menciona esta relação em *Origens do Totalitarismo*, na seção destinada à propaganda, a ser analisada com maior atenção no próximo capítulo.⁴² Contudo, o exemplo analógico que Arendt comenta em tal seção foi igualmente usado em *A imagem do Inferno*. Afinal, não se trata de um exemplo formulado pela autora, mas sim pelo próprio Hitler, em

⁴⁰ ARENDR. Compreender, 2008a, p. 230

⁴¹ KLEMPERER. LTI: a linguagem do Terceiro Reich, 2009, p. 219

⁴² Segundo Arendt, “os nazistas, sem o confessarem, aprenderam tanto com as organizações dos gângsteres americanos quanto a sua propaganda, confessadamente, aprendeu com a publicidade comercial americana.” (ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 477)

Mein Kampf. A analogia hitlerista narrada por Arendt é muito esclarecedora e será repetidamente referenciada nos capítulos seguintes deste trabalho.

Eis o exemplo: imaginemos um anunciante de uma nova marca de sabonete. Se ele visa conquistar o mercado, jamais poderia admitir a existência de outros bons sabonetes de outras marcas. Ele quer que o público consuma seu produto, mas dizer que seu sabonete é o melhor de todos não é suficiente para alcançar tal objetivo. Assim, o anunciante acrescenta à sua propaganda um elemento de ameaça. Dirigindo-se ao público alvo feminino, ele passa a dizer que se não utilizarem o seu sabonete, suas possíveis clientes ficarão cheias de espinhas e não conseguirão se casar. E como o anunciante não tem poder para garantir que as mulheres fiquem com espinhas e sem maridos caso o ignorem, ele precisa apelar para uma autoridade científica, como se suas ameaças realmente fossem se concretizar por serem cientificamente comprovadas.⁴³

Em primeiro lugar, nota-se que a propaganda não visa exatamente a formação de uma opinião bem consolidada, mas sim gerar um comportamento desejado e previsto. Este seria o “ponto axial” para Arendt em *Origens do Totalitarismo*, segundo Odílio Alves Aguiar (Aguiar, 2008, p. 79). O que é fundamental a ser compreendido neste exemplo, sob a ótica da relação entre propaganda, realidade e terror, é que a pseudociência aparece apenas em um primeiro momento, quando o anunciante precisa desbancar a concorrência. Uma vez que o mercado foi monopolizado, não há mais necessidade de justificar cientificamente a qualidade do seu produto, e o mesmo ocorre no totalitarismo:

Tanto no caso da publicidade comercial quanto no da propaganda totalitária, a ciência é apenas um substituto do poder. A obsessão dos movimentos totalitários pelas demonstrações ‘científicas’ desaparece assim que eles assumem o poder. Os nazistas dispensaram até mesmo os eruditos que procuraram servi-los, e os bolchevistas usam a reputação dos seus cientistas para finalidades completamente não científicas, transformando-os em charlatões. (ARENDR. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 478)

Quando o totalitarismo chega ao poder, a pseudociência é dispensada para dar lugar ao terror total. A ciência racial nazista vai para segundo plano e entra em vigor

⁴³ Este exemplo é narrado pela primeira vez em: ARENDR. *Compreender*, 2008a, p. 230. Anos depois, Arendt volta a mencionar a propaganda de sabonete em: ARENDR. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 478.

aquilo que está expresso no título do artigo, a imagem do inferno, ou seja, os campos de concentração. É através do terror totalitário que se percebe a relação da pseudociência com o âmago das ideologias. Arendt afirma que no totalitarismo o terror não se apresenta nas formas já conhecidas pela humanidade. O que o diferencia é que ele aparece como uma conclusão natural de premissas previamente estabelecidas pela ideologia do movimento. Como vimos, a ideologia se apresenta como se fosse baseada em argumentos científicos, portanto, o terror seria apenas uma conclusão lógica, axiomática, de premissas que foram cientificamente comprovadas e anunciadas pela propaganda do regime. Sumariamente, nas palavras de Arendt, “o terror surge como uma conclusão lógica e natural a partir de uma hipótese pseudocientífica”.⁴⁴

Quando chega ao poder, o regime pode organizar a sociedade como bem entender e realizar as ações nefastas que pretende, de tal forma que a justificação científica se torna obsoleta. Assim, os campos de concentração servem como demonstração daquela primeira premissa anunciada pela propaganda. Antes, a ideia do judeu como um subumano era promovida pela propaganda e seus aspectos aparentemente científicos. Agora, nos campos de concentração, todos os traços humanos foram retirados daqueles que tiveram o infortúnio de fazer parte da imagem do inferno. E para que este inferno na terra pudesse ser estabelecido de forma tão única e inédita, alguns fatores foram determinantes: as massas, a ideologia e o terror “justificado”. Estes são os fatores que Arendt trata mais profundamente na sua primeira grande obra, *Origens do Totalitarismo*, e que agora receberão nossa atenção.

⁴⁴ ARENDT. Compreender, 2008a, p. 232

3. Totalitarismo: propaganda e a nova forma de governo

Ao perceber que tinha um evento inédito diante dos olhos, Arendt trilhou seu caminho de reflexões sobre o totalitarismo explorando seus variados aspectos. Os ensaios, artigos e manuscritos estudados até aqui são exemplos dos esforços de compreensão da filósofa. Somando esses esforços, finalmente, os fragmentos do pensamento arendtiano se consolidaram na obra *Origens do Totalitarismo*. É neste livro que a autora finalmente expõe aquilo que considera central para compreender a nova forma de governo que surgiu de forma tão infame em seu tempo.⁴⁵

A seguir, dedicaremos três seções ao estudo do totalitarismo. O objetivo é captar aspectos essenciais dos regimes totalitários e destacar a presença da propaganda em relação a cada um deles. É preciso lembrar que o capítulo anterior foi destinado a discutir algumas características básicas da propaganda abordadas por Arendt em escritos pré-*Origens do Totalitarismo*. Assim, muito do que veremos a seguir já foi direta ou indiretamente comentado nas últimas páginas. De qualquer forma, a seção *A Propaganda Totalitária*, da obra de 1951, nos oferece novos elementos sobre o assunto, e por isso receberá um tratamento especial e minucioso neste capítulo. Mas para dar continuidade à discussão, vejamos agora os principais elementos dos regimes totalitários.

3.1 Massas, ideologia e terror

A primeira condição necessária para o estabelecimento de um regime totalitário é a existência de massas. Arendt apresenta diversas considerações sobre

⁴⁵ Aqui é preciso fazer uma distinção importante: *Origens do Totalitarismo* pode ser uma obra central na compreensão de Arendt sobre os regimes de terror, mas não é de forma alguma a obra “final”. A autora continuou escrevendo e analisando o tema por muitos anos depois da publicação e acrescentou novas nuances à discussão. O exemplo mais notório é a reportagem sobre o julgamento de Eichmann, que ocorreu 10 anos após a primeira versão de *Origens do Totalitarismo* e que se tornou um livro em 1963.

a sociedade de massas, sendo um ponto de discussão amplamente difundido entre leitores e comentadores de sua obra. A definição de André Duarte, sucinta e completa, oferece um bom ponto de partida:

A massa é, portanto, um agregado numeroso de indivíduos atomizados, quer dizer, individualizados e isolados em função da dissolução das relações sociais costumeiras. Estes indivíduos são também desenraizados, ou seja, destituídos de referências comuns, permanecendo alheios a qualquer interesse, seja ele comum ou próprio. (DUARTE. O Pensamento à Sombra da Ruptura, 2000, p. 51)

Os elementos de maior destaque na noção de massa são, portanto, numerosidade, atomização, isolamento e superfluidade. Vejamos um pouco de cada um desses aspectos a partir de agora. Em primeiro lugar, nas palavras de Arendt: “Somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário, diferente do movimento totalitário”.⁴⁶ Assim a primeira característica das massas é apresentada. Trata-se do grandioso número de indivíduos que formam o todo massificado. Arendt deixa claro que um regime totalitário só poderá se estabelecer e deixar o status de um pequeno movimento após deter um grande número de humanos para organizar como preferir e até mesmo sacrificar quando necessário. Em outras palavras, as massas são a matéria prima dos regimes totalitários. É sobre o apoio delas que o governo organiza toda a sociedade.

É curioso, no entanto, que o movimento totalitário seja capaz de causar tamanho interesse nessas pessoas. O que caracteriza as massas, diferentemente das classes, é o grande número de indivíduos desinteressados dos assuntos políticos, incapazes de se associarem a partidos, sindicatos e organizações (Arendt, 2012, p. 439). Os movimentos totalitários acharam sua força justamente neste grupo de pessoas que de alguma forma adquiriram interesse nos rumos da política e que, até então, eram deixadas de lado pelos partidos tradicionais “por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem atenção”.⁴⁷

As massas encontram-se desprovidas de um senso de comunidade, pois perderam os interesses compartilhados que são necessários para a interação entre

⁴⁶ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 438

⁴⁷ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p.439.

humanos e a constituição de um mundo comum. São estes interesses que dão sentido à política, pois constituem o espaço entre os homens, aquele espaço que os une e os separa no âmbito político. Em outras palavras, Arendt se refere aos interesses que dão motivos aos homens para interagirem enquanto indivíduos singulares envolvidos nas mesmas questões e regidos pelas mesmas leis. Em *Sobre a Natureza do Totalitarismo: uma tentativa de compreensão*, Arendt faz questão de ressaltar a importância e peculiaridade dos aparatos legislativos em diferentes regimes. De acordo com a filósofa, são as leis, com a estabilidade que as sustentam, que erigem “as fronteiras e os canais de comunicação entre os homens que convivem e agem juntos”, permitindo que algo novo aconteça a partir dessa convivência e salvaguardando “a existência prévia de um mundo comum”.⁴⁸ No totalitarismo, as leis tradicionais que regulavam o espaço político são suprimidas. Arendt aponta que em governos constitucionais, as leis são fronteiras que permanecem estáticas para que os homens possam se mover dentro de seus limites; no totalitarismo, ao contrário, são os homens que se tornam estáticos, pois suas ações espontâneas não podem ser toleradas pelo regime. Logo, não há espaço para a ação política entre as pessoas. A espontaneidade da ação humana pode ferir a ordem e o controle do regime. Ou então, como Arendt escreve em *Sobre a Natureza do Totalitarismo*, a ação livre pode retardar o curso previsto do terror (Arendt, 2008a, p. 361).

Os indivíduos da sociedade de massas em que o totalitarismo é instaurado são, necessariamente, isolados e atomizados. Uma sociedade atomizada é aquela em que “as pessoas convivem sem ter nada em comum, sem compartilhar nenhum campo visível e tangível do mundo”.⁴⁹ A filósofa prossegue em sua explicação, também presente em *Sobre a Natureza do Totalitarismo*, utilizando uma analogia muito oportuna para retratar a ausência de um mundo compartilhado. Ela diz que os moradores de um prédio constituem um grupo por compartilharem um espaço comum, isto é, o próprio edifício. Assim, se o prédio for destruído ou apenas retirado destes indivíduos, eles ficarão isolados uns dos outros e não terão mais aquele espaço conjunto. Da mesma forma, as instituições políticas e as leis formam um mundo compartilhado e surgem a partir da comunicação entre os indivíduos, ou

⁴⁸ ARENDT. Compreender, 2008a, p. 361

⁴⁹ ARENDT. Compreender, 2008a, p.376

seja, é a partilha destes elementos que delimita um certo grupo ou sociedade. O totalitarismo vem acompanhado da atomização precisamente porque estes fatores de compartilhamento no mundo comum são rompidos.⁵⁰

O homem de massas não possui vínculos sociais normais, é indiferente à sua morte, uma vez que não se sente pertencente ao mundo e a de seus iguais, despreza o bom senso e não apresenta nenhum tipo de reflexão profunda sobre quaisquer assuntos. A atividade do pensamento, que requer um aprofundamento reflexivo sobre os temas de interesse, não faz parte do cotidiano superficial dos homens de massa. Esta é uma das nuances do desenraizamento: ao invés de fincar raízes profundas no mundo em que se inserem, estes homens se acostumam à realidade mais superficial existente. Eis o fenômeno do isolamento político e da atomização nas massas do totalitarismo: numerosos indivíduos cingidos uns aos outros e, no entanto, completamente isolados, sem nenhum interesse ou afeição que possam ser compartilhados com os demais.

Na esteira da atomização e da falta de raízes, uma outra característica das massas modernas mostra-se fundamental para o totalitarismo: a superfluidade, ou seja, a forma como as massas “consideram as vidas de qualquer um, incluindo a sua própria, como igualmente descartáveis”.⁵¹ A superfluidade das massas é o sentimento daqueles que a compõem de que são inteiramente dispensáveis, sem importância para o mundo e, portanto, indiferentes ao próprio destino. É a sensação de não pertencer ao mundo levada às últimas consequências, e aparece como um resultado do desenraizamento.⁵² Os homens supérfluos possuem grandes lacunas em suas vidas que o totalitarismo soube preencher de forma muito eficaz.

Ciente da falta de interesse pela política, do ressentimento, da indiferença à vida e do desprezo pelas instituições tradicionais, o movimento totalitário preenche as lacunas com sua ideologia e se apresenta como uma alternativa violenta. Em contrapartida, ele exige uma lealdade irrestrita dos seus membros, o que explica o ineditismo do interesse das massas na política. O movimento totalitário fornece aos

⁵⁰ Ver a analogia com o prédio em: ARENDT. *Compreender*, 2008a, p.376.

⁵¹ Org: SWIFT. *Routledge Critical Thinkers: Hannah Arendt*, 2009, p. 91, tradução minha

⁵² “Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma.” (ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 634)

homens de massa uma razão de existir, dá a eles o lugar no mundo que sentiam ter perdido, e a partir daí conseguem o apelo popular.⁵³

Assim, os homens de massa são requeridos a confiar irrestritamente naquele que exerce a liderança. O ineditismo do totalitarismo também passa pela apresentação do líder. Não se trata de um tirano que governa conforme seus apetites e vontades, mas sim de um líder que se coloca na posição de um funcionário das massas e que apenas as dirige (Arendt, 2012, p. 455). Com a lealdade irrestrita, firma-se um pacto entre líder e massa, no qual um depende do outro. Sem o líder, as massas não têm um representante e tornam-se uma multidão sem forma definida, enquanto o líder torna-se insignificante se for desprovido delas (Arendt, 2012, p. 456).

Para uma filósofa que concebe a política como dependente da pluralidade, a atomização dos homens de massa regidos pela palavra de um líder é um grave problema. Segundo Arendt, a política só tem razão de existir quando falamos em homens no plural, e não no singular, ou seja, quando há uma agência conjunta entre indivíduos interessados nas mesmas questões. Assim, quando o totalitarismo dissolve a pluralidade humana “em um Um-Só-Homem de dimensões gigantescas”,⁵⁴ a condição básica da política é eliminada. Ao invés da agência de muitos, tudo se reduzirá aos comandos do líder. Quando a massa significa um aglomerado amorfo de humanos isolados entre si, o Um-Só-Homem, não há mais espaço para a pluralidade.

Contudo, o totalitarismo dá uma coesão aos homens de massa através da ideologia. É como se os interesses inexistentes entre os indivíduos comprimidos fossem substituídos por uma ideia que dá sentido às suas existências. No capítulo *Ideologia e Terror*, Arendt começa a delinear seu conceito de ideologia através de uma análise etimológica muito simples e eficiente, descrevendo-a como “a lógica de uma ideia”.⁵⁵ No totalitarismo, a ideologia do regime é levada às últimas consequências, de maneira que a ideia central se desenvolve em uma lógica simples e inabalável que se torna mais coerente que a própria realidade. O totalitarismo não

⁵³ “Não se pode esperar essa lealdade a não ser de humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais (...) só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido.” (ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2021, p. 454)

⁵⁴ ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 619

⁵⁵ ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 624

apenas interpreta toda a história humana a partir de uma certa ideia, mas, mais do que isso, toma para si o papel de transformar toda a realidade ao imprimir nela tudo aquilo que está previsto pelo líder. A história passa a ser narrada de um ponto de vista ideológico. Sobre este ponto, é importante destacar de antemão a importância da propaganda para a disseminação das profecias do líder e para contar a história de um ponto de vista ideológico.

Segundo Arendt, as ideologias centrais para o surgimento do totalitarismo em seu tempo foram o racismo, na Alemanha nazista, e o comunismo, especificamente na era de Stálin. Apenas estas ideias, a doutrina racial e a luta de classes, se manifestaram inteiramente em regimes totalitários, mas não são as únicas existentes. Nem todas as ideologias resultam em um regime consolidado. No entanto, todas as ideologias possuem três características de essência totalitária. Odílio Aguiar as enumera resumidamente, em seu artigo *A Tipificação do Totalitarismo*, da seguinte forma: “1. A pretensão de explicação total; 2. o rompimento com toda experiência e o funcionamento na forma de propaganda; 3. A coerência total produtora da coerção argumentativo-organizacional”.⁵⁶ A seguir, tomaremos a doutrina racial nazista como exemplo para elucidar estes pontos.

Primeiramente, toda a história humana poderia ser explicada a partir do racismo. Eventos passados poderiam ser compreendidos à luz de conspirações de raças inferiores para prejudicar a raça ariana; acontecimentos presentes eram noticiados como parte da atuação da raça judaica nos bastidores da história mundial, de forma que o regime se propunha a esclarecer a população sobre as tramas envolvidas nestes eventos; e por sua vez, o futuro seria construído pelos atos do regime nazista em sua busca pela salvação ariana e extermínio do inimigo judeu, sempre de uma forma seguramente prevista pelo líder. Com essa narrativa, os homens de massa sentiam-se finalmente pertencentes à história humana e se dispunham a fazer o que fosse necessário em prol da ideologia totalitária, que agora se apresenta como a explicação total de todos os mistérios imagináveis.

Em segundo lugar, e de maior relevância para nosso estudo, as ideologias descolam os homens da realidade com grande ajuda da propaganda. De acordo com

⁵⁶ Em seu artigo, Odílio utiliza os termos “a liberdade de toda a experiência” para descrever a segunda característica. Para evitar ambiguidades com o uso do termo “liberdade”, proponho uma mudança para “o rompimento com toda experiência”. A citação original encontra-se em: AGUIAR. *A Tipificação do Totalitarismo*. In: dois pontos, vol. 5, n. 2, 2008, p. 85

Arendt, o pensamento ideológico despreza aquilo que é percebido pelos cinco sentidos, ou seja, pelas experiências básicas de vida. No lugar desta experiência, afirma a existência de uma realidade alternativa, mais real que o próprio mundo visível, porém escondida por trás das aparências. Para conseguir captar esta realidade mais verdadeira, os indivíduos precisariam de um “sexto sentido”, e este é fornecido pela ideologia.⁵⁷ Em outras palavras, o regime totalitário impregna seus membros com a ideologia através de altas cargas de doutrinação, o que justifica os esforços propagandísticos:

A propaganda do movimento totalitário serve também para libertar o pensamento da experiência e da realidade; procura sempre injetar um significado secreto em cada evento público tangível e farejar intenções secretas atrás de cada ato político público. Quando chegam ao poder, os movimentos passam a alterar a realidade segundo as suas afirmações ideológicas. (ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 627)

A ficção ideológica que o regime apresenta à população por meio da propaganda não se baseia nas experiências do mundo real, ao contrário, despreza o corrente estado das coisas. O que o regime se propõe a fazer é imprimir sua ficção na realidade, transformar o mundo, construir um novo real de acordo com sua doutrina. Nas palavras de Odílio Aguiar: “Por meio da ideologia é possível o cálculo e o controle do real a partir da ficção”.⁵⁸ Para tal, o regime dá aos seus membros o suposto *sexto sentido, ou seja, a capacidade de ver por trás dos acontecimentos reais fornecida pela ideologia através da propaganda*. Quando Herf menciona os discursos nazistas que fazem referência à Comunidade Judaica Internacional, como vimos no capítulo anterior, e quando Klemperer menciona o uso do termo *Weltjudentum* [judaísmo mundial],⁵⁹ o que está em jogo é exatamente esta característica tão marcante das ideologias. É nada mais que o regime abrindo os olhos da população para a realidade escondida nas cortinas de fumaça de acontecimentos reais. Contudo, o grande malefício ideológico é que este sexto sentido não revela realidade alguma, mas sim teorias conspiratórias e o estímulo à

⁵⁷ “O sexto sentido é fornecido exatamente pela ideologia, por aquela doutrinação ideológica particular que é ensinada nas instituições educacionais, estabelecidas exclusivamente para esse fim (...)” (ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 627)

⁵⁸ AGUIAR. A Tipificação do Totalitarismo. In: dois pontos, vol. 5, n. 2, 2008, p. 85

⁵⁹ Ver: KLEMPERER. LTI: a linguagem do Terceiro Reich, 2009, p. 299

caça de fantasmas inexistentes. Lamentavelmente, não há como negar a eficiência desta técnica propagandística e sua consequente viralização após a guerra. Há muitos exemplos de propaganda política posteriores ao totalitarismo apontando para determinados culpados, caricaturando-os e indicando sua predominância em complôs de bastidores, ainda que em menor medida se comparados ao regime de Hitler.⁶⁰

A terceira característica fundamental das ideologias é a suposta coerência totalizante por trás da doutrina. Trata-se essencialmente do pensamento ideológico e sua forma de funcionamento, que “arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomáticamente, tudo mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe em parte alguma no terreno da realidade”.⁶¹

O aspecto absurdamente dedutivo das ideologias é uma consequência das características anteriores. Uma vez que a ideologia toma posse de toda a história humana e interdita a conexão dos homens com a realidade e a experiência comum, ela pode apresentar sua ideia central como uma premissa autoevidente, indiscutível e, agora, forte o suficiente para dar prosseguimento a toda uma multiplicidade de conclusões lógicas. Assim, partindo da ideia de uma desigualdade natural e evidente entre raças, o nazismo desenvolve sua argumentação: (a) existem raças inferiores; (b) estas raças são mais fracas e indignas de viver; (c) pessoas destas raças morrerão naturalmente e elas serão extintas; (d) portanto, o regime pode contribuir para a realização desta extinção, acelerando-a através do extermínio. Desta forma, o caminho estava preparado para a realização de todo tipo de atrocidade.

Neste contexto, as investidas da propaganda devem receber a merecida atenção. É através da propaganda que o regime espalha sua ideologia, divulga sua ideia central e instaura a paranoia de eventos conspiratórios entre os indivíduos. Neste processo, a propaganda destrói as ligações dos homens com a realidade e

⁶⁰ Para ficarmos com o exemplo mais recente, basta pensar na quantidade de menções à pandemia de COVID-19 como resultado do “vírus chinês”. Trata-se de uma tentativa de atrelar a pandemia a uma ação pensada pelo governo chinês para ter maior poder geopolítico e instaurar um regime de vigilância global. No que tange a conspirações deste nível, as últimas palavras de Jeffrey Herf em *Inimigo Judeu* são muito dignas de serem lembradas: “A percepção de que a história não é o produto de conspirações e que os eventos políticos são dotados de contingência é um antídoto que, mesmo frequentemente considerado óbvio, permanece como o mais importante que um historiador pode oferecer para este que é o mais letal dos venenos ideológicos.” (HERF. *Inimigo Judeu*, 2014, p. 345)

⁶¹ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 628

ajuda na formação do servo ideal do totalitarismo, que não é fanaticamente nazista ou comunista, mas sim “aquele para quem já não existe diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios de pensamento)”.⁶²

Ora, Arendt explicitamente credita o “sexto sentido” que emancipa os homens da realidade à propaganda ideológica. Neste trecho em referência ao súdito totalitário ideal, a filósofa vai além e indica que a capacidade de diferenciar o verdadeiro e o falso, precisamente aquela capacidade que a ideologia elimina nos indivíduos, é um critério para o pensamento. Assim, a propaganda é parte fundamental do totalitarismo na medida em que serve à ideologia na missão de interditar o pensamento. Ao apresentar uma narrativa conspiratória dos acontecimentos mundiais, traçar explicações retroativas sobre o passado e prever um futuro com sua lógica fechada, as ideologias tornam o pensamento obsoleto. Os homens sob o domínio totalitário são apresentados através da propaganda a uma explicação total da história humana, de tal forma que sua faculdade de pensar parece ter perdido a função. A ideologia não apenas interdita o pensamento humano, mas através de sua propaganda também entrega tudo aquilo que os homens deveriam saber. Em outras palavras, a ideologia diz o que deve ser pensado, e a propaganda é o seu correio. *A faculdade de pensar é, sob o domínio totalitário, tornada obsoleta por uma doutrina ideológica veiculada pela propaganda.* Portanto, temos uma dupla formação de indivíduos: os convictos que repetirão cada um dos slogans e clichês da propaganda de forma apaixonada, e aqueles que diante da incapacidade de discernir entre verdadeiro ou falso tornam-se os súditos ideais que abdicaram da faculdade de pensar. É claro, estas seriam as posições mais extremadas, mas há de se imaginar que na numerosa população de um regime totalitário diversos indivíduos se encontram flutuando entre estas duas posições.

Todo o processo de eliminação do pensamento humano e de justificação ideológica culminam na essência do governo totalitário: o terror total. Diferentemente de outras formas de governo tirânicas, o terror não é para o regime totalitário um meio para atingir um fim, mas sim sua própria essência, pois representa a execução prática da ideologia.⁶³ Inicialmente, o terror é aplicado contra

⁶² ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p.632

⁶³ Arendt faz questão de mencionar que o terror totalitário é muito mais complexo de ser explicado do que a categoria de meios e fins poderia dar conta. A este respeito, o discurso da filósofa para uma

a oposição do movimento, mas apenas inicialmente. Quando o regime é consolidado, as vítimas do terror passam a ser pessoas inocentes, que sequer proferiram uma única palavra contra o governo. É uma peculiaridade do terror total que ele seja aplicado não contra um grupo de resistência, mas sim contra as mesmas pessoas que fazem parte do regime sem constituir uma oposição. Isso se explica pela peculiar relação do terror com a ideologia totalitária, algo que Arendt já reconhecia em textos anteriores a *Origens do Totalitarismo*, como no já citado *A imagem do inferno*:

Um dos aspectos mais medonhos do terror contemporâneo é que, sejam quais forem seus verdadeiros motivos ou objetivos, ele aparece invariavelmente sob os traços de uma conclusão lógica inevitável, extraída de alguma teoria ou ideologia. (ARENDR. Compreender, 2008a, p. 232)

No capítulo anterior, chamamos a propaganda de “ponta de lança” do terror, pois assim fica implícita a progressão nas ameaças proferidas pelo movimento. A passagem acima indica o fim da linha, o ponto onde culmina o processo das ameaças. Inicialmente, a propaganda é utilizada para verbalizar explicitamente as intenções genocidas do pensamento ideológico. Ela anuncia o que está previsto na mentalidade do movimento, como no uso indiscriminado dos termos aniquilação (*Vernichtung*) e assassinato (*Ausrottung*). Uma vez constituído em um regime, o movimento põe em prática todas as suas promessas, que não se apresentam como atrocidades, mas sim como a conclusão lógica daquelas premissas estabelecidas pela ideologia.

Conforme dissemos anteriormente, o totalitarismo destrói as leis que constituem as fronteiras da ação humana em governos constitucionais ou republicanos. Mas sua peculiaridade é que ele faz isso de uma forma inédita. Segundo Arendt, o terror conhecido antes do totalitarismo, em tiranias, por exemplo, também era uma forma de romper as liberdades e direitos dos cidadãos, ou seja, passar por cima das leis que garantiam estes mesmos direitos.⁶⁴ Mas os

rádio alemã em 23 de março de 1953, transcrito e traduzido como *Humanidade e Terror*, é muito esclarecedor. Ver: ARENDR. Compreender, 2008a, p. 320.

⁶⁴ “Sempre que encontramos o terror no passado, ele se arraiga no uso de uma força que se origina fora da lei, a qual em muitos casos é deliberadamente exercida para derrubar os limites da lei que protege a liberdade humana e garante as liberdades e direitos dos cidadãos.” (ARENDR. Compreender, 2008a, p. 321)

regimes totalitários não se baseiam em leis no sentido jurídico ou legislativo, ao contrário, as destroem sem pudor. Para Arendt, o totalitarismo reivindica sua legitimidade a partir de uma lei maior, uma lei de movimento, que nada mais é do que a visão ideológica da história.

Os regimes totalitários valem-se do terror total para garantir a realização de uma lei que rege a humanidade. No nazismo, trata-se de uma lei da natureza, a lei segundo a qual as raças seriam naturalmente diferentes, algumas inferiores e outras superiores. Em outras palavras, haveria uma lei imperando sobre a humanidade que tem como premissa básica e cientificamente comprovável que raças inferiores tendem a sucumbir. Partindo de sua ideologia racial, o regime nazista emprega o terror para garantir que a lei da natureza seja executada. Assim, o movimento histórico da humanidade rumo em direção à realização completa da lei prevista pela ideologia e se sobrepõe a qualquer indivíduo humano em seu caminho:

O terror é a realização da lei do movimento. O seu principal objetivo é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea. Como tal, o terror procura “estabilizar” os homens a fim de liberar as forças da natureza ou da história. (ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 618)

O totalitarismo é, acima de tudo, definido pelo movimento constante. Os regimes totalitários sempre buscarão um novo inimigo a ser combatido. Se as raças inferiores fossem totalmente erradicadas, o regime nazista perderia sua razão de existir, pois a história humana, ou, neste caso, da natureza, teria chegado ao fim. Assim, o regime sempre apontará novas raças parasitárias, novos inimigos escolhidos a dedo e apontados como tais pela propaganda. No final das contas, a lei que rege o totalitarismo é a “lei da matança, a lei pela qual os movimentos totalitários chegam ao poder (...); e isso não se alteraria mesmo que ocorresse a coisa mais improvável do mundo, a saber, que eles atingissem seu objetivo de submeter toda a humanidade”.⁶⁵

É desta mentalidade que surgem os “inimigos objetivos”, aquelas pessoas que são perseguidas pelo regime não por resistirem a ele ou por *subjetivamente* se oporem às suas medidas, mas que estão marcadas *objetivamente* dado à sua classe, raça ou qualquer outro fator definido como oposto à lei da história ou da natureza.

⁶⁵ ARENDR. Compreender, 2008a, p. 329

O exemplo mais evidente: todos os judeus eram inimigos do regime nazista por definição, independentemente de sua condição financeira, idade, profissão ou pensamentos. É por isso que os inimigos objetivos são muitas vezes encontrados dentro dos próprios limites do regime.

É determinante para Arendt que tenham ocorrido tantos julgamentos em que os réus confessaram crimes que não cometeram e se declararam culpados sem grande resistência. Como a ideologia prevê, o regime sempre tem razão, e se ele identifica um indivíduo como culpado, então seu julgamento está correto. Resta ao “culpado” cumprir com a exigência feita pelo líder: confessar e mostrar sua total submissão ao movimento. A doutrinação ideológica volta-se contra o indivíduo, pois o regime que lhe dá toda a explicação da realidade está exigindo que ele se sacrifique. A lealdade irrestrita chega às últimas consequências quando os súditos estão preparados para ocupar igualmente o papel de carrascos e de vítimas, o que os torna os funcionários ideais do totalitarismo:

O que testa as pessoas é um expurgo que, de súbito, transforma o acusador em acusado, o enforcador em enforcado, o carrasco em vítima. Os chamados comunistas convictos, que desapareceram aos milhares nos campos de concentração de Stálin por ter se negado a confessar, não passaram no teste, e apenas quem consegue ser aprovado no teste pertence ao sistema totalitário. (ARENDR. Compreender, 2008a, p. 328)

Os “aprovados no teste” não são aqueles que se contaminam pela ideologia tão fortemente a ponto de incorporar cada parte da doutrina em seu pensamento. Antes, são aqueles ao qual a atividade de pensar já não faz parte do cotidiano. Segundo Arendt, aqueles que defendem uma ideia pela própria vontade podem vir a abandoná-la, e, portanto, não são membros confiáveis para o governo totalitário (Arendt, 2008a, p. 328). Por outro lado, o regime pode confiar naqueles homens que receberam o treinamento adequado para não pensar e opinar, ou seja, aqueles que deixaram as convicções de lado e continuam exercendo suas funções na estrutura do regime independentemente de qualquer outra coisa (Arendt, 2008a, p. 328).

Ao quebrar os laços entre membros do movimento e a realidade, a propaganda abre o caminho para o treinamento desses funcionários ideais. Se, como Arendt diz,

“a capacidade humana de pensar é também a capacidade de mudar de ideia”,⁶⁶ então todo pensamento é suspeito em um regime totalitário. Acima de tudo, interessa ao regime que seus membros, mais do que fanáticos, sejam incapazes de pensar. A diferença entre os membros convictos e os funcionários ideais é muito relevante neste âmbito, pois está ligada à fundamental diferença entre a propaganda e a doutrinação. A distinção entre essas duas categorias ficará mais clara a seguir, com a análise das páginas que Arendt dedica exclusivamente à propaganda totalitária em *Origens do Totalitarismo* e, posteriormente, com alguns comentários sobre o modelo de organização totalitário.

3.2 A propaganda totalitária

“Somente a rale e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo; as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda”.⁶⁷ Assim começa a seção dedicada à propaganda no capítulo *O Movimento Totalitário*, na parte 3 de *Origens do Totalitarismo*. Arendt começa suas considerações ao afirmar que o movimento totalitário precisa ser plausível em seus passos iniciais, isto é, quando seu público ainda possui fontes externas de informação (Arendt, 2012, p. 474). Em outras palavras, por precisar conquistar as massas que ainda possuem outras fontes de informação alheias ao movimento totalitário, a propaganda deve ser empregada como meio de expansão.

Em um primeiro momento, o terror e a propaganda nos países totalitários parecem ser duas faces da mesma moeda, mas Arendt não crê inteiramente nesta ideia. Na primeira nota de rodapé da seção analisada, a pensadora faz questão de pontuar que não apenas a propaganda, “mas toda a moderna publicidade de massa contêm um elemento de ameaça” e que “o terror (...) pode ser totalmente efetivo sem a propaganda, desde que se trate apenas do terror político convencional da tirania”.⁶⁸

⁶⁶ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 571

⁶⁷ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 474

⁶⁸ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 727, nota n° 1

Já analisamos estas ideias nos ensaios de *Compreender*. É notável que o próprio Hitler tenha usado a propaganda de sabonete como exemplo para a propaganda pseudocientífica totalitária, justamente por ambas trazerem uma ameaça coercitiva por trás de seu discurso. Por outro lado, é importante ressaltar que os tiranos convencionais de séculos anteriores nunca precisaram de propaganda para justificar seus atos. Sua vontade era justificativa o suficiente. É uma marca do totalitarismo que o seu terror seja precedido pela propaganda, ao menos até o momento em que o regime se estabelece e extingue a oposição. Quando não há mais oposição ou resistência, a propaganda vai para o segundo plano:

Quando o totalitarismo detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo (o que só é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe a oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias. (ARENDR. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 474)

Também é um ponto já explorado desta pesquisa a forma como o regime “dá realidade às suas doutrinas”, isto é, através do implemento do terror que transforma a realidade. Vimos como exemplo a propagação da imagem dos judeus como seres subumanos e como o terror é empregado para torná-los, ou melhor, fazer com que eles pareçam, subumanos definhantes de fato. O ponto importante que aparece melhor elaborado nesta seção é a necessidade de os regimes totalitários fazerem uso da propaganda porque se encontram em um mundo que ainda não é parte de seus domínios, ou seja, em um mundo não totalitário.

Portanto, uma característica fundamental da propaganda totalitária é explicitada: ela sempre é destinada ao exterior. Que fique claro, a ideia de “exterior” deve ser entendida em sentido amplo. De acordo com Arendt, a camada externa pode “variar grandemente”, de forma que a propaganda possa ser dirigida “àqueles segmentos da população cuja coordenação não foi seguida de doutrinação suficiente”, ou então, igualmente considerados parte de fora do regime, aos “grupos simpatizantes que ainda não estejam preparados para aceitar os verdadeiros alvos do movimento”.⁶⁹

⁶⁹ ARENDR. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 475

Assim, Arendt começa a delinear as diferenças entre a doutrinação ideológica e a propaganda. A primeira é destinada aos iniciados do movimento, ou seja, aqueles que já não precisam de tanta propaganda. Esta, por sua vez, é sempre direcionada ao público que ainda precisa ser anexado ao regime em alguma medida. É por isso que os movimentos despendem mais esforços em propaganda quando estão em crescimento, passando para a doutrinação de acordo com seus avanços e conquistas. Em suma, a propaganda sempre é realizada de acordo com a relação do regime com o mundo exterior, “por si mesmos, os movimentos não propagam, e sim doutrinam”.⁷⁰

Dada esta característica dos movimentos totalitários, Arendt aponta que o terror é um elemento mais importante na guerra psicológica do que a própria propaganda. Afinal, o crescimento destes dois elementos é inversamente proporcional: nos estágios iniciais, o movimento emprega muita propaganda visando a conquista das massas, mas ainda não tem o poder suficiente para aplicar o terror total. Quando o regime é consolidado, a propaganda fica mais distante da população, que agora está vulnerável à doutrinação ideológica e ao terror, que começa a ser aplicado desenfreadamente. Um exemplo desta diferença de proporção está nos campos de concentração, onde o “reino do terror atinge a perfeição” e a “propaganda desaparece inteiramente”.⁷¹

O papel da propaganda no totalitarismo é um tanto instrumental, mas isso não é pouca coisa. Trata-se de um meio que o movimento tem de se endereçar ao público exterior enquanto ainda não é capaz de aplicar o terror da forma desejada neste mesmo público. Quando se trata de um regime estabelecido, o líder poderia facilmente ordenar a execução daqueles indivíduos que não receberam propaganda o suficiente, pois estão em seus domínios. Mas não é isso que ele almeja. O que o regime precisa é conquistar estes indivíduos de tal forma que eles se tornem os súditos ideais, prontos para se tornarem assassinos ou assassinados quando for necessário e sem prestar resistência. É importante lembrar, o terror é o essencial para o movimento: “a propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não totalitário; o terror, ao contrário, é a própria essência da sua forma de governo”.⁷²

⁷⁰ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 476

⁷¹ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 476

⁷² ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, pp. 476-477

Isso explica a necessidade de converter indivíduos da área externa em potenciais carrascos e vítimas. No final das contas, o que dita os esforços do regime é o próprio terror, que deve ser aplicado a todos que sejam determinados como inimigos do movimento histórico. Se alguns indivíduos se recusam a realizar o papel de carrascos, então é necessário que eles recebam mais propaganda até que se adequem às exigências do movimento. Novamente, deve ser ressaltado que o regime não buscava tornar estes indivíduos mais apaixonados ou embriagados pelo conteúdo da ideologia. Arendt afirma que a educação totalitária não tinha como objetivo principal “insuflar convicções, mas destruir a capacidade de adquiri-las”.⁷³

Além da relação com o terror, as ameaças da propaganda são diretamente ligadas à ideologia. Tal como o vendedor de sabonete ameaça seu público alvo com elementos pseudocientíficos, o regime adota um tom ameaçador em sua propaganda graças a certos elementos ideológicos. Por exemplo, o comunismo de Stálin “ameaça as pessoas com a possibilidade de perderem o trem da história”, enquanto o nazismo as ameaça “com uma existência contrária às eternas leis da natureza e da vida e com uma irreparável e misteriosa degeneração do sangue”.⁷⁴ Em suma, é como se os movimentos impusessem uma bifurcação à população. Ou se está com o regime e com a lei que lhe rege, ou ficará para trás como um mísero obstáculo a ser ultrapassado.

Esta característica da retórica dominante do regime serve também a um outro importante fator ligado à pseudociência. Ao ameaçar o público com afirmações de teor profético misturado com cientificismo, o totalitarismo transfere a responsabilidade de apresentar evidências que comprovem suas ideias para o tempo futuro. Tal como a propaganda de massa, as ideologias totalitárias empregam esta técnica propagandista que faz com que o argumento apresentado, isto é, as hipóteses pseudocientíficas, só possa ser comprovado a longo prazo. Desta forma, o regime se apresenta ao público alvo como o detentor da verdade e único capaz de conhecer o destino. A ameaça fica latente. As leis de movimento são leis históricas, cujos desdobramentos podem levar milênios para acontecer. Sob este pretexto, o regime nunca poderia ser pego no erro, pois sempre pode argumentar que suas

⁷³ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 622

⁷⁴ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 478

previsões não aconteceram *ainda*, e, assim, reforçar a ameaça àqueles que se recusam a aderir ao movimento. É tudo uma questão de tempo.

A propaganda também manifesta a consciência do totalitarismo de que as massas são formadas por indivíduos que não compartilham interesses. Como estudamos anteriormente, não são os interesses comuns que definem os homens de massa. Ao invés de se unirem em uma instituição política, eles se dividem em um caos desordenado de interesses individuais (Arendt, 2012, p. 481). Segundo Arendt, esse egoísmo abre as portas para o fanatismo, de onde surgem aqueles membros do partido que vivem a ideologia tão intensamente a ponto de se sacrificar por ela (Arendt, 2012, p. 481). O fanatismo, no entanto, precisa ser renovado e reforçado com frequência. Para isso a propaganda aposta na imagem infalível do líder. Este é mais um motivo pelo qual os regimes tanto se esforçam para transformar suas mentiras em realidade: se o líder previu, então deverá ser realizado, pois ele nunca mente; suas afirmações não são levianas, mas sim baseadas na interpretação das forças históricas e naturais cientificamente comprováveis.

Com este método de transformação da previsão em realidade, os regimes totalitários aplicam a segunda característica fundamental das ideologias, ou seja, a emancipação da experiência através da propaganda, tendo como consequência nefasta a incapacidade de distinguir entre fato e ficção. Uma vez que o movimento chega ao poder e começa o processo de transformação da realidade, discutir a veracidade das previsões é inútil. Segundo Arendt, seria como discutir com um assassino e afirmar que a vítima que ele tenta matar está viva. Pouco depois, o assassino mata a vítima e apresenta a prova de que sua previsão de homicídio estava certa (Arendt, 2012, p. 483). O importante neste caso é que a realidade pouco importa para o assassino, pois ele pode alterá-la quando realizar seu plano. Este desprezo pelos fatos é uma marca da propaganda totalitária, na medida em que o regime sabe que quem dirá o que é fato ou ficção é ele mesmo, detentor do poder de transformar o real. O recurso de dar previsões infalíveis denuncia suas intenções:

Em outras palavras, o método da predição infalível, mais que qualquer outro expediente da propaganda totalitária, revela o seu objetivo último de conquista mundial, pois somente num mundo inteiramente sob o seu controle pode o governante totalitário dar realidade prática às suas mentiras e tornar verdadeiras

todas as suas profecias. (ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 483-484)

Desprovidas de interesses comuns, indiferentes à própria morte e tendo seu ódio apontado para certos inimigos, as massas são facilmente seduzidas pela predição infalível do líder, pois finalmente sentem-se vitoriosas. Pouco importa a sobrevivência individual e menos ainda a coletiva, afinal, não há sentimento de coletividade nos homens de massa. A única coisa que os une é o ódio compartilhado e direcionado pelo regime a um certo grupo. Vulneráveis pela retórica propagandista, as massas se deixam levar pelo desejo da vitória “em sua forma mais abstrata”, sem se perguntar a que custo e por que motivos lutar, pois só lhes interessa “a vitória em não importa que causa e o sucesso em não importa que empreendimento”.⁷⁵

Mas há um outro motivo por trás da fácil sedução das massas pela propaganda totalitária. Como Arendt e Herf demonstraram, a propaganda dos movimentos totalitários investe na propagação de conspirações. Até mesmo os eventos mais triviais são descritos como parte de um complô maior e amplificam a sensação de paranoia. Nos termos de Arendt, os tópicos abordados pela propaganda totalitária eram escolhidos pensando no mistério em torno deles (Arendt, 2012, p. 484-485). A autora menciona a constante renovação da propaganda bolchevista acerca das conspirações mundiais.⁷⁶ Por outro lado, entre os nazistas o senso de conspiração era mais centrado em um único inimigo, o judeu. O que ambos têm em comum é a exploração de uma das principais características das massas, que Arendt define da seguinte maneira:

Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte. (ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 485)

⁷⁵ ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 484

⁷⁶ “(...) desde meados da década de 30, uma misteriosa conspiração mundial tem seguido outra na propaganda bolchevista, a começar pelo complô dos trotskistas, passando pelo domínio das trezentas famílias, até as sinistras maquinações imperialistas dos serviços secretos britânicos e americanos.” (ARENDR. Origens do Totalitarismo, 2012, p. 485)

Assim, a propaganda totalitária a serviço da ideologia, que fornece aquele sexto sentido à população, encaixou como uma luva na mentalidade das massas modernas. A propaganda dava às massas aquilo que mais desejavam, uma realidade coerente do qual sentiam-se parte. Era um remédio para a superfluidade e o desenraizamento. Um dos méritos da propaganda totalitária foi saber utilizar o “clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência”.⁷⁷ O ambiente já estava pronto, os elementos da sociedade de massas estavam prontos para serem utilizados para a conquista dos indivíduos, o movimento totalitário apenas soube se aproveitar e usou ao máximo sua propaganda para dar coerência às suas ficções. A ideologia apresenta às massas uma narrativa da história que pretende ser exatamente como Arendt definiu acima, “universal e congruente em si”.

Com a facilidade em apresentar fatos alternativos e realidades fictícias, a propaganda ajuda a esclarecer mais uma característica das massas: a ausência de bom senso, consequência dos elementos essenciais que caracterizam as massas modernas. Neste caso, as pessoas não apenas são desprovidas do bom senso, mas se revoltam contra ele, pois perderam “todas as relações comunitárias em cuja estrutura o bom senso faz sentido”.⁷⁸ Assim, não há como o bom senso coexistir com a atomização, justamente por depender de relações comunitárias entre os humanos. A propaganda, novamente, se aproveita desta consequência do isolamento das massas e fornece um bom substituto ao bom senso. Como antecipamos desde a análise dos ensaios de *Compreender* e do capítulo *Ideologia e Terror*, este substituto é a ideologia, que afasta as pessoas da realidade e oferece uma explicação universal de toda a história através de uma lógica coerente, simples e inabalável. É tudo que as massas mais desejavam:

A propaganda totalitária pode insultar o bom senso somente quando o bom senso perde a sua validade. Entre enfrentar a crescente decadência, com a sua anarquia e total arbitrariedade, e curvar-se ante a coerência mais rígida e fantasticamente fictícia de uma ideologia, as massas provavelmente escolherão este último caminho, dispostas a pagar por isso com sacrifícios individuais - não porque sejam estúpidas ou perversas, mas porque, no desastre geral, essa fuga lhes permite manter um mínimo de respeito próprio. (ARENDDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 487)

⁷⁷ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 486

⁷⁸ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 486

A seção de *Origens do Totalitarismo* que acabamos de analisar trouxe novos elementos para nosso estudo e mostrou o quão relevante é o papel da propaganda nos regimes totalitários. A propaganda se encontra em íntima relação com a ideologia e o terror. Dirigindo-se ao exterior, ela serve à ideologia na medida em que traz novos indivíduos para dentro do regime, preparando o caminho para a doutrinação e o treinamento dos súditos ideais. Assim, serve também ao terror, uma vez que anuncia as intenções do regime. Em ambos os casos, a propaganda tem sua força na “capacidade de isolar as massas do mundo real”.⁷⁹ Após nossa análise, poderíamos completar esta frase, dizendo que junto ao isolamento do mundo real a propaganda anexa o seu público aos domínios do movimento totalitário. Romper as conexões com o mundo real é exatamente a tarefa de cortar as relações da população com o mundo exterior e trazê-la para dentro do regime, para o domínio total. E uma vez que os homens de massa estão completamente dominados, o regime pode organizar a sociedade conforme preferir.

A organização totalitária acompanha a propaganda que a serve, pois é ela quem garante a aplicação prática da coerência apresentada no mundo ficcional ideológico. Em outras palavras, para que as massas se deixem levar pela coerência da ideologia, elas precisam que a sociedade seja um reflexo das mentiras propagadas, isto é, que as mentiras da propaganda se tornem verdades visíveis na sociedade. É isto que garante a superioridade da propaganda totalitária sobre a propaganda tradicional dos partidos. Para os membros do movimento totalitário, o conteúdo da propaganda deixou de ser uma questão de crença, e se tornou tão real e presente em suas vidas quanto regras de aritmética (Arendt. 2012, p. 498).

3.3 Propaganda e organização totalitária

Como alguém na Alemanha nazista poderia duvidar da doutrina racial e da pseudociência antissemita se toda a organização da sociedade era feita em termos de raça? Por exemplo, Arendt menciona que alguns membros da SS eram

⁷⁹ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 488

selecionados por Himmler a partir de fotos, pois seus empregos na infame polícia nazista dependiam de uma fisionomia considerada ariana. Naquele contexto, duvidar das diferenças naturais entre raças seria “como colocar em dúvida a própria existência do mundo”.⁸⁰ O objetivo da organização totalitária é bem claro: “dar às mentiras propagandísticas do movimento, tecidas em torno de uma ficção central (...) a realidade operante e a construir, mesmo em circunstâncias não totalitárias, uma sociedade cujos membros ajam e reajam segundo as regras de um mundo fictício”.⁸¹

A propaganda dos regimes totalitários seria completamente inócua se não fosse acompanhada de uma força tarefa organizacional que construísse o mundo ideal, onde as mentiras propagadas se tornam a mais pura realidade, com suas próprias regras a serem rigorosamente seguidas pelas pessoas que o habitam. Assim, Arendt faz questão de pontuar que a propaganda e a organização são duas faces de uma mesma moeda, e não a propaganda e o terror, como se poderia imaginar (Arendt. 2012, p. 499).

Uma marca da organização totalitária, em especial nos estágios iniciais do movimento, é determinante para fins de propaganda. Trata-se da *distinção que o regime faz entre os membros do partido e os simpatizantes*. Arendt aponta que essa é uma inovação hitlerista. Foi o líder nazista que pensava em dividir as massas arrebatadas pela propaganda nessas duas categorias (Arendt. 2012, p. 501). Os simpatizantes são a maioria e formam as chamadas organizações de vanguarda. Sua função é muito importante: elas são as fachadas do movimento para o mundo não totalitário e representantes do mundo normal para os membros do partido. Quando o movimento ainda luta por poder, a minoria de membros do partido precisa dos simpatizantes, pois os veem como um retrato do mundo normal e exterior ao partido. Assim, a distância entre os membros e a realidade do mundo não totalitário é atenuada por esta camada intermediária de organizações de vanguarda (Arendt. 2012, p. 502). Há uma diferença de grau entre eles. Embora tenham as mesmas convicções, o simpatizante é “menos fanático e mais confuso”, e por isso o membro do partido o vê como um potencial aliado que, por falta de propaganda e

⁸⁰ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 498

⁸¹ ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 499

doutrinação suficiente, ainda não é capaz de “tirar as conclusões lógicas de suas próprias convicções”.⁸²

Do ponto de vista do mundo exterior, a fachada dos simpatizantes é também muito relevante e diretamente relacionada aos objetivos propagandísticos. Os movimentos totalitários garantem a expansão de suas mentiras e destroem a verdade no mundo real através dos simpatizantes. É por meio deles que os movimentos

fazem com que suas fantásticas mentiras sejam mais geralmente aceitas, podem divulgar sua propaganda em formas mais suaves e respeitáveis, até que toda a atmosfera esteja impregnada de elementos totalitários disfarçados em opiniões e reações políticas normais. (ARENDDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 502)

A divisão em camadas é, portanto, uma forma de garantir a expansão do totalitarismo. Os simpatizantes estão à frente do movimento, introduzem as mentiras e a propaganda no mundo comum de forma leve, não tão fanática e, assim, muito mais aceitável para os indivíduos que ainda não foram tomados pelo movimento. O próprio indivíduo simpatizante torna-se uma ferramenta de propaganda, utilizado para introduzir a ideologia ao mundo que ainda não sucumbiu ao movimento. Em partes, isso se dá pelo fato de que nem mesmo o simpatizante tem consciência da dimensão dos planos do partido e não percebe quais caminhos “lógicos” sua pregação irá tomar.

Victor Klemperer nos fornece um bom exemplo de simpatizante tomado por uma ideologia, mas ainda incapaz de perceber suas últimas consequências. O filólogo conta o caso de um aluno prodígio, que passou a se hospedar em sua casa e logo tornou-se uma espécie de filho adotivo, que até mesmo o chamava de pai. Com o passar dos anos, o jovem se deixou levar pelas palavras de Hitler, quando ele ainda buscava o poder. Klemperer, um judeu, ficou chocado com o apoio de seu pupilo aos ideais nazistas em ascensão e questionou o jovem, que por muitas vezes disse ter valores morais semelhantes ao de seu professor e pai adotivo. O judeu pergunta, “como você pode estar de acordo com um partido que me rejeita por causa de minha origem, me impede de ser alemão e nega até mesmo minha condição humana?”⁸³ Naturalmente, Klemperer não compreendia como alguém que defendia o partido nazista e a perseguição aos judeus poderia tratá-lo ainda como um amigo.

⁸² ARENDDT. *Origens do Totalitarismo*, 2012, p. 502

⁸³ KLEMPERER. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*, 2009, p. 90

O jovem simpatizante nazista, longe de perceber os rumos que a história seguiria, replicou ao mestre: “Esse barulho em torno dos judeus é só propaganda. Você vai ver, quando Hitler assumir o comando ele vai ter mais a fazer do que importunar os judeus...”.⁸⁴ A história nos mostra o quão errado ele estava em sua previsão.

Que fique claro, a estrutura dos regimes totalitários era muito mais ampla do que a simples divisão entre membros e simpatizantes. Estas duas camadas eram apenas as extremidades: os membros eram os mais próximos do líder, os simpatizantes eram os mais distantes. No entanto, entre eles existiam várias outras camadas que cumpriam igualmente o papel duplo de fachada de normalidade e de radicalismo. A imagem que Arendt utiliza para ilustrar a organização e a autoridade no totalitarismo é a de uma cebola, em contraposição à imagem clássica da pirâmide. Na forma de governo conhecida como tirania, o líder é considerado quase um extra-humano. O tirano lidera sozinho contra todas as pessoas igualmente impotentes, e por isso está muito acima de todos os indivíduos. A mudança do totalitarismo, ilustrada pela cebola, está na forma como o líder transmite suas ordens “de dentro”. O líder fica no centro e suas ações reverberam em direção à periferia, isto é, passando de camada a camada até aquelas mais distantes. Assim, a estrutura do regime permite que as partes sejam interligadas. Cada grupo é tido como radical por uma camada mais distante do centro e, simultaneamente, como parte do mundo não totalitário por uma camada mais próxima do líder. Em *Que É Autoridade?*, Arendt elucida essa relação:

Todas as partes extraordinariamente múltiplas do movimento: as organizações de frente, as diversas sociedades profissionais, os efetivos do partido, a burocracia partidária, as formações de elite e os grupos de policiamento, relacionam-se de tal modo que cada uma delas forma a fachada em uma direção e o centro em outra, isto é, desempenham o papel de mundo exterior normal para um nível e o papel de extremismo radical para o outro. (ARENDR. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, pp. 136-137)

Com essa estrutura, o movimento conseguiu uma de suas maiores façanhas, como vimos, garantir que todos que estão em seu domínio vivam no mundo ideológico fictício. A realidade fictícia torna-se protegida da fatualidade do mundo real, pois a relação entre as camadas a deixa blindada para qualquer investida do

⁸⁴ KLEMPERER. LTI: a linguagem do Terceiro Reich, 2009, p. 91

mundo exterior. Arendt aponta que esta é a primeira grande vantagem do sistema totalitário: todos que fazem parte dele vivem em uma ficção que consideram ser o mundo normal, ao mesmo tempo em que se sentem mais radicais do que a normalidade (Arendt, 2019, p. 137). Afinal, a referência de mundo normal para cada grupo é apenas uma outra camada que também faz parte do sistema, ainda que seja menos fanática. No final das contas, todos se encontram na mesma estrutura.

Contudo, há uma outra vantagem que Arendt atribui ao sistema totalitário, desta vez no artigo *Autoridade no Século XX*, de 1956. Trata-se precisamente da distinção entre doutrinação e propaganda. Como foi dito em *Origens do Totalitarismo*, a propaganda é destinada ao exterior e a doutrinação ao interior do movimento. Mas qual a diferença entre elas na prática? Seriam discursos, panfletos ou materiais diferentes?

Embora os registros mostrem que os discursos do *Führer* eram pensados de acordo com a ocasião e com o público, Arendt entende que não é isso que diferencia propaganda e doutrinação. Acima de tudo, esta distinção reside no ponto de vista do público. O sistema da cebola permite uma espécie de “dupla-conversa” nos pronunciamentos oficiais. Assim, um único pronunciamento servia ao mesmo tempo como uma simples forma de propaganda e como uma séria medida de doutrinação. Arendt explica com clareza no artigo mencionado:

Os discursos violentamente nacionalistas de Hitler, por exemplo, que ele endereçava às tropas de oficiais, foram criados como doutrinação para os oficiais da Wehrmacht; dentro da mais alta hierarquia nazista, no entanto, em que o *slogan* “Direito é o que é bom para o povo alemão” havia até sido oficialmente substituído por “Direito é o que é bom para o Movimento”, os discursos eram apenas propaganda para um mundo exterior que ainda não estava “maduro” o bastante para compreender os verdadeiros objetivos do movimento. (ARENDR. Pensar sem corrimão, 2021, pp. 114-115)

Esta passagem é decisiva. Em um mesmo discurso o *Führer* se endereçava a todas as camadas. Para alguns, aquilo que estavam ouvindo era algo fantástico, direcionado a eles diretamente pelo seu grande líder. Estes indivíduos tomavam aquelas palavras com a maior seriedade e sentiam-se parte do movimento por estarem recebendo aquele discurso. Estavam sendo doutrinados. Por outro lado, no mesmo momento e diante do mesmo discurso, os altos oficiais nazistas ouviam aquelas palavras sem maior excitação, pois já sabiam o quanto elas estavam ultrapassadas e quais eram os objetivos últimos do regime. Estes oficiais já estavam

em outra fase, formavam uma camada muito mais próxima do líder. Para eles, todas aquelas palavras nacionalistas direcionadas ao grande público não passavam de uma forma básica de propaganda sendo utilizada em um grupo ainda distante do movimento. Sabiam que o discurso nacionalista estava obsoleto e o que realmente estava em jogo não era a nação, mas sim o movimento. Em suma, propaganda e doutrinação devem ser compreendidas em conjunto, pois se manifestam quando um regime se comunica com o público. E é a perspectiva deste mesmo público que define os limites de uma e o começo de outra.

Após todo nosso estudo da propaganda no totalitarismo, algo deve estar evidente: a propaganda tem relação direta com o ato de contar mentiras. Não há nada de novo em utilizar a mentira no âmbito político. Esta é uma tradição que data de milênios antes do totalitarismo e é bem documentada na história da filosofia.⁸⁵ O que o totalitarismo trouxe de inédito são novas nuances para esta discussão. Os regimes totalitários tentaram apagar o passado, buscavam criar uma nova realidade e transformar o mundo de acordo com ela. Suas técnicas propagandísticas misturavam a mentira com a sinceridade, abusavam de hipérboles e valiam-se de todos os meios disponíveis para cercar a população com as ideias pretendidas.

O totalitarismo inviabiliza qualquer ação política das pessoas. Sua propaganda não enfrenta concorrência de nenhuma oposição interna, após estabelecido o regime, de forma que suas técnicas são desenvolvidas e imprimidas sem resistência. Mas a propaganda não é peculiaridade do totalitarismo. As técnicas comerciais e pseudocientíficas que inspiraram o totalitarismo, como o comercial de sabonetes, a retórica maniqueísta e odiosa de apontar um único inimigo responsável por todos os problemas da raça, como foi feito com os judeus, e diversas outras características tão marcantes da propaganda totalitária passaram a circular com frequência após o fim da Alemanha nazista e do Stalinismo. Isso significa que características de regimes totalitários ganharam vida até mesmo em regimes democráticos, onde, de uma forma ou de outra, a ação política é permitida.

Se a mentira é tão naturalmente aceita em domínios democráticos, então quais efeitos isso pode trazer para a política? Como a originalidade da propaganda se enquadra na clássica discussão ético-política sobre o uso da mentira? Este tema é

⁸⁵ Para citar três exemplos notórios da Antiguidade, podemos pensar esta questão através dos sofistas, como no *Elogio de Helena*, de Górgias, e com Platão e seu mestre, na *Apologia de Sócrates* e na *República*. Mais próximo da modernidade, *O Príncipe*, de Maquiavel, é uma grande referência.

parcialmente discutido no ensaio *Verdade e Política*, publicado primeiramente em 1967. Este texto tão precioso será o principal objeto de estudo do próximo capítulo. Através dele, conduziremos nossa discussão sobre a propaganda em direção a partes fundamentais da filosofia arendtiana, em especial, às considerações sobre a política e a ação em *A Condição Humana*.

4. A mentira: propaganda como forma de ação

Uma das maiores controvérsias na vida de Hannah Arendt se deu a partir de seu famoso relato sobre o julgamento de Adolf Eichmann, em 1961. Os desdobramentos que surgiram a partir de seu “relato sobre a banalidade do mal” foram inúmeros. A reportagem para a revista *New Yorker* e o livro que surgiu a partir daí são bem conhecidos. Porém, o texto que a autora escreveu motivada pela controvérsia e que posteriormente tornou-se parte de *Entre o Passado e o Futuro* foi menos comentado na época. Em *Verdade e Política*, Arendt de certa forma busca justificar seu papel como jornalista no caso Eichmann. Sim, jornalista, e não propriamente agente política. Arendt sabia que ao se oferecer para acompanhar o julgamento estaria cumprindo a função de jornalista e por isso deveria adotar uma conduta condizente com suas responsabilidades.

Contudo, *Verdade e Política* está longe de ser apenas um relato pessoal com algumas prestações de contas. No texto, Arendt apresenta uma reflexão profunda e sofisticada sobre a importância da verdade fatural para todo o domínio da política. A autora nos fornece definições e distinções complexas sobre aquilo que entende por verdade, mentira, opinião e fatos. Sendo uma jornalista, ela também traz contribuições ainda muito atuais sobre o papel da imprensa como a responsável por exercer a função de informar. Uma função que embora não seja exercida por agentes dentro da esfera política, e sim em outros domínios, é condição fundamental para que tal esfera possa existir.

4.1 A verdade fatural

Começemos por estabelecer o que é a verdade. Primeiramente, poderíamos utilizar o termo no plural, “verdades”, pois Arendt entende que existem tipos distintos. As verdades racionais são as mais sólidas e duráveis, isto é, têm maior tendência a serem reconhecidas como tais, dada a força de sua constatação e

comprovação. Um primeiro exemplo seriam as verdades matemáticas e geométricas. Esclarece a autora que não há dúvidas de que dois ângulos de um quadrado igualam três ângulos de um triângulo (Arendt, 2016b, p. 286). Um pouco mais complexas e vulneráveis são as verdades racionais científicas e filosóficas. Arendt menciona Galileu, Einstein e Platão neste caso. Segundo ela, caso a história tomasse rumos diferentes, as proposições destes homens talvez jamais fossem reveladas ou redescobertas, embora isso não seja impossível (Arendt, 2016b, pp. 286-287). Afinal, a doutrina das ideias de Platão ou as contribuições científicas de Galileu são muito mais dependentes de seus formuladores do que a mera constatação de que $2 + 2 = 4$. No entanto, tais verdades racionais poderiam ser pensadas ou descobertas por outros homens em outros tempos. A teoria da relatividade, por exemplo, não depende inteiramente de Einstein para existir. É concebível que ela fosse formulada por outro cientista em tempos futuros caso Einstein nunca o tivesse feito.

Assim Arendt entende as verdades racionais. Embora possuam uma vulnerabilidade, ou seja, alguma possibilidade de não serem reconhecidas, sua solidez é muito mais notória. Em *A Vida do Espírito*, Arendt esclarece melhor o que seria esta solidez. Inspirada pela obra de Leibniz, ela aponta que as verdades da razão são necessárias, o que significa que seu contrário é impossível (Arendt, 2008b, p. 76). Mesmo que as pessoas se recusem a reconhecer verdades desta ordem, elas continuarão sendo como são e nada poderá ser feito para revertê-las.

Contudo, para o âmbito da política as verdades que realmente interessam são as verdades fatuais. Os fundamentos científicos do heliocentrismo provenientes de Galileu poderiam ter sido fruto de estudos de outro cientista. O cálculo de que os dois ângulos de um quadrado são iguais aos ângulos de um triângulo poderia ser constatado e comprovado por uma pessoa a sós, em isolamento, e, portanto, pouco tem a fazer no domínio político, onde reina a pluralidade. Por outro lado, a afirmação de que em 1940 a França colapsou ante às forças alemãs também constitui uma verdade (Arendt, 2016b, p. 293). Mas esta verdade não poderia ser redescoberta no futuro, como as teorias de Galileu, caso todos os que a testemunharam e todos os registros de sua existência fossem apagados. Além disso, diferente dos ângulos do quadrado e do triângulo, esta verdade tem uma relevância para assuntos políticos e, mais importante, não é necessária. Em outras palavras, as

verdades de fato são contingentes e poderiam ser exatamente o oposto do que são, pois o desenrolar dos fatos poderia ter sido diferente.

A verdade fatural está necessariamente ligada à pluralidade do domínio político. Ela se refere a acontecimentos em que muitas pessoas estão envolvidas, e por isso tem sua solidez, e também seu ponto fraco, no testemunho, registro e comprovação (Arendt, 2016b, p. 295). Frequentemente, essa relação da faturalidade com a pluralidade humana acaba em confusão, sobretudo pela difícil relação entre os fatos e as opiniões. Há algum tempo, a ideia de que fatos e opiniões são opostos é repetida vulgarmente em diferentes âmbitos, bem como a ideia de que os fatos não existem e o que temos em seu lugar são diferentes pontos de vista e interpretações. Em contexto político, por exemplo, é comum vermos um observador externo suspender seu juízo diante de uma disputa entre dois países com a desculpa de que não há fatos envolvidos, apenas a narrativa de cada um dos lados, e que o vitorioso determinará os fatos posteriormente.

Arendt se oporia radicalmente a estas justificativas esfarrapadas, tanto no que diz respeito à existência de fatos, quanto à suposta oposição deles à opinião. A verdade fatural é política por natureza, mas isso não significa que esteja sujeita à disputa de opiniões que ocorre no campo da política ou que os fatos possam ser manipulados livremente. Antes de serem conflitantes, os fatos e as opiniões são elementos que pertencem ao mesmo domínio, o político:

Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à verdade fatural. *A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fatural seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados.* (ARENDDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 295. *Grifo meu*)

O direito à opinião é fundamental para o domínio político. Tantas vezes distorcido com os termos caricatos da atualidade, como “liberdade de expressão”, o direito de opinar é, segundo Arendt, condicionado por uma coisa: a verdade fatural. É parte da liberdade que aflora na política a realização de discursos radicalmente diferentes por agentes distintos. A troca de opiniões é parte deste domínio. Contudo, o debate só pode acontecer se estiver em solo firme, se os envolvidos compartilham algo em comum sobre o qual poderão opinar. O reconhecimento dos fatos, que constitui esta terra firme, é a condição para as opiniões. Em seu excelente livro

Existe Democracia sem Verdade Factual?, o professor Eugênio Bucci nos fornece a melhor analogia para explicar a relação condicional entre os fatos e as opiniões. Em referência direta a *Verdade e Política*, Bucci explica:

A verdade factual é tão indispensável à política quanto a língua é indispensável para as sociedades e as comunidades. Sem um sistema de signos compartilhados, não há sequer comunidade cultural. Do mesmo modo, sem uma base comum de verdade factual, que se assenta na raiz dos signos, não poderão os homens agir em comum e, mais ainda, entabular uma interlocução comum acerca dessa verdade factual. (BUCCI. *Existe Democracia sem Verdade Factual?*, 2019, p. 84)

Em outros termos, sempre que opinamos nós opinamos a respeito de algo. Tirar os fatos desta equação é retirar precisamente este “algo”, este elemento reconhecido mutuamente pelos indivíduos que debatem. No domínio político, os fatos devem ser a matéria que dispara o debate de opiniões divergentes. Caso contrário, ou não haverá discurso algum, ou o ambiente político será tomado por um verdadeiro caos discursivo. Os fatos não são questão de opiniões, ainda que as suscitem.

Aceitando a relação fatos-opinião proposta por Arendt, um novo problema aparece: como informar o campo da política sem imprimir nos fatos uma interpretação enviesada, já contaminada pela opinião? Arendt admite a dificuldade de narrar uma estória ou acontecimento sem deixar as interpretações próprias influenciarem. Ela reconhece que este é um problema real no campo das ciências históricas, tendo ela mesma vivenciado esta dificuldade de ser imparcial ao tratar do totalitarismo. Contudo, isso não exclui sua tese. Esta dificuldade não pode servir “como uma desculpa para o historiador manipular os fatos a seu bel-prazer”.⁸⁶ Todos têm o direito de atribuir significado aos acontecimentos e relatar e pensar os fatos de uma certa perspectiva. Em 1972, em uma conferência a respeito de suas obras, Arendt dá um exemplo simples, mas efetivo: “Quando alguém conta uma estória a respeito do que lhe aconteceu há meia hora na rua, precisa dar forma a essa estória. Esse dar forma é um modo de pensamento”.⁸⁷ Ao que parece, narrar os fatos implica colocá-los em uma estória, ou seja, pensar em uma certa forma de transmitir a informação. No entanto, a modificação e distorção da matéria factual, matéria que

⁸⁶ ARENDT. *Entre o Passado e o Futuro*, 2016b, p. 296

⁸⁷ ARENDT. *Pensar sem corrimão*, 2021, p. 499.

existe independente de interpretações, não pode ser tolerada (Arendt, 2016b, p. 296). Devemos admitir, no entanto, que Arendt deixa uma série de problemas latentes neste raciocínio. Como colocar um fato em palavras e interpretá-lo sem modificar sua “essência” em alguma medida? Deixo o termo “essência” propositalmente entre aspas. Afinal, do que se trata a matéria fatural a que Arendt se refere?

Parece difícil vislumbrar esta matéria essencial de um fato sem colocá-la em palavras e, portanto, em uma determinada interpretação. É claro, a filósofa parece incomodada com a negação ou questionamento dos fatos, não com a interpretação. Mas é aí que reside o problema do qual Arendt não se ocupa mais detidamente: as fronteiras entre o fato, seu relato, sua interpretação e uma opinião acompanhada de possível questionamento são facilmente borradas. Acredito que um bom exemplo esteja presente no próprio texto de Arendt, de uma forma que ela mesma não percebeu. Em determinado momento, a autora menciona “o fato de que na noite de 4 de agosto de 1914, tropas alemãs cruzaram a fronteira da Bélgica”.⁸⁸ Apenas algumas linhas depois, no parágrafo seguinte, Arendt refere-se ao mesmo acontecimento, mas da seguinte forma: “em agosto de 1914 a Alemanha invadiu a Bélgica”.⁸⁹ Um mesmo evento, um mesmo fato reconhecido, mas duas formulações diferentes. Suponhamos um leitor que não tem conhecimento da história mundial e lê a primeira formulação. A ideia de que a Alemanha invadiu a Bélgica está clara ou ele precisará deduzir? Dizer que tropas de um país cruzaram a fronteira de outro não é, de forma alguma, o mesmo que dizer que estas tropas *invadiram* um outro território. No primeiro caso, não fica claro para um leitor desavisado se as nações envolvidas eram aliadas ou adversárias. As tropas poderiam ter cruzado a fronteira rumo a um outro país, que não a Bélgica, como destino final. Por outro lado, ao dizer que a Alemanha invadiu a Bélgica, Arendt passa uma informação diferente e esta dúvida é eliminada. Hoje, mais de um século depois deste evento, podemos aceitar como verdade fatural as duas formulações. No entanto, como lidar com a tarefa de relatar um fato recente sem cair nestas armadilhas de linguagem, quando ainda não possuímos o olhar retrospectivo de mais de cem anos? Arendt parece identificar uma diferença entre a matéria fatural e a sua interpretação. O relator da

⁸⁸ ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 296

⁸⁹ ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 297

verdade tem o direito de interpretá-la e a colocar em uma narrativa, mas é possível identificar essas fronteiras em seu pensamento e em seu relato? É possível saber precisamente em que ponto o relato passa a ser interpretação e quando a interpretação passa a se contaminar com a opinião?

Tomar a tarefa de solucionar estes problemas seria uma atitude muito ambiciosa. Não tenho essa pretensão. A natureza dos fatos tal como Arendt os apresenta é um ponto fácil de ser questionado. No entanto, ao alongar demasiadamente este assunto nós caímos precisamente no erro que Arendt aponta: discutir o que são ou não são os fatos impede a construção de um futuro a partir dos eventos. A disputa dos fatos nos impede de seguir adiante e deliberar sobre o futuro a partir dos acontecimentos passados. Ainda que deixe tantas lacunas neste ponto do texto, Arendt certamente não pode ser tida como ingênua. A acusação de que estas definições de verdade são demasiadamente abreviadas é justa, porém secundária. Se há algo que possa ser chamado de matéria fatural pura ou não, isto pouco importa perante a real preocupação de Arendt: mostrar a necessidade do debate político, da presença compartilhada de indivíduos singulares discutindo sobre assuntos de interesse comum. A luta pela definição de um possível conceito de verdade fatural não pode ser um impeditivo para a política. *A consciência da necessidade de tomar distância e ser imparcial na busca e relato dos fatos é mais relevante que a própria possibilidade de atingir a verdade em sua forma supostamente pura.* Em suma, tomemos como base os exemplos que a autora estabelece como fatos, ou então regrediremos eternamente na busca dos mesmos. É muito importante que tenhamos essa discussão como pano de fundo de nossa análise, mas se não conseguirmos dar um passo à frente, ficaremos estacionados na busca por definições completas e não teremos nada mais a dizer sobre *Verdade e Política*. De forma geral, podemos entender a interpretação como o relato dos fatos na forma de uma estória ou em uma perspectiva. Ainda que a diferença entre a interpretação e a opinião tenha se mostrado muito nebulosa, podemos deixar esta grande ressalva e digressão para trás e retomar a relação dos fatos com as opiniões.

Arendt admite uma oposição entre a verdade, seja ela fatural ou racional, e a opinião. Enquanto a última tem caráter persuasivo, isto é, implica em uma discussão em que se busca o convencimento do outro, a primeira tem uma natureza coerciva. A verdade não deveria ser objeto de convencimento, mas sim de aceitação. É por isso que as verdades se opõem à opinião no que diz respeito ao seu “modo de

asseverar a validade”.⁹⁰ O legítimo contador de verdades não se abala perante a multidão. Se ele toma como verdade filosófica que sofrer o mal é melhor do que praticá-lo, ou reconhece a verdade fatural de que a Alemanha invadiu a Bélgica em 1914, ele sustentará essas afirmações mesmo que esteja sozinho contra todos os outros, pois elas estão para além da disputa (Arendt, 2016b, p. 297).

Em outras palavras, no campo da política “a verdade tem um caráter despótico”.⁹¹ Uma vez estabelecida, os agentes podem apenas aceitá-la e deliberar a partir dela, mas não a colocar em disputa. Quando se refere ao “modo de asseverar validade”, Arendt aponta que parte da distinção entre a verdade e a opinião reside na forma de expressão de cada uma. Isso se dá, pois o modo de comunicar a verdade é necessariamente tirânico. O comunicador não toma em consideração toda a gama de opiniões do espaço público. É importante mencionar, neste momento, as instituições que Arendt entende como “refúgios da verdade”, a saber, o poder judiciário, a academia e a imprensa. Embora sejam despóticos, os fatos não são estabelecidos e aceitos naturalmente. Eles precisam de uma voz, por assim dizer. Precisam de instituições que estejam comprometidas em buscá-los imparcialmente e relatá-los com firmeza e coerência. As instituições mencionadas seriam alguns dos refúgios da verdade, na medida em que devem se comprometer com estas tarefas. Arendt reconhece o caráter coercitivo desses refúgios, quando diz, por exemplo: “Verdades bem desagradáveis têm saído das universidades, e sentenças bem indesejáveis muitas vezes têm sido emitidas de um tribunal”.⁹² Contudo, deixemos a discussão sobre os contadores da verdade para o final deste capítulo, visto que Arendt também os menciona apenas ao final de seu texto.

Retomando, o pensamento e a comunicação da verdade precisam estar para além do debate, e por isso surge a confusão: o campo da política, onde a comunicação é mais necessária e geralmente mais incendiada, não recebe com bons olhos um discurso tão tirânico quanto o da verdade. Na política, o comum é o debate. Ele é a própria essência da política.⁹³ Uma comunicação que não está aberta para o debate, é com frequência hostilizada.

⁹⁰ ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 297

⁹¹ ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 298

⁹² ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 322

⁹³ “O estorvo é que a verdade fatural, como qualquer outra verdade, pretende peremptoriamente ser reconhecida e proscree o debate, e *o debate constitui a própria essência da vida política.*” (ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 299. *Grifo meu*)

O mesmo não pode ser dito a respeito das opiniões. O pensamento político deve levar em conta as opiniões dos demais. Para explicar como se dá o processo de pensamento político e a formação de opiniões, Arendt se inspira na obra de Immanuel Kant. Entre seus textos, *Verdade e Política* não é o primeiro, nem o último e certamente não é o mais relacionado à obra kantiana. A relação de Arendt com as formulações do filósofo de Königsberg é muito marcante sempre que a faculdade de pensar está em questão.⁹⁴

No contexto de nossa discussão, no entanto, não precisamos nos desviar longamente das páginas de *Verdade e Política*. No ensaio, Arendt aponta que o pensamento político se dá através de representações. O indivíduo pensante deve ser capaz de representar as mais variadas perspectivas em sua mente. Assim, a qualidade de uma opinião está atrelada às capacidades do indivíduo de se libertar de seus interesses pessoais e de representar as demais perspectivas:

Quanto mais posições de pessoas eu tiver presente em minha mente ao ponderar um dado problema, e quanto melhor puder imaginar como eu sentiria e pensaria se estivesse em seu lugar, mais forte será minha capacidade de pensamento representativo e mais válidas minhas conclusões finais, minha opinião. (ARENDR. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 299)

Para analisar os problemas que advém da propaganda, a capacidade de formar opiniões de forma imparcial é o que realmente interessa. Arendt entende que a “autêntica qualidade de uma opinião (...) depende do grau de sua imparcialidade”.⁹⁵ Esta é uma ideia relevante, pois as opiniões tomam forma e adentram o campo da política a partir do discurso. As opiniões não são autoevidentes, pois precisam passar por este processo de alargamento que leva em conta as diferentes perspectivas. Arendt usa um exemplo que não é nada ocasional, pois tem profundos impactos em sua filosofia: a ideia de que os homens são criados iguais não é evidente por si mesma e é de difícil comprovação (Arendt, 2016b, pp. 305-306). No entanto, defendemos essa opinião com unhas e dentes, pois “a liberdade só é

⁹⁴ As duas principais obras arendtianas em diálogo com Kant são *A Vida do Espírito* e *Lições Sobre a Filosofia Política de Kant*. Em todo caso, não nos ocuparemos delas neste momento.

⁹⁵ ARENDR. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 300

possível entre iguais”⁹⁶ e a convivência em liberdade entre os indivíduos é certamente preferível à dominação.

É claro, não são todos que defendem a igualdade, vide a existência do racismo, provavelmente o exemplo mais notório de ruptura com tal opinião. O importante é que a validade desta posição e de outras semelhantes “depende do livre acordo e assentimento; chegamos a elas mediante o pensamento representativo e discursivo; elas são comunicadas por intermédio de persuasão e dissuasão”.⁹⁷ Se pensarmos novamente na Alemanha nazista, a doutrina racial era facilmente aceita na medida em que todos os veículos de propaganda a apresentavam como a mais pura verdade científica. Trata-se de um caminho reverso ao da verdade que é desvirtuada como uma questão de opinião. No nazismo, uma opinião infundada foi elevada ao status de verdade científica comprovável e disseminada incessantemente pelo monopólio do discurso, a propaganda, e pela sua aplicação prática, através da organização social.

4.2 O mentiroso

Agora que as intrincadas relações e ambiguidades entre fato, verdade e opinião estão razoavelmente esclarecidas, é hora de tratarmos do mais relevante para nossa discussão: a mentira. Ainda que a verdade fatural difira da opinião em seu modo de comunicação, a opinião não é o seu contrário. Ainda que ao relatar a verdade fatural possamos cometer um erro, também o erro não é o seu oposto. A grande oposição da verdade fatural é a mentira deliberada, a falsidade organizada (Arendt, 2016b, p. 308), e essa oposição começa pela diferença entre o contador de verdades e o mentiroso.

A mentira é uma tentativa de mudar o mundo. Os regimes totalitários que tantas vezes tentaram reescrever a história, que tentaram criar ficções ideológicas, que destruíram os laços de seus membros com o mundo real são a prova disso. E

⁹⁶ ARENDT. *Entre o Passado e o Futuro*, 2016b, p. 306

⁹⁷ ARENDT. *Entre o Passado e o Futuro*, 2016b, p. 306

mesmo que não usemos um exemplo tão extremo quanto o totalitarismo, somos obrigados a admitir junto com Arendt, pela linha de raciocínio que a autora seguiu, que o mentiroso é um homem de ação (Arendt, 2016b, p. 309). Seja em um caso extremo de alteração de registros históricos, como o regime de Stálin, ou em menor instância, como o indivíduo que clama para sua mentira o direito constitucional de existir como uma mera opinião, o mentiroso é um agente que tenta transformar o mundo através de sua falsidade. Aquele que fala a verdade, por outro lado, não quer alterar o mundo, quer apenas descrevê-lo e aquilo que nele se passa, conferindo solidez aos fatos para que a política possa acontecer.

A relação da mentira com a ação está na origem de ambas, a saber, a imaginação. A ação humana sempre inicia novos processos. No entanto, a novidade depende de uma mudança naquilo que é pré-existente. Em *A Mentira na Política*, Arendt segue esta explicação e atribui a mudança à faculdade de imaginar. Para conceber um mundo diferente do que é, precisamos nos retirar mentalmente do lugar onde estamos e a partir daí “*imaginar* que as coisas poderiam ser diferentes do que realmente são”.⁹⁸ Daí surge a ligação original entre a mentira e a ação, pois ambas são faculdades que dependem da capacidade imaginativa de negar os fatos: “Em outras palavras, a negação deliberada da verdade dos fatos - isto é, a capacidade de mentir - e a faculdade de mudar os fatos - a capacidade de agir - estão interligadas: devem suas existências à mesma fonte: imaginação”.⁹⁹ É precisamente porque podemos conceber uma realidade diferente da atual que somos capazes de agir, pois a ação é a atividade humana capaz de mudar o mundo.

Com a capacidade de imaginar, o mentiroso ataca as maiores fraquezas da verdade fatural: a contingência e o testemunho dos fatos. Na medida em que a realidade é fruto de fatos contingentes, ou seja, eventos que poderiam ter se desenrolado de outra forma e não possuem nenhuma necessidade intrínseca de existir, o mentiroso toma proveito ao narrar a história da forma que achar mais convincente. Certamente, ele será muito mais capaz de convencer uma audiência do que o contador de verdades, pois tem ao seu lado a plausibilidade (Arendt, 2016b, p. 311). Ao mentir, ele pode disseminar sua falsidade nas roupas de uma narrativa lógica e nada contingente, eliminando o elemento de imprevisibilidade

⁹⁸ ARENDT. Crises da República, 2017, p. 15

⁹⁹ ARENDT. Crises da República, 2017, p. 15

que está presente em todo evento (Arendt, 2016b, p. 311). Sobre este ponto, vimos como a propaganda do totalitarismo fornecia uma nova realidade à população através de uma lógica inabalável proveniente da ideologia do regime. Mais do que isso, o aparato de propaganda era muito hábil em disseminar mentiras de acordo com o público. Essa também é uma característica que Arendt reconhece no mentiroso, ao dizer que ele “tem a grande vantagem de saber de antemão o que a plateia deseja ou espera ouvir”.¹⁰⁰

Além do ataque à contingência dos fatos, o mentiroso tem a possibilidade de atacar aquele que os relata. Vimos anteriormente que a verdade fatural depende do registro, comprovação e testemunho. Sendo assim, a verdade fatural, por mais tirânica e coerciva que seja ao entrar no espaço político, sempre tem alguma abertura à dúvida (Arendt, 2017, p. 16). Ao colocar em questão a confiabilidade do testemunho, a validade dos fatos relatados é abalada junto a dele. Não há dúvidas de que uma forma muito eficiente de mentir é atacar aquele que afirma algo, e não a sua afirmação em si. Por outro lado, é importante mencionar como esta é uma boa forma de desmascarar mentirosos, isto é, colocando em questão sua credibilidade e evidenciando ao público os interesses por trás de sua falsidade.

Isso nos leva a um ponto fundamental a respeito da mentira. Aquele que mente aparece de uma determinada forma para seu público e sua imagem será muito importante para seu sucesso. A melhor forma do mentiroso trazer veracidade para suas asserções é estando ele mesmo enganado. Ele precisa viver no mundo de sua mentira. Arendt coloca a questão da seguinte forma:

(...) quanto mais bem sucedido for um mentiroso, maior é a probabilidade de que ele seja vítima de suas próprias invenções. Além disso, o brincalhão que se autoengana e que está no mesmo barco que suas vítimas parecerá imensamente superior, em merecimento de confiança, que o mentiroso de sangue frio, que goza de sua travessura em posição exterior. Somente o autoengano pode criar uma aura de veracidade, e em um debate a respeito de fatos o único fator persuasivo que ocasionalmente tem possibilidades de prevalecer contra o prazer, o medo e o lucro é a aparência pessoal. (ARENDR. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 314, tradução modificada)

A filósofa vai além e traz a questão da propaganda mais diretamente para a discussão. Ela aponta que a propaganda moderna passa a ser dirigida não apenas

¹⁰⁰ ARENDT. Crises da República, 2017, p. 16

para o exterior, mas também para o público interno. Assim, a criação de imagens para uso doméstico tem um efeito perigoso, pois tais imagens “podem tornar-se uma realidade para todos e sobretudo para os seus próprios criadores”.¹⁰¹ Uma vez que isso acontece, torna-se muito difícil fugir da tentação de sustentar a mentira e, conseqüentemente, da tentação de se autoenganar. Para Arendt, tanto os enganados quanto os enganadores tendem a sustentar as imagens propagadas em detrimento dos fatos. E assim, a imagem propagandística será dificilmente ameaçada por ataques vindo do exterior, mas poderá ser abalada por indivíduos de dentro dos próprios domínios que se recusem a aceitá-la e tragam à tona os fatos que não se enquadram na narrativa construída (Arendt, 2016b, p. 315). É por este motivo que os ditos refúgios da verdade têm tamanha importância e devem ser dotados da imparcialidade, como veremos ao final deste capítulo.

Contudo, devemos ser cautelosos em rechaçar os esforços do mundo exterior para penetrar em um ambiente coberto de mentiras. Arendt, mesmo sem tornar explícito, parece reconhecer isso. O totalitarismo pode ter sido a forma de governo que chegou o mais próximo possível de criar uma realidade fictícia e se proteger da contra-propaganda do mundo real. Mas a filósofa reconhece que esta possibilidade é cada vez mais difícil de se concretizar: “Sob o atual sistema de comunicação mundial, cobrindo um vasto número de nações independentes, não existe em parte alguma uma potência próxima de ser grande o bastante para tornar sua ‘imagem’ irrefutável”.¹⁰²

Após ler essas palavras, poderíamos ficar tentados a achar que nossos problemas acabaram, que na ausência de um regime forte o suficiente para impor uma realidade a todos os humanos nós estaríamos a salvo dos efeitos da mentira. Longe disso, um problema que fazia parte dos efeitos da propaganda totalitária e que é tão sério quanto a ficção nos assola vigorosamente. Segundo Arendt, o grande problema de eliminarmos a verdade fatural em prol da mentira não é que troquemos os seus lugares apenas, isto é, que tomemos a mentira como sendo verdade ou os fatos como sendo falsidades. *O grande problema é que as próprias categorias de verdade, mentira, realidade e fatos se tornam completamente desprovidas de sentido perante seres humanos que já não são capazes de se orientar no mundo.*

¹⁰¹ ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 315

¹⁰² ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 316

A mentira é ilimitada. Se a verdade é aquilo que aconteceu e não pode ser alterado, a mentira tem o potencial de manipular todos os outros caminhos possíveis que poderiam ser alternativas aos fatos contingentes. Em outras palavras, a mentira joga com as múltiplas possibilidades potenciais do passado e tenta construir uma história mais coerente a partir delas. Por um lado, Arendt aponta que é justamente aí que o mentiroso pode se atraparar, caso não seja capaz de sustentar a coerência de suas mentiras. A mentira pode se tornar uma armadilha:

aqueles que ajustam as imagens e histórias às circunstâncias em mudança permanente se verão flutuando sobre o largo horizonte da potencialidade, à deriva, de uma possibilidade para outra, incapazes de sustentar qualquer de suas próprias invenções. Longe de conseguir um sucedâneo adequado para a realidade e a fatalidade, eles transformaram os fatos e ocorrências novamente na potencialidade da qual haviam saído originariamente. (ARENDR. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 318)

Na medida em que o mentiroso é um agente, ele corre o risco de ser traído pela imprevisibilidade inerente à ação. Sem saber o que pode decorrer de seus atos e das ações de outros, o mentiroso terá de ser muito hábil em manter sua coerência diante das flutuações dos assuntos humanos. Fugir da contradição pode se tornar uma tarefa difícil de realizar, em especial para aquele mentiroso que, ao contrário dos regimes totalitários, não possui força e meios o suficiente para amplificar suas falsidades. Em outras palavras, o mentiroso criador de imagens que se autoengana pode cair na armadilha de tentar prever as consequências de sua ação. Na medida em que mente “sobre questões fatuais que todos desejam de qualquer forma eliminar”,¹⁰³ o mentiroso pode se desequilibrar pisando na estrutura frágil de suas mentiras. Um dos motivos para os governos totalitários serem tão dominantes em suas alterações da realidade é o monopólio da comunicação coordenado por uma ideologia, o que dá uma coerência lógica que sustenta sua narrativa dominante. Em outras palavras, tudo pode ser explicado e distorcido de acordo com a ideologia.

¹⁰³ ARENDR. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 319

4.3 A plateia e a política

Agora, deixemos de lado o ponto de vista do mentiroso e retornemos à perspectiva daqueles que o escutam, sua plateia. Se, tal como a verdade, a mentira fosse única e não potencialmente múltipla, nós não teríamos problemas em refutá-la. Seria meramente uma questão de inverter as palavras mentirosas e tão logo teríamos a verdade. Mas não é assim que a mentira funciona. Ao invés, ela nos remexe com suas múltiplas faces e retira nossa capacidade de distinguir entre o verdadeiro e o falso. Ela não nos tira o que é verdadeiro, ela tira nossa capacidade de identificá-lo. Nas palavras metafóricas de Arendt, a mentira “arranca o chão de nossos pés, sem fornecer nenhuma outra base em que nos postemos”.¹⁰⁴

Em entrevista a Roger Errera em 1973, Arendt toca neste assunto brevemente e esclarece esta metáfora. Segundo a autora, a chuva constante de mentiras elimina a possibilidade de crença. Assim, Arendt compartilha algumas de suas percepções sobre as consequências da mentira na entrevista:

se todos mentem para você, a consequência não é acreditar em mentiras, mas não acreditar em mais nada (...). De forma que um governo que mente, que persegue objetivos diferentes em momentos diferentes, deve constantemente reescrever sua história. Isso significa que a população fica privada não só de sua capacidade de agir, mas também de sua capacidade de pensar e julgar. E com uma população assim, pode-se fazer o que bem entender. (ARENDR. Pensar sem corrimão, 2021, pp. 547-548)

É a capacidade de agir que aqui nos interessa. Qual é a ligação entre a capacidade de discernir o verdadeiro do falso e a ação humana? Arendt oferece uma linha de raciocínio muito sofisticada e impactante. Ela leva suas afirmações às últimas consequências lógicas. A ação humana é o que determinará o futuro, que por si só está aberto a todas as possibilidades. A verdade fatural, evidentemente, não diz respeito ao futuro, mas sim ao passado. Quando verdades fatuais são invocadas, o que está em questão é a solidez de tudo aquilo que já passou e não pode ser alterado. Mas, eis o truque do mentiroso: a verdade fatural é transformada por ele em uma potencialidade. Somente o futuro está aberto às consequências da ação

¹⁰⁴ ARENDR. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 318

humana. Exceto para o mentiroso, que através de sua forma de agir, a mentira, retira qualquer estabilidade dos eventos passados e, conseqüentemente, do próprio âmbito político. A ação humana inicia novos processos, dá à luz novos inícios e transforma o mundo por vir, mas para isso é preciso que ela tenha um ponto de partida estabilizado. Sem este chão onde pisar, sem o solo onde se erige o espaço da ação política, o que temos é “a constante mudança e confusão em absoluta esterilidade, característica de tantas nações jovens que tiveram a má fortuna de nascer na *era da propaganda*”.¹⁰⁵

A menção à era da propaganda é muito impactante. Arendt finalmente nos mostra como a propaganda é uma forma de atacar diretamente as bases da política, ou seja, a verdade fatural. A propaganda inviabiliza a ação humana. Para o debate e a opinião tomarem forma no espaço da política, a informação deve ser comum a todos os agentes. Não há possibilidade de política sem agentes devidamente informados. É a partir da informação, dos fatos que não podem ser negados, que será dado o “pontapé inicial” da política, por assim dizer. O que os agentes farão com o mundo após a ocorrência e a deliberação sobre os fatos históricos está em aberto, afinal, é o futuro. Mas estes fatos não mudam, exceto, novamente, para o mentiroso. A propaganda, que talvez seja a forma mais organizada de mentira, torna o passado um objeto de disputa, trata-o como uma parte do futuro (Arendt, 2016b, p. 319). Se a todo momento ainda disputamos o que já passou, então reduzimos nosso futuro à discussão dos fatos e das narrativas flutuantes. Sem perceber, abrimos mão da capacidade de agir e efetivamente construir um futuro desejável.

Se por um lado aqueles que buscam os fatos devem ser imparciais para melhor servir o campo político, então como os agentes políticos devem se relacionar com os fatos? O que o domínio da ação deve fazer para evitar que os fatos que lhe dão vida sejam fragilizados? Arendt dedica algumas poucas palavras a esta questão:

A atitude política diante dos fatos deve, com efeito, trilhar a estreita senda que se situa entre o perigo de tomá-los como resultados de algum desenvolvimento necessário que os homens não poderiam impedir e sobre os quais, portanto, eles nada podem fazer, e o risco de negá-los, de tentar maquinar sua eliminação do mundo. (ARENDDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p, 320)

¹⁰⁵ ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 319. *Grifo meu.*

Em suma, a política pode se apropriar dos fatos como quiser, desde que: (a) compreenda a inerente contingência dos acontecimentos e, com isso, respeite a imprevisibilidade e as múltiplas potencialidades da ação humana; (b) jamais tente negar os fatos e transformá-los em objeto de disputa. O desrespeito a qualquer uma das duas atitudes mencionadas por Arendt significaria o próprio suicídio da política. Pois, se a política nega a contingência dos fatos e os trata como necessários, então não há mais motivo para a ação, uma vez que o futuro não será mais um emaranhado de potencialidades e sim um caminho determinado que independe dos atos humanos. Somado a isso, se a política negar os fatos ela jamais seguirá adiante, pois estará retirando de si mesma sua própria condição de existência, o chão onde as reais deliberações podem e devem se dar.

Não é uma coincidência que os regimes totalitários, os maiores inimigos da ação humana, tenham desrespeitado essas duas regras de conduta. Sua propaganda narra os eventos passados e até mesmo o futuro de um ponto de vista ideológico, ou seja, baseando-se em uma lógica inabalável que diz respeito a toda a história - passado, presente e futuro - da humanidade sob a ótica de uma ideia. De certa forma, não há contingência para uma ideologia totalitária. Ainda que a história tenha flutuações e desvios, o fim último já é esperado. No nazismo, a vitória da raça ariana era tida como questão de tempo. O terror não era uma forma de mudar o rumo da história, mas sim de acelerá-lo. E o totalitarismo não se contenta apenas em dar sua versão ideológica dos acontecimentos. Como vimos, ele desrespeita profundamente a segunda regra de conduta ao negar e tentar destruir fatos, como as tentativas de Stálin de eliminar Lênin dos livros de história. A consequência do sistema totalitário é, naturalmente, a impossibilidade da ação e da política.

4.4 **O contador de verdades**

Para dar fim à discussão sobre a mentira na política, precisamos ressaltar uma última perspectiva, a saber, a do contador da verdade. Já mencionamos a importância, e o desafio, de ser imparcial. Aquele que traz a verdade deve estar alheio ao âmbito político, tal como Arendt reconhece ter se posicionado durante o

caso de Eichmann. Sua tarefa não é nada fácil. Ao servir o domínio político, o relator dos fatos corre o sério risco de se corromper. A verdade é hostilizada através da violência e da persuasão, que podem destruí-la, mas jamais podem ser substitutos à sua altura (Arendt, 2016b, p. 320). Assim, aquele que fala a verdade “a põe em risco - e com ela a validade daquilo que tem a dizer - se tenta interferir diretamente nos negócios humanos e falar a linguagem da persuasão e da violência”.¹⁰⁶ Se a verdade não é uma questão de persuasão, então ela não deve se render ao discurso persuasivo. Ainda que seja tirânica, a verdade não pode se render aos métodos violentos da mentira. O que seria da verdade se todos os seus relatores fossem propagandistas?

Talvez possamos replicar esta pergunta com uma outra: como deve se comunicar o contador de verdades? Essa é uma discussão que está longe de ser simples, mas Arendt parece indicar um caminho. Como foi antecipado anteriormente, ela aponta três instituições que considera como refúgios da verdade: o poder judiciário, a academia e a imprensa. Todos eles deveriam ser protegidos e, ainda mais relevante, deveriam possuir mecanismos internos para se protegerem sozinhos dos interesses parciais e dos ataques advindos da esfera política e social. É de suma importância que aqueles que representam esses refúgios estejam comprometidos em defendê-los a todo custo.

A academia é o espaço que abarca as diversas ciências. Entre elas, as ciências históricas e as humanidades são as mais relevantes para a política, pois são responsáveis por “descobrir, conservar sob guarda e interpretar a verdade dos fatos e os documentos humanos”.¹⁰⁷ Neste sentido, o historiador trabalha junto ao jornalista, o representante da imprensa. Ambos se complementam. O simples enunciado dos fatos não faz sentido se não for colocado em perspectiva. O contador de verdades não é apenas um veículo pelo qual uma soma de acontecimentos fatuais é enunciada. Ele é um relator da realidade, e esta é mais que a soma dos fatos:

A realidade é diferente da totalidade dos fatos e ocorrências e mais que essa totalidade, a qual, de qualquer modo, é inaveriguável. Aquele que diz o que é - *légei tá eónta* - sempre narra uma estória, e nessa estória os fatos particulares perdem sua contingência e adquirem algum sentido humanamente compreensível. (ARENDDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 323)

¹⁰⁶ ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 320

¹⁰⁷ ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 322

A realidade, tão dura e difícil quanto possa ser, é o que o contador de verdades tem a oferecer à política. Para amenizar o difícil trabalho de aceitação da realidade, o contador de verdades precisa transmitir os fatos de uma perspectiva compreensível, isto é, contar uma estória. Ainda que a função de buscar a informação fatural deva ser realizada fora do âmbito político, livre de interesses e de forma imparcial, a transmissão desta informação ainda permanece sendo uma função política importantíssima. Que fique claro, as duas coisas não se excluem: uma atividade de relevância para o domínio político pode ser desempenhada fora dele. O ponto em questão é que esta função precisa necessariamente ser realizada, ou então não haverá política. É contando uma estória que o carregador da verdade exerce sua função que, em última instância, nada mais é que promover a aceitação das coisas como elas são (Arendt, 2016b, p. 323). Arrisco-me a dizer, seguindo o brilhante raciocínio de Arendt, que o bom contador de estórias está mais preocupado com o futuro do que com o passado. O bom contador de estórias sabe que a importância de conservar os fatos e dar-lhes sentido não é um mero capricho com o passado, mas sim uma atividade necessária para um futuro desejável.

Este capítulo nos apresentou uma das maiores viciosidades da mentira e, conseqüentemente, da propaganda. A mentira promove o completo rompimento de nossas faculdades mentais de distinção entre o verdadeiro e o falso. Assim, a propaganda é uma forma de causar a desorientação dos humanos em relação ao mundo e, como consequência severa, retirar-lhes a possibilidade de pensar e agir. Se a verdade fatural é o chão sobre o qual se erige o domínio político, então atacá-la é o mesmo que atacar as bases deste domínio. Em outras palavras, a propaganda pode se infiltrar na política enquanto forma organizada de mentira para atacar aquilo que é pré-político.

O que buscamos abordar no capítulo seguinte é uma outra forma de agir da propaganda, referente à corrupção do discurso por meio da violência. Certamente, a violência discursiva está relacionada à mentira e a tudo que estudamos até aqui, mas há um aspecto diferencial: além de desestabilizar as bases pré-políticas através da mentira, a propaganda também pode corroer o ambiente político ao desvirtuar um de seus elementos fundamentais: o discurso. Ao contar mentiras, a propaganda destrói a verdade fatural, que é o elemento pré-político. Ao violentar o discurso, a propaganda inviabiliza o debate e a troca de opiniões, não por retirar a base sob os quais eles se apoiam, mas sim por corromper a matéria da qual são feitos.

5. A corrupção do discurso

Em todos os capítulos apresentados até aqui, discutimos alguns pontos importantes no que tange à ação humana. Vimos como o totalitarismo tenta suprimir a capacidade de agir através do terror ditado por uma ideologia e, principalmente, como a propaganda e a mentira inviabilizam a ação política ao romper a conexão dos agentes com a realidade e a verdade fatural. Importante lembrar da propaganda da doutrina racial, cujo conteúdo atacava diretamente um aspecto essencial da política, a pluralidade, ao defender uma desigualdade natural entre humanos. Agora, interessa discutir qual é o papel do discurso para tal pluralidade e, mais ainda, o que a corrupção do discurso por meio da propaganda pode representar para esta que é a característica específica da política.

A partir das considerações sobre o texto *Verdade e Política* anteriormente, ficou claro que o mentiroso, e, portanto, o propagandista, é um homem de ação. Sendo assim, ele realiza aquelas atividades que constituem a *Vita Activa*, tal como Arendt a descreve. Evidentemente, entre as atividades de trabalho[*labor*], obra[*work*] e ação[*action*],¹⁰⁸ é a última que merecerá nossas atenções.

A política só pode existir quando há um espaço em que os humanos possam agir e discursar, aparecendo uns para os outros enquanto agentes que compartilham um mundo comum. Para que neste espaço entre os humanos haja deliberações de assuntos que lhes dizem respeito, a informação fatural deve estar disponível e acessível a todos os agentes. Assim, é preciso que a verdade não seja contaminada ou negada pela propaganda e a mentira, que impedem a capacidade de pensamento e de ação.

¹⁰⁸ Adoto a tradução de Adriano Correia para esta pesquisa, presente na 13a edição de *A Condição Humana*, lançada em 2016. Os termos originais *labor* e *work* sofreram mudanças radicais no histórico da tradução para o português, o que requer um certo cuidado especialmente para leitores iniciantes de Arendt. No contexto desta dissertação, no entanto, isso não será um empecilho. As atividades do trabalho[*labor*] e da obra[*work*] serão pouco mencionadas.

5.1 O discurso e a singularidade humana

Embora Arendt tenha feito vários apontamentos em ensaios anteriores, sua concepção de discurso foi estabelecida propriamente em 1958, com a publicação de *A Condição Humana*. A primeira menção ao termo no livro é um tanto reveladora: “Sempre que a relevância do discurso está em jogo, as questões tornam-se políticas por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político”.¹⁰⁹

É na medida em que o humano consegue se comunicar através do discurso que a política se torna possível. Ainda mais relevante é notar que o discurso é uma forma de ação, e a ação para Arendt é uma das condições da vida humana, tão importante quanto o trabalho necessário para nos manter vivos e a obra que constrói o mundo em que nos inserimos. Mas à diferença das outras atividades, a ação humana só existe na medida em que há pluralidade. Não há política quando se tem apenas um indivíduo isolado. O espaço da política é aquele onde os humanos podem dar significado ao que vivem, e isso só é possível mediante o discurso que os conecta: “Os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem neste mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos”.¹¹⁰

É importante notar que Arendt escolhe como uma das epígrafes para o início do capítulo V de *A Condição Humana*, destinado à ação, a seguinte frase de Isak Dinesen: “Todas as mágoas são suportáveis se as colocarmos em uma estória [*story*] ou contamos uma estória sobre elas”. Essa mesma frase é citada pela autora no texto que analisamos anteriormente, *Verdade e Política*.¹¹¹ A preocupação com os fatos não é apenas a do relato imparcial, mas também a da atribuição de significado a eles, que só pode ser feita na forma de uma estória. E uma estória, seja no papel ou de forma oral, implica o uso da faculdade discursiva. Que fique claro, a estória que é contada sobre um ato só pode ser feita por um relator externo ao próprio acontecimento, isto é, por alguém que não seja ele mesmo um agente. O ator tem

¹⁰⁹ ARENDT. *A Condição Humana*, 2019, p. 4

¹¹⁰ ARENDT. *A Condição Humana*, 2019, p. 5

¹¹¹ Em *Verdade e Política*, a frase é traduzida da seguinte maneira: “todas as desgraças podem ser suportadas se você as colocar em uma estória ou narrar uma estória a respeito delas”. Ver: ARENDT. *Entre o Passado e o Futuro*, 2016b, p. 323

apenas uma visão limitada de seus atos, na medida em que está encarnado no papel de um participante interessado, e não no de espectador. O discurso do agente é de muita relevância para desvelar suas intenções e identidade, mas não pode constituir a estória final. Eis a importância do historiador e de outros refúgios da verdade. O discurso feito pelo agente “torna-se uma mera fonte de material útil nas mãos do historiador, e nunca se equipara à sua estória em significância e veracidade”.¹¹² A este respeito, um problema inicial da propaganda já pode ser percebido: o propagandista jamais será apenas um espectador e um relator dos acontecimentos. Acima de tudo, o propagandista tenta persuadir os demais e pode se valer de diversos recursos para atingir seus objetivos, tais como a mentira. Se precisássemos enquadrá-lo na oposição binária entre o participante e o espectador, o propagandista estaria muito mais próximo do primeiro. O discurso dele não é apenas uma estória contada para dar sentido aos fatos, mas sim uma forma de persuasão que adentra o campo da política travestido de opinião e que, como vimos, pode desestabilizar a base fatural do espaço político.

Por outro lado, o discurso, quando está em troca entre aqueles que vivenciam as mesmas coisas em um mesmo mundo, é o que pode dar significado aos acontecimentos. Segue-se daí, que também por meio do discurso os humanos podem deliberar e planejar o futuro em conjunto. Isso explica a importância das faculdades de perdoar e prometer. Ambas dependem da pluralidade. O perdão libera os agentes dos atos do passado, retirando as barreiras que os impedem de seguir independentes. A promessa nos ajuda a desenhar um futuro, tentando contornar a imprevisibilidade de nossas ações e estabelecer caminhos desejáveis para o tempo adiante. Para Arendt, até mesmo nossa identidade está em jogo quando se trata da promessa, pois se nós não as cumpríssemos “jamais seríamos capazes de conservar nossa identidade”.¹¹³ E a razão disso é que ninguém pode perdoar a si mesmo ou se comprometer com uma promessa apenas para si. Nos casos em que essas faculdades são utilizadas em solitude e isolamento, Arendt as considera apenas “um papel que a pessoa encena para si mesma”.¹¹⁴ Em suma, o perdão e a promessa evidenciam a condição da pluralidade humana e, portanto, são importantes fatores na política e no reconhecimento da identidade de cada agente.

¹¹² ARENDT. *A Condição Humana*, 2019, p. 238

¹¹³ ARENDT. *A Condição Humana*, 2019, p. 294

¹¹⁴ ARENDT. *A Condição Humana*, 2019, p. 294

A este respeito, é o discurso que permite a distinção entre os humanos. Arendt pontua com frequência o fato de que a pluralidade se refere à igualdade, no sentido de que todos somos humanos, e também à distinção, na medida em que somos únicos. A ação dá início a processos, e por isso representa a condição humana da natalidade. O discurso, por sua vez, “corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais”.¹¹⁵ Em outras palavras, a ação é mais fortemente ligada à natalidade na medida em que os feitos de um agente iniciam novos processos. O discurso é mais ligado à revelação do agente, pois é através dele que o agente se identifica, explica suas ações e revela suas intenções. Os atos transformam o mundo, criam novas relações entre indivíduos e dão início a novos processos na realidade. As palavras desvelam essa realidade e solidificam as relações criadas. Tal como a obra é a atividade humana da mundanidade, que cria objetos constituintes do espaço físico onde nos encontramos, a ação e o discurso dão origem a um outro tipo de “espaço-entre”.¹¹⁶ Trata-se de um espaço que não é tangível como o mundo físico, mas igualmente dotado de uma realidade. Esta realidade Arendt nomeia de “teia de relações humanas” (Arendt, 2019, p. 227) e este espaço intangível é o dito “espaço da aparência” (Arendt, 2019, p. 246).

Para discutirmos a corrupção do discurso pela propaganda, é preciso dar um passo importante na compreensão do espaço da aparência. É fundamental ter em vista que tal espaço não depende de um aparato legislativo, burocrático e formal. Arendt inicia o subcapítulo 28 de *A Condição Humana*, intitulado “O poder e o espaço da aparência” reforçando esta afirmação:

O espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal do domínio público e as várias formas de governo, isto é, as várias formas possíveis de organização do domínio público. (ARENDDT. *A Condição Humana*, 2019, p. 247)

Em outras palavras, o acontecimento político, por assim dizer, é anterior à própria formalização de um estado, governo ou legislação que impere sobre ele mesmo. Basta a ação e o discurso para que este espaço tome vida. É por este motivo

¹¹⁵ ARENDT. *A Condição Humana*, 2019, p. 221

¹¹⁶ No original, o termo é in-between. Ver: ARENDT. *A Condição Humana*, 2019, p. 221

que algo precisa ser destacado em nossa investigação: acredito que por uma série de motivos históricos o termo “propaganda”, em sua acepção política, se tornou fortemente associado aos aparatos governamentais de comunicação, como no regime nazista. Tal associação, obviamente, é mais que justificada. No entanto, interessa-nos discutir a propaganda em um degrau mais abaixo, em um solo mais fundo, com o perdão de tantas metáforas. Se a ação e o discurso são anteriores à constituição formal da política, então é justo que a propaganda, enquanto corrupção do discurso, seja também um elemento capaz de afetar as bases do espaço da aparência e, mais que isso, capaz de ter efeitos em nossas relações enquanto agentes independentes de qualquer organização do espaço público em que nos encontramos.

Compreendo inteiramente que estou conferindo uma dimensão ao suposto conceito de propaganda que não lhe é comum. Entendo, também, que não apresentei nenhuma definição sucinta de propaganda até aqui, assim como Arendt nunca o fez. O ponto em questão é que a propaganda representa um tipo de corrupção do discurso que tem efeitos para além do seu âmbito específico de ação. Trata-se de um problema que pode assolar a capacidade de discursar dos humanos de diferentes maneiras, entre elas, a propaganda em geral. Diante dessa hipótese, podemos nos indagar: o que estaria por trás disso que entendemos como propaganda e viemos estudando até este ponto? Qual é o elemento presente na propaganda que a torna tão conflituosa com o discurso e que precede a política formal, tal como o próprio discurso? Achar a resposta para essas perguntas é o nosso objetivo e, acredito, ela reside naquilo que Arendt entende como violência.

5.2

Violência e mudez: apenas uma mera conversa

Há uma conexão forte entre os atos e as palavras que leva diretamente àquilo que sustenta o espaço da aparência e o domínio público em geral. Refiro-me ao que Hannah Arendt chamou de “poder”. Antes de tratar da violência propriamente, é importante compreender este conceito. Neste caso, se faz necessária uma citação esclarecedora:

O poder só é efetivado onde a palavra e o ato não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais, onde as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para desvelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para estabelecer relações e criar novas realidades. (ARENDDT. *A Condição Humana*, 2019, pp. 247-248)

É notável o caráter iniciador do poder. Ele não se constitui por atos destrutivos, mas sim por atos que possam mediar a ação conjunta. As palavras que o constituem não são enganadoras, mas sim reveladoras. Nesse contexto, não há nenhum objeto material que condicione sua existência além deste simples estar-junto. O poder é naturalmente a própria condição humana da pluralidade (Arendt, 2019, p. 249). Seu único condicionante para existir é a união com um outro agente. Contudo, o que nos interessa para seguir adiante não é o poder, mas sim o seu oposto, ao qual Arendt dedicou um livro inteiro para discutir: a violência.

Mais de dez anos após *A Condição Humana*, em 1969 Arendt publicou o livro *Sobre a Violência*. Embora a obra trate de alguns temas polêmicos para a época, em especial sobre questões raciais, o que nos interessa aqui são as definições. De forma bem metódica, Arendt decide colocar as cartas na mesa, isto é, apresentar os conceitos que lhe interessam para a discussão. Assim, ela dedica ao menos um parágrafo de definição para os termos “poder”, “vigor”, “força”, “autoridade” e “violência” (Arendt, 1994, pp. 36-37). O primeiro e o último são os opostos que nos interessam para a discussão.

Seguindo a linha de raciocínio exposta até então, Arendt define o poder como uma capacidade humana para agir em concerto e que só existe na medida em que se conserva a união dos agentes (Arendt, 1994, p. 36). Para esta união acontecer, o discurso é elemento necessário. É a respeito do discurso que a violência e o poder se distinguem.

Anteriormente, em *A Condição Humana*, Arendt apontava para o fato de que a violência não se dá por palavras: "Somente a pura violência é muda, e por esse motivo a violência, por si só, jamais pode ter grandeza".¹¹⁷ A palavra-chave neste caso é “pura”. A violência nunca gera o poder, mas sempre pode levar à sua destruição. E, neste processo, ambos podem se misturar. Em *Sobre a Violência*, Arendt explicita que “nada (...) é mais comum do que a combinação de violência e

¹¹⁷ ARENDT. *A Condição Humana*, 2019, pp. 31-32

poder, nada é menos frequente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema”.¹¹⁸ A autora vai além, e diz que na mistura entre os dois é o poder que tende a ser predominante (Arendt, 1994, p. 41).

A pergunta que devemos fazer é a seguinte: como pode a violência passar a predominar sobre o poder sem destruí-lo de forma imediata? O discurso é a resposta. Arendt afirma que a violência não se dá por opiniões e palavras, mas sim por implementos, como armas, por exemplo. Por que as palavras não poderiam servir como armas ou meios? É neste ponto em que a propaganda se destaca. No totalitarismo, ela era um instrumento para se dirigir ao mundo exterior e, portanto, um implemento útil do governo. O que devemos investigar agora é como a propaganda representa uma transformação do nosso discurso, que deixa de ser um mediador de opiniões e desvelador de agentes e passa a ser apenas mais um implemento para derrotar inimigos e ludibriar outros indivíduos.

Diferentemente das obras que analisamos no início, como os *Escritos Judaicos*, *Origens do Totalitarismo* e alguns ensaios de *Compreender*, há apenas uma única menção ao termo “propaganda” em *A Condição Humana*. Mas esta não é uma menção qualquer. Ela se encontra no capítulo V, sobre a ação, em um parágrafo de extrema relevância para o desenvolvimento da noção de discurso. Acredito ser necessário uma citação mais longa neste momento, reproduzindo tal parágrafo na íntegra:

Sem o desvelamento do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer. Na verdade, passa a ser apenas um meio para atingir um fim, tal como a fabricação é um meio de produzir um objeto. Isso ocorre sempre que se perde o estar junto dos homens, isto é, quando as pessoas são meramente “pró” ou “contra” as outras, como acontece, por exemplo, na guerra moderna, quando os homens entram em ação e empregam meios violentos para alcançar determinados objetivos em proveito de seu lado e contra o inimigo. *Nessas circunstâncias, que naturalmente sempre existiram, o discurso transforma-se, de fato, em “mera conversa”[mere talk], apenas mais um meio de alcançar um fim, quer iludindo o inimigo, quer ofuscando[dazzle] a todos com propaganda.* Nesse caso, as palavras nada revelam; o desvelamento advém exclusivamente do próprio feito, e esse feito, como todos os outros, não pode desvelar o “quem”, a identidade única e distinta do agente. (ARENDR. *A Condição Humana*, 2019, p. 223. *Grifo meu*)

¹¹⁸ ARENDR. *Sobre a Violência*, 1994, p. 38

Neste profundo parágrafo, Arendt aponta para as circunstâncias em que os humanos estão em ação, mas não em ação conjunta. Ou seja, a autora refere-se àquelas situações onde nossa ação não é uma forma de gerar poder e união, mas sim uma forma de enfrentar um inimigo, como é o caso da guerra. Em casos como esse, “meios violentos” são utilizados. O mais importante a notar é que o nosso discurso se torna um instrumento ou, ainda mais relevante, torna-se “*mere talk*”, uma “mera conversa” tal como a propaganda. Também é digno de destaque o uso do verbo “*dazzle*”, ofuscar, indicando que a luz fulgurante da propaganda toma para si as atenções dos indivíduos singulares, agora reduzidos à periferia dos holofotes propagandísticos. Isso significa que não se trata apenas de palavras inofensivas e sem significado, mas sim de um tipo de discurso que ganha toda a atenção no espaço público, impedindo que qualquer outra coisa seja vista além dele mesmo.

Fica claro que a propaganda é um tipo de discurso e, portanto, uma forma de ação. Tal conclusão já havíamos alcançado ao discutir o tema da mentira. No entanto, a propaganda é um discurso que perdeu suas características primitivas de desvelamento. É um discurso que não revela, mas, pelo contrário, ofusca todos aqueles que estão envolvidos. A aparente contradição seria considerar a propaganda como um meio violento, uma vez que a violência é muda e jamais poderia surgir na forma de um discurso. Assim, a caracterização da propaganda nesses termos pode parecer contraditória, mas na realidade não é. A violência pode achar uma forma de *utilizar* o discurso. Destaco a palavra “utilizar”, pois ela é autoexplicativa neste caso. Nosso discurso é corrompido e torna-se apenas um meio *utilizável* para atingir fins, ele é instrumentalizado. A violência em seu estado puro não se dá por palavras, mas este estado de pureza raramente é visto. Quando está combinada com o poder, a violência entra em contato com o discurso e, ao fazer isso, tem a chance de contaminá-lo. A propaganda é um dos resultados da contaminação: *a propaganda é a interseção entre o discurso e a violência*.

Em outros termos, é perfeitamente admissível que a violência venha acompanhada de palavras, ainda que estas sejam nada mais que uma “mera conversa”, como citado na passagem acima. É muito importante notar que esta passagem não era exatamente inédita quando Arendt publicou *A Condição Humana* em 1958. A seguir, destaco um trecho de 1953, do artigo *Religião e Política*, presente no livro *Compreender*. A semelhança com o parágrafo decisivo citado anteriormente será facilmente identificada, o que nos leva a crer que o trecho a

seguir foi reformulado e reescrito, dando origem ao parágrafo acima. Escreve Arendt:

Pois, na verdade, a violência é a única espécie de ação humana que, por definição, é muda; não é mediada nem conduzida por palavras. Em todos os outros tipos de ação, políticos ou não, agimos no discurso, e nosso discurso é ação. Na vida política comum, essa íntima relação entre palavras e atos só é rompida na violência da guerra; então, e apenas então, nada mais depende das palavras, e tudo se funda na muda ferocidade das armas. *É por isso que a propaganda de guerra costuma ter uma desagradável ressonância de insinceridade: aqui as palavras se tornam “simples palavrório” [mere talk] e já não têm nenhuma capacidade ativa, e todos sabem que a ação abandonou o campo do discurso.* Esse “simples palavrório” [mere talk], que é apenas uma justificativa ou um pretexto para a violência, sempre esteve sujeito à desconfiança de ser tão-só “ideológico”. (ARENDDT. Compreender, 2008a, p. 397. *Grifo meu*)

No trecho de *Religião e Política*, Arendt dá maior ênfase à questão da violência. O discurso é ação por definição. A peculiaridade da violência é que ela é a única, entre as mais variadas formas de ação, que não necessita do discurso. O ponto relevante é que, mesmo sem precisar, a violência pode vir acompanhada de palavras, mas elas já não constituirão nenhum tipo de desvelamento. Tal como na passagem de *A Condição Humana*, aqui Arendt destaca a “mere talk”, com a tradução alternativa de “simples palavrório” para a língua portuguesa. Trata-se desta combinação de palavras sem potencial de ação ou “capacidade ativa”, palavras que nada revelam e, com isso, trazem uma aura de insinceridade. Ainda que Arendt não fale explicitamente, acredito ser seguro assumir que a mentira se enquadra neste tipo de “mera conversa”. Mais ainda, esse palavrório serve de justificativa ou pretexto para atos violentos, ou seja, pode ser uma forma de anunciar a chegada da violência ao domínio do discurso que, certamente, estará ameaçado. Mais claramente nas palavras de Arendt, a ação parece nesse caso se desvincular completamente da faculdade discursiva. É o que a pensadora parece indicar ao dizer que a ação deixa o campo do discurso, de forma que, podemos deduzir, ela passa para um outro campo, o da violência. Porém, aqui não há mudez exatamente. Há uma espécie de fala que a acompanha e a ajuda a se infiltrar no campo da política e corroê-la por dentro.

É muito importante dar alguma atenção ao uso da expressão “mere talk”, pois não se trata apenas de uma escolha retórica de Arendt. A expressão carrega em si

uma forte carga da filosofia heideggeriana que não pode passar despercebida. Mais especificamente, quando Arendt fala da mera conversa ela está se referindo ao que Heidegger chamou de “falatório” [*Gerede*], no parágrafo 35 de *Ser e Tempo*. Este não é um tema fácil ou breve de tratar. A filosofia de Heidegger contém um vocabulário muito próprio, com expressões de difícil tradução. Enveredar-se profundamente por ela neste momento seria uma digressão muito maior do que o necessário para a discussão que nos interessa. Contudo, um pequeno excuro se faz, sim, relevante.

A relação de Arendt com o conceito de “falatório” fica evidente quando a autora escreve o prefácio do seu livro *Homens em Tempos Sombrios*. Neste texto, Arendt adota um vocabulário e estilo que remetem à fenomenologia, jogando ainda mais com a ideia de luz e sombra em comparação com *A Condição Humana*. Ela aponta para a iluminação dos assuntos humanos pelo âmbito público, no espaço onde os homens desvelam suas identidades para os outros. Em contraponto à iluminação, a autora menciona as sombras que extinguem a luz de cada agente através do “discurso que não revela o que é, mas o varre para sob o tapete” e que transforma a verdade em uma “trivialidade sem sentido”.¹¹⁹

Em geral, Arendt está dando um diagnóstico de degradação do espaço público, que estaria perdendo sua iluminação para as sombras trazidas com discursos triviais. Em outras palavras, a busca por significado e o aparecimento dos agentes através de seus atos e palavras está comprometido por um palavrório que toma para si todas as atenções naquele âmbito e que impede um diálogo que busque ampliar a compreensão do mundo e dos entes. Para Arendt, esse diagnóstico ou, em suas palavras, essas condições já haviam sido dadas por Sartre, em *A Náusea*, e por Heidegger, em *Ser e Tempo*. Ao falar do filósofo alemão, Arendt menciona a “*mere talk*” algumas vezes, indicando que se trata de um conceito presente na principal obra de Heidegger:

E são as mesmas condições que, há quarenta anos (embora por razões totalmente diferentes), Heidegger descreveu com precisão excepcional nos parágrafos de *O Ser e o Tempo* que tratam de “os eles”, e sua “simples fala” [*mere talk*] e, genericamente, de tudo o que, não oculto e não protegido pela privacidade do eu, aparece em público. Em sua descrição da existência humana, tudo o que é real ou autêntico é assaltado pelo poder esmagador da “simples fala” [*mere talk*] que irresistivelmente surge do

¹¹⁹ ARENDT. *Homens em tempos sombrios*, 2008c, p. 8

âmbito público, determinando todos os aspectos da existência cotidiana, antecipando e aniquilando o sentido ou o sem-sentido de tudo que o futuro pode trazer. Segundo Heidegger, não há escapatória a essa “trivialidade incompreensível” desse mundo cotidiano comum, a não ser pela retirada para aquela solidão [*solitude*] que os filósofos, desde Parmênides e Platão, sempre contrapuseram ao âmbito político. (ARENDR. Homens em Tempos Sombrios, 2008c, pp. 8-9)

A *solitude*¹²⁰ permite um distanciamento do mundo público, como no caso da retirada dos filósofos do mundo comum, vista com tão bons olhos por Heidegger. Em grande parte, o incômodo para Heidegger era justamente a repetição incessante de discursos triviais, de mera conversa. Como Arendt aponta na passagem acima, as conversas frívolas que tomam conta do âmbito público inviabilizam o conferimento de sentido ao mundo e, mais ainda, determinam toda a existência cotidiana. O diagnóstico de Heidegger descrito por Arendt é o de total degradação da verdade e obscurecimento dos indivíduos. É nesse ponto que Arendt rompe com o filósofo. Enquanto Heidegger aposta numa retirada do espaço público, ela ainda acredita na possibilidade de iluminação em meio a tempos sombrios. Ela acredita no desvelamento de certos indivíduos que possam marcar o mundo, pois “mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação”; e tal iluminação pode surgir não tanto do trabalho teórico e conceitual, mas muito provavelmente “da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra”.¹²¹

Arendt vê na ação que acontece no espaço público uma infinidade de possibilidades que, mesmo ameaçada por um falatório, é digna de ser valorizada. O que nos interessa não são as diferenças de postura entre Heidegger e Arendt, mas sim o fato de que ambos vêm no falatório um grande problema. Em *Ser e Tempo*, o filósofo mostra-se incomodado com a incessante repetição do discurso que nada acrescenta, que nada diz sobre o mundo além do óbvio ou, isso nos interessa ainda mais, nada além do que é tomado como óbvio e não expande nossa compreensão.

É neste ponto que os autores entram em concordância. Seja chamado de *Rede*, no alemão de Heidegger, ou *Speech*, no inglês de Arendt, o discurso produz sentido

¹²⁰ Os termos *solitude* e *loneliness* sofreram traduções diferentes para o português. Aqui adoto os termos *solitude*, para a palavra de grafia idêntica em inglês, e *solidão*, para *loneliness*.

¹²¹ ARENDR. Homens em tempos sombrios, 2008c, p. 9

e dá a possibilidade de compreender o mundo. O falatório é a repetição e a amplificação daquele discurso que já está sedimentado no senso comum e que, portanto, nada acrescenta. Trata-se de um tipo de discurso que pode ser instrumentalizado para fins de controle, tutela ou violência. Ainda que Heidegger não o tenha associado à propaganda, Arendt o fez com uma incrível perspicácia. Se o discurso abre o mundo para a possibilidade da compreensão, o falatório representa justamente o contrário, ou seja, um fechamento. E como vimos, a propaganda não é utilizada para despertar o pensamento nos indivíduos, mas, antes, para deixá-los desorientados ou dizer o que eles devem pensar. As palavras de Heidegger trazem alguns pontos relevantes para o percurso que traçamos até aqui:

O discurso que pertence à constituição ontológica essencial do Dasein também perfaz a sua abertura. Ele traz a possibilidade de se tornar falatório e, com isso, de manter o ser-no-mundo não tanto numa compreensão estruturada, mas de trancar e encobrir os entes intramundanos. Para isso, porém, não necessita da intenção de enganar. O falatório não tem o modo de ser em que *apresenta conscientemente* algo como algo. Porque o que é sem solo ou fundamento já lhe basta para transformar a abertura em fechamento. Pois o que foi dito já foi sempre compreendido como algo “que diz”, ou seja, que descobre. O falatório é, pois, por si mesmo, um fechamento, devido à sua própria *abstenção* de retornar à base e ao fundamento do referencial. (HEIDEGGER. Ser e Tempo, 2005, p. 229, tradução modificada)

Aqui temos uma importante consideração de Heidegger ao falar sobre o engano. O falatório não pode ser reduzido à mentira, que estudamos no capítulo anterior e que tanto se relaciona com a propaganda. Ele é, antes, a apropriação daquilo que se diz e que está disponível para ser dito. Da perspectiva dos indivíduos no âmbito público, trata-se de um discurso que traz apenas aquilo que já foi pronunciado antes, encobrindo estes indivíduos e sua possibilidade de compreensão, na medida em que a incessante repetição impede uma abertura para novos desvelamentos, para um novo discurso que dê sentido ao mundo. Onde tudo que é dito é uma mera repetição, não pode haver questionamentos profundos. Dentro do escopo da ontologia heideggeriana, o falatório é um discurso que não permite o questionamento do ser. Pelo contrário, o falatório obscurece e inviabiliza este poderoso questionamento.

Tendo feito essas considerações, é preciso nos afastarmos das preocupações ontológicas de Heidegger e retornar aos efeitos do falatório na política, agora em sentido arendtiano. Considerando as passagens de Arendt em que a mera conversa

é mencionada, percebemos como a autora associou a noção de falatório muito mais ao seu caráter *instrumental*, como no caso da propaganda. Nota-se, também, a proximidade entre o falatório e a violência, algo que não se observa tão claramente no texto de Heidegger. Talvez a pergunta heideggeriana que caiba ao nosso estudo seja: qual é o modo de ser da propaganda? É simplesmente um falatório?

Este seria um caminho muito interessante a seguir, mas distante de nossas pretensões. Proponho um retorno ao pensamento arendtiano que nos trouxe até aqui. O breve estudo do falatório de Heidegger nos leva a um importantíssimo ponto que Arendt tratou com muita propriedade: a compreensão. Mais que isso, Arendt percebeu os efeitos problemáticos que a propaganda e a doutrinação, que trazem a mera conversa para o ambiente discursivo, causam na compreensão. Agora é preciso entender com maior profundidade o que é a atividade de compreender a que Arendt se refere e, acima de tudo, como ela se conecta com diversos pontos de nosso estudo até aqui, como o totalitarismo, a verdade fatural, o discurso, as ideologias e muito mais.

5.3 Contar a história: os esforços de compreender

Arendt mostrou em *A Condição Humana* que através do discurso podemos conferir significado ao mundo em que nos inserimos, às experiências que temos nele e às ações que nele realizamos. A atividade fundamental de atribuir significado ao mundo possui um nome específico na filosofia da autora. Trata-se da compreensão.

A atividade de compreender não é nada trivial e deve ser realizada por todas as pessoas. Arendt trata deste assunto em diferentes textos, mas há um ensaio específico em que a compreensão é o foco. Refiro-me ao texto *Compreensão e Política (As dificuldades da compreensão)*, de 1953, que não por coincidência está presente no já citado livro *Compreender*. O texto inteiro busca examinar as várias camadas desta atividade, apresentando diferentes nuances e definições. Diretamente no primeiro parágrafo, Arendt aponta para a sua enorme dimensão, na medida em que se trata de uma atividade sem término definido, que se renova

constantemente, e através da qual “chegamos a um acordo e a uma conciliação com a realidade, isto é, tentamos sentir o mundo como nossa casa”.¹²²

Assim é a compreensão: uma forma de sentir-se pertencente ao mundo e de senti-lo como um lar. *Para tal, os esforços de compreender são os esforços de captar o que há de essencial e único em cada evento, são tentativas necessárias de atribuir sentido ao mundo.* O motivo pelo qual a pensadora trata da compreensão neste ensaio é evidente: como alguém poderia se sentir em casa e conciliado com o mundo onde surgiram os regimes totalitários e onde o terror dos campos de extermínio foi possível? Uma das teses mais marcantes de Arendt é a de que o totalitarismo foi um evento inédito, sem precedentes e que, portanto, precisaria de esforços imensos para que todas as suas nuances e efeitos no mundo fossem entendidos. Sendo assim, como é possível captar o ineditismo e atribuir significado a algo tão terrivelmente novo como o totalitarismo? O fato de que Arendt passou décadas se dedicando a este problema mostra a sua complexidade.

Só entendemos que o presente possui algo inédito quando todas as nossas referências do passado não parecem dar conta do que temos em mãos. O totalitarismo mostrou que a humanidade se confrontava com um mal que não poderia ser equiparado com nada visto antes. Sempre foi tentador falar sobre os regimes totalitários em termos de tirania e conspiração, coisas tão frequentes no passado que poderiam fornecer uma base segura para lidar com este fenômeno inédito à época. Contudo, por mais que estes modelos guardem várias semelhanças, o totalitarismo mostrou uma originalidade em suas ações que foi responsável por romper com todos os critérios prévios de julgamento moral e categorias de pensamento político e, conseqüentemente, inutilizou todos os instrumentos tradicionais de compreensão.

Para além do contexto totalitário, um dos motivos para que a compreensão seja inacabável é que ela não constitui uma forma de conhecimento científico e não se limita ao reconhecimento de informações. Mas isso não significa que eles sejam desprovidos de conexões. A compreensão necessita de instrumentos, por isso tem o conhecimento como sua base; este, por sua vez, não pode ir para frente sem que haja esforços para obter uma compreensão preliminar. Ainda que o termo “preliminar” possa soar estranho, é exatamente desta forma que Arendt o utiliza,

¹²² ARENDT. *Compreender*, 2008a, p. 330

indicando que a compreensão surge antes do conhecimento, dá lugar a ele e, por fim, o ultrapassa:

A compreensão precede e sucede o conhecimento. A compreensão preliminar, que está na base de todo conhecimento, e a verdadeira compreensão, que o transcende, têm algo em comum: conferem significado ao conhecimento. (...) A compreensão preliminar, em que as próprias ciências se baseiam, toma como dado essa natureza específica, e se infiltra como algo evidente, mas sem uma visão crítica, em toda a terminologia e o vocabulário das ciências. A verdadeira compreensão sempre retorna aos juízos e pressupostos que precederam e guiaram a investigação estritamente científica. As ciências podem apenas elucidar, mas não provam nem refutam, a compreensão preliminar acrítica de onde partem. (ARENDDT. *Compreender*, 2008a, p. 334)

O interessante nesta passagem é perceber que o conhecimento científico por si só é desprovido de significado. A compreensão lida com algo do qual a ciência irá se ocupar, mas que jamais pode dar conta inteiramente. Se a compreensão preliminar fornece as bases, então algum esforço deve surgir após o conhecimento para lhe conferir significado. Este esforço é a dita “verdadeira compreensão”, que transcende o mero dado científico. No ensaio *Sobre a Natureza do Totalitarismo*, também de 1953 e complementar ao *Compreensão e Política*, Arendt aponta o motivo pelo qual o processo não pode terminar com o conhecimento, mas deve ir além. A pensadora argumenta que o “rigor científico não admite nenhuma compreensão que ultrapasse os estreitos limites da pura factualidade”.¹²³ Em outras palavras, o cientificismo pode representar uma cilada, deixando o indivíduo preso em um emaranhado de dados científicos, incapaz de dar sentido aos acontecimentos a que os próprios dados se referem.

Estas considerações não estão distantes da questão dos contadores de verdades, que estudamos sobretudo no texto *Verdade e Política*. A compreensão está diretamente ligada à tarefa de relatar a verdade em uma narrativa que dê sentido aos fatos e que organize a informação fatural tendo em vista os seus impactos na política. É digno de nota que Arendt tenha escolhido como epígrafe a *Compreensão e Política* a seguinte frase de Franz Kafka: “É difícil dizer a verdade, pois, por mais que só haja uma, esta é viva e tem feições vividamente cambiantes”. Caberia aos

¹²³ ARENDT. *Compreender*, 2008a, p. 358

refúgios da verdade dar as feições adequadas aos fatos, sem que estes percam a sua força ou sejam manipulados.

Uma outra nuance dessa discussão é percebida na distinção entre a logicidade estrita, característica marcante das ideologias totalitárias e expressa na propaganda, e o senso comum, aquele senso que adequa nossos sentidos particulares a tudo aquilo que é compartilhado entre os humanos e reconhecido por eles no mundo. A lógica certamente se encontra próxima das verdades racionais, tal qual a matemática e a geometria, visto que sua coerência e suas evidências possuem uma confiabilidade que não depende da pluralidade de pessoas e do seu reconhecimento. O senso comum, por outro lado, só existe na pluralidade, pois é essencialmente o nosso senso político (Arendt, 2008a, p. 341). Assim é possível entender um dos problemas do totalitarismo: ao romper com o senso comum, o totalitarismo oferece uma lógica estrita capaz de explicar todos os acontecimentos pela ótica de sua ideologia. E a partir da substituição do senso comum pela logicidade desvinculada do mundo real, o historiador enfrenta um grande problema.

No contexto das ciências históricas, a estrita logicidade resulta na estrita causalidade. E para Arendt, descrever a história como um mero desenrolar de causas e tomar esta descrição como completa e suficiente é um grande erro. O significado dos eventos históricos transcende as causas que o antecedem, independentemente de quantas causas sejam. Neste sentido, não se trata de analisar os caminhos que levaram até um evento marcante, mas sim de, a partir deste evento, trazer à luz todo o passado por trás dele (Arendt, 2008a, p. 342). A este respeito, Arendt acrescenta que uma distinção entre “causa” e “origem” se faz necessária.¹²⁴

O que a autora quer mostrar com essas considerações é que todo evento marcante é um fim, na medida em que representa a culminação de uma narrativa contada pelo historiador, que após ter se enveredado a contar esta estória, descobriu uma série de “começos” no passado. Começos que só puderam ser entendidos como tal após o grande evento em questão o instigar a buscar suas origens. Mas todo evento é também um começo em potencial, pois pode ser ele mesmo a origem de um grande acontecimento no futuro. Em outras palavras, é a luz de um grande acontecimento que permite a compreensão de seu passado e dos fatores que o originaram, mas este acontecimento não poderia ser simplesmente deduzido a partir

¹²⁴ Ver: ARENDT. Compreender, 2008a, p. 471, nota 12

de causas anteriores. E da mesma forma que ele um dia se revelou como um evento marcante, representando o fim de uma narrativa, ele poderá um dia ser visto como um começo. Quando um grande evento se revelar no futuro, suas origens serão buscadas no passado. E lá estão outros grandes eventos marcando o fim de uma estória e o começo de outra.

A tarefa do historiador ganha uma enorme relevância com essas considerações, para além de sua função já discutida de buscar e narrar a verdade fatural. Ela se torna uma forma de conciliar a compreensão e o conhecimento, pois “o olhar do historiador é apenas a visão cientificamente treinada da compreensão humana”.¹²⁵ Com ainda mais especificidade, Arendt descreve o trabalho do historiador da seguinte forma:

A tarefa do historiador é detectar essa *novidade* inesperada, com todas as suas implicações, num determinado período e trazer luz à toda força de sua significação. Ele precisa saber que, embora tenha um começo e um fim, sua estória ocorre dentro de um quadro maior, a própria história. E a história é uma estória com muitos começos, mas nenhum fim. O fim, em qualquer sentido estrito e definitivo do termo, seria apenas o desaparecimento do homem da face da Terra. (ARENDR. Compreender, 2008a, p. 343)

Assim como o desaparecimento do homem representaria o fim da história, ele também representaria certamente o fim da compreensão. Não só isso, sem a pluralidade humana não há senso comum e não há nada a ser compreendido, uma vez que não haverá eventos ocorrendo em um mundo compartilhado. E por isso os esforços de compreensão não devem ter fim. Arendt até mesmo vincula tais esforços à natalidade, ao afirmar que a compreensão começa no nascimento e perdura durante toda a vida, terminando somente com a morte (Arendt, 2008a, p. 331). Tal como a morte de um indivíduo dá fim à sua possibilidade de compreender, o desaparecimento da humanidade termina de uma vez por todas com a compreensão.

Isso nos leva a um ponto importante: a tarefa de compreender não está limitada àqueles humanos que representam os refúgios da verdade, como no exemplo dos historiadores. Ela é relevante também dentro do espaço político, onde o discurso é trocado e onde cada indivíduo pode revelar sua identidade. Dito de

¹²⁵ ARENDR. Compreender, 2008a, p. 342

outro modo, *os esforços de compreensão não são simplesmente coletivos ou tarefa de um seletivo grupo de contadores da verdade, mas devem ser realizados por todos os humanos que compartilham o mundo*. Em grande parte, esta universalidade da compreensão é explicada pela sua conexão intrínseca ao discurso.

Vimos acima que a compreensão deixa seus vestígios no vocabulário da ciência. A compreensão e o discurso possuem uma forte interseção, na medida em que a primeira se expressa em palavras e nomes. Mais ainda, é a partir da linguagem que o processo de compreensão tem início. Segundo Arendt, “a linguagem popular, quando expressa a compreensão preliminar, dá início ao processo da verdadeira compreensão”.¹²⁶ Portanto, é a reflexão imediata e precipitada da compreensão preliminar que indica o surgimento de algo que precisa ser compreendido. A expressão dos esforços preliminares se dá através de palavras, que serão examinadas com maior cuidado pelas ciências e, enfim, atingirão um novo status uma vez que a verdadeira compreensão se apresenta.

Em uma breve passagem de *Sobre a Natureza do Totalitarismo*, Arendt explica este processo. Ela diz que a compreensão preliminar “se expressa apenas dando nomes: isso é uma república, isso é uma monarquia, isso é uma tirania”, e este processo de dar nomes abre o caminho para as indagações da verdadeira compreensão: “o que torna um Estado reconhecível como uma república, uma monarquia ou uma tirania?”.¹²⁷ Esta é uma nuance muito importante do compreender: ele se expressa na tentativa de nomear, na busca por designadores que façam sentido e que possam abrir portas para o diálogo da verdadeira compreensão, que tenta captar algo essencial nos fenômenos nomeados. Há, porém, uma ameaça sempre presente à compreensão. Uma ameaça que também se dá na forma de palavras, mas que faz um acréscimo determinante ao discurso, isto é, acrescentando-o a violência, como veremos a seguir.

¹²⁶ ARENDT. Compreender, 2008a, p. 335

¹²⁷ ARENDT. Compreender, 2008a, pp. 348-349

5.4

Doutrinação: violência discursiva e barreiras da compreensão

Slogans, clichês, chavões e rótulos mal definidos são apenas alguns elementos da linguagem comum que podem facilmente adentrar o espaço político, sejam levados pela propaganda ou não. Na investigação que traçamos até aqui sobre o conceito de compreensão, optei por seguir o caminho reverso ao de Arendt, tendo em vista chegar neste ponto final para tratar da violência discursiva. Trata-se de um caminho reverso, pois Arendt passa todo o ensaio *Compreensão e Política* discutindo o que é a atividade de compreender, passando por alguns aspectos que destacamos na última sessão. Contudo, logo no início do ensaio a autora dedica três parágrafos a uma espécie de digressão, onde entram em cena alguns temas que já discutimos até aqui e, acima de tudo, onde ela apresenta o conceito de *doutrinação*. Para nosso estudo, é este conceito que será discutido agora, por último, uma vez que o conceito de compreensão está bem estabelecido. Nosso objetivo a seguir é examinar com cuidado estes três parágrafos e as várias camadas que eles possuem, que passam pela semelhança com o falatório de Heidegger, as artimanhas da propaganda e, onde queremos chegar, a violência discursiva.

O primeiro dos parágrafos em questão, em que Arendt ainda está começando a tratar do processo de compreensão, é o seguinte:

Muitas pessoas de boas intenções querem abreviar esse processo, para educar os outros e edificar a opinião pública. Acham que os livros podem ser armas e que é possível lutar com as palavras. *Mas as armas e as lutas pertencem ao campo da violência, e a violência, à diferença do poder, é muda; a violência começa onde termina o discurso. As palavras usadas para lutar perdem seu caráter de discurso; tornam-se clichês.* O grau em que os clichês se introduziram em nossa linguagem e discussões cotidianas mostra até que ponto não só nos privamos da faculdade discursiva como estamos dispostos a usar meios de violência mais eficientes que maus livros (e só maus livros podem ser boas armas) que sustentem nossos argumentos. (ARENDR. Compreender, 2008a, p. 331, tradução modificada. *Grifo meu*)

As primeiras considerações que saltam aos olhos dizem respeito à violência. Assim como vimos em outros textos anteriormente, aqui Arendt indica que a violência não opera através de palavras, em contraponto ao poder que é gerado por meio do discurso. A conexão entre a mudez e a violência é apenas aparente, na

medida em que palavras podem muito facilmente ser utilizadas como implementos violentos. *A mudez precisa ser entendida, neste caso, não como a total ausência de palavras, mas sim como a ausência de discurso.* Isso significa que a instrumentalização das palavras, sua transformação em armas, deixa de lado o caráter revelador do discurso e dá lugar aos clichês. Nas palavras de Arendt, o problema é muito claro: os clichês não constituem um discurso, mas sim a privação da faculdade discursiva. O que está em jogo agora é entender o que exatamente Arendt quer dizer ao falar em clichês. E neste ponto chegamos ao importantíssimo conceito de doutrinação, ao qual a autora faz referência no parágrafo seguinte.

Antes de prosseguir para tal parágrafo, é importante lembrar algo que estudamos nos primeiros capítulos deste trabalho. Refiro-me à relação próxima e complementar entre a propaganda e a doutrinação. É muito oportuno lembrar que no contexto do totalitarismo estes dois elementos são muitas vezes idênticos, com a única diferença sendo o público ao qual são destinados. A propaganda é usada como implemento de conquista do mundo exterior, a doutrinação é aplicada ao público interno e, como vimos, um mesmo discurso do líder totalitário ou um mesmo material de comunicação pode servir simultaneamente como uma ou como outra. Dito isso, qual é a relação entre a propaganda e a doutrinação e a atividade de compreensão? Arendt se referiu no parágrafo citado acima às tentativas de abreviar o processo de compreender. Ela retoma este ponto no parágrafo seguinte:

O resultado dessas tentativas é a doutrinação. Como tentativa de compreender, a doutrinação transcende o campo relativamente sólido dos fatos e números, a cuja infinidade quer escapar; *como atalho no próprio processo de transcender, que ela interrompe arbitrariamente com afirmações apodíticas como se tivessem a confiabilidade dos fatos e dos números, a doutrinação destrói toda a atividade da compreensão.* É perigosa porque brota primariamente de uma distorção, não do conhecimento, mas da compreensão. O resultado da compreensão é o significado, a que damos origem no próprio processo de viver, na medida em que tentamos nos conciliar com o que fazemos e sofremos. (ARENDDT. Compreender, 2008a, p. 331. *Grifo meu*)

Se a compreensão e o conhecimento científico se complementam, juntando os dados e dando a eles um sentido, a doutrinação simplesmente dispensa todo este processo e tenta explicar tudo de forma rasa, simplória e distorcida. Arendt indica que a doutrinação deixa para trás os *fatos* e os números, o que é apenas uma outra forma de dizer que ela desrespeita completamente a *verdade fatual*. Buscar a

verdade de forma imparcial, dar sentido aos dados e lidar com todas as evidências e nuances da realidade tanto quanto for possível é um processo difícil e extenuante. Assim é a compreensão. Ao invés de realizar este processo, a doutrinação simplifica-o, substituindo toda a verdade fatural e suas camadas pela simploriedade dos clichês.

Aqui Arendt finalmente indica o que são os clichês, a saber, as ditas “afirmações apodíticas”. Eles são nada mais que essas afirmações que ultra-simplificam todos os problemas, fingem ter a resposta para tudo em apenas uma frase ou ideia básica, como no caso de um slogan, ignorando completamente a profundidade dos assuntos do mundo real. Ao apostar em clichês e deixar de lado o trabalho realizado pelos refúgios da verdade, a doutrinação destrói a capacidade humana de compreensão, apresentando apenas uma realidade rasa, superficial e, em casos como o totalitarismo, fictícia.

As ideias expressas neste parágrafo de Arendt novamente nos remetem ao falatório de Heidegger. Diz o filósofo alemão que “o falatório é a possibilidade de compreender tudo sem se ter apropriado previamente da coisa”,¹²⁸ tal como faz um clichê: independentemente da circunstância, seu conteúdo pode ser encaixado e dar conta de todo o problema sem maior análise e, assim, ser repetido incessantemente. O conceito de falatório de Heidegger também nos ajuda a entender a fácil parceria entre os clichês e as ideologias totalitárias. Como sabemos, a lógica de uma ideia é levada às últimas consequências nos regimes totalitários, de tal forma que todos os acontecimentos podem ser explicados por uma mesma ótica. Nesse sentido, nada fica de fora do olhar ideológico, assim como não há nada do qual o falatório não se aproprie. Segundo Heidegger, o falatório “não apenas dispensa a tarefa de uma compreensão autêntica como também elabora uma compreensibilidade indiferente, da qual nada é excluído”.¹²⁹ É natural que a propaganda se valha de tantos clichês, pois assim ela sempre terá uma resposta e explicação simplória para tudo. É importante lembrar que uma das funções da propaganda totalitária é fornecer um substituto ao senso comum, a saber, um sexto sentido alternativo, que fornece à população propagandeada uma forma de ver por trás das meras aparências do mundo real.

¹²⁸ HEIDEGGER, Ser e Tempo, 2005, p. 229

¹²⁹ HEIDEGGER, Ser e Tempo, 2005, p. 229

É desta forma que a propaganda e a doutrinação pervertem a compreensão. No totalitarismo, os implementos propagandísticos são usados para veicular a ideologia do regime e, com isso, desvincular completamente as pessoas do mundo real. Ora, se a compreensão é o esforço de atribuir sentido ao mundo e com isso sentir-se conciliado com ele, o problema da doutrinação ideológica fica evidente: não há mais mundo para ser compreendido. O mundo real é deixado de lado e, em seu lugar, surge uma realidade fictícia que também não requer nenhum esforço de compreensão. Afinal, a propaganda oferece abundantemente todos os clichês, slogans e teorias conspiratórias que dão um senso de coerência e sentido para essa ficção. Dito isso, resta-nos pensar em como a doutrinação e a propaganda podem ser entendidas em outros contextos que não o totalitário.

Para isso, acredito que a ideia de violência discursiva seja um bom caminho. No último dos três parágrafos selecionados sobre a doutrinação, Arendt escreve:

A doutrinação só pode fomentar a luta totalitária contra a compreensão, e, em todo caso, ela introduz o elemento de violência em todo o campo da política. Será pouquíssimo utilizada num país livre, em comparação à educação e à propaganda totalitária; ao empregar e treinar seus próprios “especialistas”, que fingem “compreender” a informação factual acrescentando uma “avaliação” não científica aos resultados da pesquisa, ela só pode incentivar aqueles elementos de pensamento totalitário que hoje existem em todas as sociedades livres. (ARENDR. Compreender, 2008a, pp. 331-332, tradução modificada. Grifo meu)

Se antes Arendt indicava que o começo da violência era o fim do discurso, neste parágrafo ela enfim admite explicitamente que a violência pode adentrar o campo da política, onde reina o discurso, sem destruí-lo imediatamente. A doutrinação é o elemento que permite a transformação do discurso em um meio violento, deturpando-o, retirando seu caráter revelador e corrompendo seu potencial de levar à compreensão. Ao corromper o discurso, a doutrinação perverte também a compreensão. As palavras viram clichês e as tentativas de dar significado ao mundo se tornam as mais superficiais. Os clichês passam a ser repetidos cada vez com menos reflexão, sendo apropriados pela propaganda.

No contexto do totalitarismo, o projeto doutrinator era muito amplo, como a passagem indica. Uma vasta gama de supostos especialistas manipulava as informações fatuais, isto é, a verdade fatural, dando a elas a forma que desejassem. A propaganda totalitária sempre encaixou a informação em uma forma ideológica

predeterminada, servindo-se de clichês e slogans em abundância para reforçar suas afirmações e impedir qualquer esforço de compreensão que não se adequasse à lógica do regime. Nesse sentido, até mesmo a ciência tornou-se uma serva da ideologia. A pseudociência da doutrina racial nazista não era o fator primeiro para o ódio aos judeus, antes, era apenas mais um elemento utilizado como propaganda. Em outras palavras, era mais um elemento que poderia ser utilizado nos discursos propagandísticos recheados de clichês e informações falsas, colaborando para a propagação da narrativa histórica da ideologia e da ficção que ela criava.¹³⁰

É notável, mas não surpreendente, que Arendt reconheça que a doutrinação *não está* confinada aos regimes totalitários. Pelo contrário, a pensadora fala explicitamente que até mesmo os países livres poderão fazer uso das técnicas propagandísticas e tentar doutrinar as pessoas em certa medida. Uma vez que o totalitarismo se apresentou ao mundo, novas possibilidades e implementos surgiram com ele e estão disponíveis para uso até mesmo em países livres. Não é coincidência que o aparato nazista seja ainda hoje uma referência no campo da propaganda e que tantos aspectos dele sejam replicados em maior ou menor grau.

Indiquei anteriormente que a propaganda poderia representar uma corrupção do discurso humano antecedente a qualquer tipo de organização ou aparato propagandístico, uma corrupção que é gerada pela introdução da violência no discurso. Trata-se de um fenômeno que é anterior à própria propaganda, ao qual chamamos de violência discursiva. Acredito que diversos fatores podem resultar nesta violência, dos quais a propaganda e a doutrinação são apenas dois. Se por um lado o discurso revelador pode gerar o poder, por outro lado o discurso corrompido pode destruí-lo aos poucos.

Ao estudarmos a atuação da propaganda, percebemos duas formas de agir que ela realiza e que, cada uma à sua maneira, impedem a ação política. No capítulo anterior, vimos como a mentira retira o solo em que a política se erige, isto é, como a mentira inviabiliza o debate na medida em que nega e/ou distorce a verdade fatural. O que analisamos no atual capítulo, que agora se encaminha para o fim, é a forma como a violência pode desvirtuar um elemento imprescindível para a deliberação

¹³⁰ Se retornarmos ao livro de Jeffrey Herf, vemos que o historiador endossa essa tese: “(...) a ideologia radical antissemítica que justificava e acompanhava o extermínio dos judeus da Europa era primariamente e acima de tudo *uma narrativa e uma convicção, ambas paranoicas políticas, antes que biológicas.*” (HERF. Inimigo Judeu, 2014, p. 200)

política: o discurso. Assim, não se trata mais de uma forma de retirar a base fatural das discussões, mas sim de impedir que essas discussões aconteçam na medida em que todo o discurso capaz de as mediar foi contaminado com violência. *A desvirtuação do discurso representa o fim do debate político, pois nossas palavras não dão mais forma às opiniões trocadas pelos indivíduos, mas se tornaram apenas um canal que introduz a violência em um espaço ao qual ela não deveria pertencer ou, ao menos, não deveria ser a protagonista.*

No caso da propaganda como o estudamos, essa violência se expressa na forma de clichês, ou seja, as afirmações que têm a pretensão de acabar imediatamente com qualquer debate, pois se apresentam como dotadas da mais pura verdade irrefutável. Em um ambiente onde imperam os clichês, não há como haver a ação política pelo discurso e nem os esforços de compreensão. Nesse ambiente teremos a mera conversa, ou falatório, ou simples palavrório, mas não o discurso, não a verdadeira compreensão e não a política.

É comum que discussões atuais, mesmo entre pessoas com várias concordâncias, tomem caminhos agressivos com extrema rapidez. Muitas vezes, basta um único clichê ser disparado, uma única provocação ser lançada ao ar e, em poucos segundos, todos os envolvidos parecem estar tomados por uma certa violência. Considerando a forma como Arendt utiliza diversas analogias e metáforas com imagens em sua obra, acredito que a construção de uma imagem própria possa ilustrar com alguma clareza o que acontece em situações de violência discursiva.

Imaginemos que um conjunto de pessoas seja representado como um balão com pequenos objetos em seu interior. Valendo-se de bases sólidas e comuns em seus esforços de pensamento, estas pessoas discursam livremente entre si, expondo suas identidades em meio à troca de opiniões. À medida que o discurso se prolonga, o balão se expande. O ar que preenche o balão é o próprio discurso, multiplicando-se proporcionalmente aos esforços coletivos de compreensão daqueles homens. Contudo, um novo indivíduo adentra o ambiente usando clichês, afirmando mentiras e proferindo palavras de agressão. Ele contamina aquele espaço semeando aos poucos o caos discursivo com sua violência. Este indivíduo é como um objeto afiado que se mantém no interior do balão, mas sem estourá-lo imediatamente. Imaginemos que este objeto perfurante, uma vez que interage com os outros no interior do balão, consegue transformá-los, em número cada vez maior, em objetos

igualmente pontiagudos. No final das contas, a chance de um desses objetos perfurar o balão se torna muito grande. Basta que um desses objetos toque nos limites do balão para que todo o ar daquele espaço se perca rapidamente. Da mesma forma, em uma conversa pautada na agressão, pode ser que não sobre um único indivíduo que não seja “perfurante”, que não esteja mais usando um palavrório violento. A fragilidade do balão, ou seja, daquele espaço comum em que todos se encontram para discursar, depende totalmente da capacidade dos indivíduos de lidar com a violência discursiva. Caberá a eles escolher se deixar levar, ou mostrar que a violência não pertence àquele espaço. Em outras palavras, a violência sempre será um recurso disponível que pode ser introduzido no campo da política, seja para impedir qualquer discurso ou para corrompê-lo. É necessário que todos aqueles que fazem parte desse ambiente comum sejam capazes de identificar os diversos recursos que podem extinguir o espaço compartilhado. Seja através da mentira, na forma de clichês ou por meio de palavras ofensivas e odiosas, o ambiente discursivo é ameaçado e com ele toda a possibilidade de compreender o mundo e deliberar sobre assuntos de interesse comum. Nesse contexto, o passado se torna vulnerável, graças às mentiras contadas, o presente se torna incompreensível, pois os clichês impedem qualquer reflexão mais profunda sobre a realidade, e o futuro não pode mais ser planejado, pois as pessoas já não são capazes de falar sem se atacar.

Que ambiente discursivo, portanto, poderia ser considerado o oposto deste caos que acabamos de descrever? Qual é o espaço comunicativo propício para boas deliberações que nos deem clareza sobre o passado, instiguem ações no presente e planos para o futuro? Infelizmente, Hannah Arendt não nos oferece muitas pistas para a descrição de um ambiente discursivo ideal, para além das apresentadas até aqui. Ainda que sua filosofia nos leve até estas perguntas, que certamente são dignas de serem feitas e discutidas, ela pouco sugere em termos de soluções ou caminhos a seguir. Cabe a nós identificar e refletir sobre como alcançar alguns pontos desejáveis na teoria da ação de Arendt.

Acredito ser um ponto de fácil concordância que nossas discussões não deveriam ser repletas de mentiras, desprezando fatos e o trabalho científico. É de fácil concordância, também, que nossos debates devem ser realizados com respeito à palavra alheia, sem que haja agressão e que, mesmo em discordância, possa haver uma troca de opiniões que não resulte em insultos. Contudo, delimitar os limites entre o respeitável e o grosseiro, o debate e a afronta, a indagação e o desafio, é uma

tarefa que jamais será fácil. É possível estabelecer uma fronteira entre um discurso firme e assertivo e um discurso violento e desrespeitoso?

Essa problematização torna-se ainda mais complexa quando a legislação entra em questão. Para alguns, a liberdade de expressão deve ser irrestrita, para outros ela precisa de limites ou irá se autodestruir. Além disso, impera no mundo atual um grande fluxo de informação, dados estatísticos e notícias dotado de uma rapidez enorme. É difícil pensar em maneiras de desacelerar o pensamento e propor formas confiáveis de lidar com a distorção de dados, teorias conspiratórias e, em última instância, clichês dos mais rasos possíveis. Em acontecimentos políticos recentes, as consequências de todos esses fatores já se mostraram bem problemáticas.

Como foi indicado no início deste trabalho, não enfrentamos hoje uma mera réplica do que foi a propaganda totalitária, não estamos diante dos mesmos problemas a que Arendt se referia. Contudo, na raiz de nossos problemas encontramos semelhanças com os acontecimentos do passado. Ainda que seja necessário pensar sem corrimão e compreender o que há de inédito em nossos tempos, as considerações de Arendt são ainda um grande amparo e podem nos oferecer uma visão diferenciada das crises atuais. Por este motivo, é preciso terminar este estudo apontando para os nossos próprios tempos sombrios e indicar como os conceitos de Arendt podem contribuir para conseguirmos, ao menos, alguma iluminação.

6. Mentira e violência discursiva em novos tempos sombrios

Uma das características do processo ordinário de compreensão é a tentativa de submeter aquilo que é novo e particular, o estado presente das coisas, às categorias já conhecidas e gerais do passado, aquilo que é documentado e registrado anteriormente. Assim, o fato de que tantas comparações sejam feitas entre os problemas políticos atuais e as marcas sombrias do passado totalitário é um grave sintoma das crises que enfrentamos hoje, como foi indicado ainda no capítulo 1. Existem elementos no mundo atual que parecem ressoar aspectos do totalitarismo, e isso certamente deve gerar uma preocupação. Primeiramente, tal ressonância indica que vivemos tempos difíceis, na medida em que nos comparamos a um período nefasto da história mundial. Por outro lado, isso denuncia uma certa dificuldade de transpor as comparações com o passado na tentativa de registrar o ineditismo do mundo atual. É assim justo terminar este estudo indicando quais são os aspectos da propaganda que estudamos a partir de Arendt que parecem ainda relevantes para o nosso mundo, indo além dos temas que já foram abordados até este momento.

Uma boa forma de começar é retomar o diagnóstico da atualidade oferecido por Byung-Chul Han. Diz o autor:

Não nos contentamos mais em consumir informações passivamente, mas sim queremos produzi-las e comunicá-las ativamente nós mesmos. Somos simultaneamente consumidores e produtores. Esse duplo papel aumenta enormemente a quantidade de informação. A mídia digital não oferece apenas uma janela para o assistir passivo, mas sim também portas através das quais passamos informações produzidas por nós mesmos. (HAN. No Enxame, 2018, p. 36)

Façamos uma primeira conjectura: no contexto em que todos podem se tornar produtores de informação, criar histórias e viralizar os maiores absurdos por meio da internet, o que acontece com aquelas instituições apontadas por Arendt como refúgios da verdade? Simultaneamente, em um espaço com tanta informação e com tantas vozes, como é possível controlar a violência que se instaura nos discursos diversos?

Não parece uma afirmação forçada dizer que os meios tecnológicos que disseminam informação se tornaram um convite à cacofonia. A luta diária em desmascarar *fake news* e em combater discursos de ódio são demonstrações claras da crise discursiva e de informação instaurada nas sociedades ditas democráticas. Nesse contexto, os três refúgios apontados por Arendt prosseguem de forma cambaleante em suas funções. Em relação ao poder judiciário, a crise atual tem oferecido dificuldades constantes no que se refere à legislação e sua aplicação. Os limites da liberdade de expressão parecem estar mais borrados que nunca e tentativas de mitigar a produção de desinformação continuam em passos curtos. Já é por isso comum ver uma defesa da tecnologia como autorreguladora, deixando o papel da legislação como algo secundário.¹³¹ Seguindo um caminho parecido, a academia também enfrenta sérios problemas. A desinformação parece ter gerado desconfiança até mesmo em relação às autoridades mais sólidas reconhecidas academicamente. É especialmente preocupante que as afrontas ao trabalho científico não se limitem ao ataque às verdades fatuais, como no revisionismo histórico - um descrédito ao trabalho do historiador -, mas se estendam também à desconfiança de verdades racionais e científicas.¹³² Por fim, a imprensa e a função do jornalista são possivelmente o refúgio mais afetado pelo fenômeno das *fake news*. Novamente, Byung-Chul Han nos ajuda a captar uma nuance do problema:

A sociedade de opinião e de informação de hoje se apoia nessa comunicação desmediatizada. Todos produzem e enviam informação. A desmediatização da comunicação faz com que jornalistas, esses antigos representantes elitistas, esses “fazedores de opinião” e mesmo *sacerdotes da opinião*, pareçam completamente superficiais e anacrônicos. A mídia digital dissolve toda classe sacerdotal. A desmediatização generalizada encerra a época da *representação*. Hoje, todos querem estar eles mesmos diretamente presentes e apresentar a sua opinião sem intermediários. (HAN. No Enxame, 2018, p. 37. *Grifo do autor*)

É um ponto fundamental para Arendt que o relator da verdade, seja ele um jornalista ou não, busque a imparcialidade e se comprometa com o desinteresse na

¹³¹ Ver, por exemplo, a defesa de Mark Zuckerberg do uso de Inteligência Artificial para a solução de diversos problemas relativos à desinformação, discurso de ódio e outros:

<https://www.washingtonpost.com/news/the-switch/wp/2018/04/11/ai-will-solve-facebooks-most-vexing-problems-mark-zuckerberg-says-just-dont-ask-when-or-how/>

¹³² Neste sentido, poderíamos mencionar a absurda teoria conspiratória do terraplanismo como exemplo hiperbólico, mas também os diversos discursos antivacina que ganharam força ainda maior nos anos de 2021 e 2022 em meio às campanhas globais de vacinação contra a Covid-19.

busca dos fatos. Quando Han aponta para uma “desmediatização”, ele aponta justamente para a confusão entre as duas esferas que Arendt fez questão de separar: a esfera política, em que os indivíduos deliberam a partir dos fatos, e a esfera exterior à política, que se preocupa em trazer a verdade fatural. No texto de Han, vemos que todos querem estar presentes e trazer um testemunho próprio, um relato próprio dos fatos, e, simultaneamente, inserir suas opiniões no debate de forma livre e no mais das vezes descontrolada. Todas as distinções que Arendt traçou entre opinião, fato, interpretação e mentira se tornam, nesse contexto, completamente obscurecidas.

Os problemas em relação ao “quarto poder”, a forma como Arendt sugere que a imprensa seja entendida,¹³³ vão além. Se por um lado os jornalistas perdem o seu protagonismo de épocas anteriores, como aponta Han, por outro temos diversos exemplos de jornalistas e veículos jornalísticos que chegam ao público completamente *interessados* ao dar suas notícias, deixando para trás a busca da imparcialidade e o compromisso com a verdade. O termo *radicalization*, no subtítulo do livro *Network Propaganda*, indica exatamente este problema. Os autores mostram como a extrema direita nos Estados Unidos não criou apenas um polo oposto à esquerda, mas radicalizou-se. Ou seja, ela criou um ponto tão extremo no ecossistema de mídias ao ponto de confrontar todas as outras vertentes políticas - incluindo representantes da direita tradicional -, criar suas próprias bolhas de desinformação e bombardear notícias falsas para todo o resto. E no ecossistema de mídias norte-americano, a extrema direita é representada não apenas por agentes individuais que ganharam voz na internet, mas por veículos de notícias que deveriam representar o refúgio da verdade que é a imprensa:

Esta radicalização [*radicalization*] foi guiada por um grupo de sites extremos, incluindo *Breitbart*, *Infowars*, *Truthfeed*, *Zero Hedge* e o *Gateway Pundit*, nenhum deles afirma seguir as normas ou processos da objetividade do jornalismo profissional. Como veremos mais de uma vez, (...) até mesmo sites do núcleo da direita que de fato afirmam seguir as normas jornalísticas, *Fox News* e o *Daily Caller*, não o fazem realmente, e, portanto, falham em agir como uma barreira contadora de verdades [*truth-telling brake*] para esses sites radicais. Na verdade, vemos repetidamente a *Fox News* dando crédito e amplificando os excessos de sites radicais. (...) ao longo de 2017, a *Fox News* se tornou o braço de propaganda da Casa Branca

¹³³ Ver: ARENDT. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 322

mesmo sem ser anunciada desta forma. (BENKLER; FARIS; ROBERTS. *Network Propaganda*, 2018, p. 14, tradução minha.)¹³⁴

O diagnóstico dos autores aponta para um grave problema, na medida em que o comportamento de certos veículos de jornalismo nos Estados Unidos segue o caminho exatamente contrário ao defendido por Arendt. A autora reitera com veemência que o trabalho do jornalista, ainda que esteja conectado com o domínio político, não pode se dar dentro dele. Em outras palavras, aquele que realiza o trabalho de contar a verdade deve buscar uma posição desvinculada de interesses de ordem política, por mais difícil que seja. Ou ainda, como explica Eugênio Bucci, trata-se de uma função que “requer a independência radical”, pois aqueles que trabalham com a busca da verdade fatural “devem situar-se fora do domínio político”.¹³⁵ Poucas coisas poderiam ser tão contrárias à proposta de Arendt quanto um veículo pretensiosamente comprometido com as normas jornalísticas se tornar uma das principais fontes de propaganda de um governo.

Mas os problemas referentes à imprensa não se limitam aos veículos parciais e disseminadores de mentiras. O problema se estende, curiosamente, à busca pela imparcialidade. A partir do livro *Network Propaganda* poderíamos traçar uma distinção adicional em relação ao texto de Arendt: imparcialidade e neutralidade não são o mesmo. O comprometimento jornalístico é com a verdade fatural, acima de qualquer coisa. Ainda que a imprensa se coloque em posição exterior ao domínio político-partidário, ela não deve abrir mão de seu poder de desmascarar mentirosos, de apontar problemas e de criticar agentes políticos. No entanto, muitos parecem confundir esse compromisso com uma neutralidade que passe a imagem de um canal livre de vieses ideológicos. A pesquisa presente em *Network Propaganda* aponta como os discursos mentirosos conseguiram uma forma de se introduzirem até mesmo nos veículos de notícias que seguem o profissionalismo jornalístico,

¹³⁴ Versão original: *This radicalization was driven by a group of extreme sites including Breitbart, Infowars, Truthfeed, Zero Hedge, and the Gateway Pundit, none of which claim to follow the norms or processes of professional journalistic objectivity. As we will see time and again, (...) even core right-wing sites that do claim to follow journalistic norms, Fox News and the Daily Caller, do not in fact do so, and therefore fail to act as a truth-telling brake on these radical sites. Indeed, repeatedly we found Fox News accrediting and amplifying the excesses of the radical sites. (...) over the course of 2017 Fox News had become the propaganda arm of the White House in all but name.*

¹³⁵ BUCCI. Existe Democracia sem Verdade Factual?, 2019, p. 24

utilizando como ponto de perfuração a problemática ideia de que a mídia deve ser neutra e descritiva¹³⁶:

(...) veículos de direita reclamam que a mídia é enviesada e liberal. Além de desorientar seus próprios espectadores e negar-lhes caminhos alternativos para checar afirmações propagandistas às quais eles estão expostos, esses ataques tendem a forçar repórteres e editores do mainstream a buscar estórias que irão eximi-los da acusação. Como resultado, a busca por demonstrar neutralidade publicamente se torna uma vulnerabilidade que os propagandistas de direita podem e de fato exploram. (BENKLER; FARIS; ROBERTS. *Network Propaganda*, 2018, p. 196, tradução minha)¹³⁷

Quando o contador de verdades adota a neutralidade em seu discurso, ele está abrindo mão de uma das características mais marcantes e dolorosas da verdade. Como Arendt disse, a verdade é despótica, não está aberta para disputa e por isso é muitas vezes recebida com hostilidade no âmbito político. Mas isso não é um defeito. É, antes, uma característica da verdade. A neutralidade é uma forma de apresentar lados opostos sem parecer indicar uma preferência, mas, por este suposto “desinteresse”, aquele que busca ser neutro se isenta do trabalho árduo de apontar o mentiroso. Afinal, se o contador de verdades aponta seu dedo para um dos lados e o chama de mentiroso, ele provavelmente será taxado de enviesado, partidário ou interessado. A neutralidade, portanto, é um descompromisso com a verdade fatural. Contar a verdade torna-se secundário em relação à descrição equilibrada de lados opostos, ainda que estes lados sejam muito desequilibrados em relação às mentiras e à violência em seus discursos.¹³⁸

¹³⁶ Uma outra forma de tratar dessa questão é questionar não a ideia de neutralidade, mas sim o mito da “objetividade jornalística”, que também perpassa a pretensão de um jornalismo livre de vieses e 100% correspondente aos fatos. Trata-se da ideia de que é possível realizar o trabalho jornalístico de forma inteiramente objetiva, sem nenhum tipo de viés e dotada de total exatidão no que concerne aos fatos. Ver: LYRA, Edgar. *Jornalismo e Retórica na Era das Subjetividades*. Alceu (PUC-RJ), v. 14, 2013, p. 149-161

¹³⁷ Versão original: (...) *right-wing outlets complain that the media is biased and liberal. In addition to disorienting their own viewers and denying them alternative pathways to check propagandist claims to which they are exposed, these attacks tend to push mainstream reporters and editors to seek out stories that will exculpate them from the accusation. As a result, the search for publicly performing neutrality becomes a vulnerability that right-wing propagandists can and do exploit.*

¹³⁸ Seria um trabalho muito extenso e digressivo, para este capítulo final, descrever com detalhes os vários aspectos que apontam para a radicalização da extrema direita estadunidense liderada por Donald Trump e seu desequilíbrio em relação ao partido democrata, representado, à época, por Hillary Clinton. De qualquer forma, a pesquisa presente em *Network Propaganda* é sem dúvidas uma referência, graças à abundância de dados analisados e às precisas descrições do ecossistema de

Ao adotar o princípio da neutralidade descritiva, a imprensa torna-se vulnerável à propaganda. Ainda que não tenha a intenção de defender uma posição, ainda que não acredite nas mentiras de um dos lados partidários ou ideológicos, a mera veiculação de certos discursos sem crítica, sem análise de credibilidade e sem questionamentos sobre a validade das opiniões neles emitidas permitem que qualquer afirmação, por mais absurda que seja, adentre o campo da política. Nesse contexto, as portas estão abertas para a desinformação e para a violência, na medida em que qualquer discurso será retratado de forma meramente descritiva, como se sua aceitação no campo das opiniões não fosse um problema para a própria existência dos debates que lá acontecem. Em suma, o “equilíbrio e a neutralidade amplificam a desinformação ao invés de combatê-la”.¹³⁹

É também relevante destacar a ênfase que Hannah Arendt dá à tarefa de contar histórias, algo que têm sido um desafio em nossa época com o predomínio de tantos dados e fontes de informação. Este ponto nos leva a uma outra distinção não tão explícita nos textos da filósofa, mas tão relevante quanto todas as outras que ela faz. Refiro-me à diferença entre informação e verdade. Como vimos, há uma certa dificuldade em delimitar as fronteiras entre a matéria fatural pura e a sua interpretação narrada. Arendt não nega a existência da primeira, mas tampouco se alonga em tentar descrevê-la. Em nossos tempos, em que tudo é metrificado e colocado em estatísticas, em que a informação é disseminada com muita velocidade e em que temos a capacidade de analisar dados por meios tecnológicos mais rápido que nunca, seria a noção de *informação* uma substituta para a verdade? O que difere a verdade da informação?

Eugênio Bucci está ciente dessa distinção e aborda o problema com uma reconstituição histórica interessante sobre o conceito de informação. O autor segue uma linha de pensamento explicitamente iluminista, associando a imprensa a esta marcante corrente filosófica e defendendo-a durante todo o livro. Por este caminho, Bucci faz uma breve análise histórica do iluminismo desde o século XVII, culminando no século passado com o declínio da ciência e da razão. A primeira

mídias no país. No que diz respeito à neutralidade, um bom exemplo mencionado no livro é o negacionismo climático. Como apontam os autores, durante muito tempo veículos prestigiados da grande mídia trataram a questão do aquecimento global e suas origens antropogênicas como não sendo um consenso entre os cientistas, ainda que a esmagadora maioria deles esteja, sim, em consenso. Ver: BENKLER; FARIS; ROBERTS. *Network Propaganda*, 2018, p. 356

¹³⁹ BENKLER; FARIS; ROBERTS. *Network Propaganda*, 2018, p. 359, tradução minha

parecia cada vez mais distante de preocupações humanas e deu ao mundo invenções destrutivas como a bomba atômica; a segunda, por sua vez, falhou em seu papel de agente civilizatório determinante (Bucci, 2019, p. 33). Após as grandes guerras do século XX, os ideais humanos que se seguem do iluminismo atingiram um alto grau de desprestígio. O resultado foi que:

(...) a verdade deixou de ser invocada com tanta insistência - ou com tanta vibração. Foi aí que a mesma sociedade que desistia de pronunciar essa palavra começou a se afeiçoar a outra: “informação”. Enquanto a curva da verdade escorria para baixo, a linha da informação rumou para o alto. (BUCCI. Existe Democracia sem Verdade Factual?, 2019, p. 34)

É justamente nesse contexto que a ideia de “informação” adquire novos contornos. Na tentativa de livrar-se de ambiguidades e imprecisões, a teoria matemática da comunicação ganha muita força, sobretudo com Claude Shannon e Warren Weaver. Como Bucci explica, a noção de “informação” sofre uma mudança muito significativa a partir do momento em que esta teoria rompe relações com o conteúdo semântico de uma comunicação, isto é, quando o sentido e o significado não são mais relevantes, apenas o símbolo e sua rigidez. Esclarece o autor: “Se um *bit* (o dígito binário, que só pode ser 0 ou 1, a menor unidade possível de informação), diz a verdade ou não diz, pouco importa: continuará sendo um *bit* de um jeito ou de outro”.¹⁴⁰ A preocupação de comunicar a verdade torna-se obsoleta perto da pretensão de comunicar-se eficazmente e sem incertezas. Foi esta nova concepção da comunicação que possibilitou o crescimento dos computadores e dos diversos elementos que hoje permeiam a sociedade da informação, desde objetos manuseáveis como smartphones, até os algoritmos aparentemente onipresentes na internet. O ponto relevante é que foi gerado “um conceito de informação que, rigorosamente independe da questão da verdade”.¹⁴¹

Por mais funcionais que sejam os conceitos matemáticos de comunicação e informação para o âmbito científico e técnico, quando replicados para o âmbito político tornam-se um grave problema, sobretudo se oferecidos como substitutos à verdade fatural. É característica de suma importância do discurso a atribuição de sentido ao mundo. Característica essa que é fundamental para a compreensão e para

¹⁴⁰ BUCCI. Existe Democracia sem Verdade Factual?, 2019, p. 45

¹⁴¹ BUCCI. Existe Democracia sem Verdade Factual?, 2019, p. 49

a política. Adotar um conceito de informação restrito e sem preocupação com a significação em detrimento de um discurso que apresente os fatos na forma de uma estória, conferindo sentido a eles e a todo o mundo, é uma troca perigosa. O âmbito político é diferente do campo científico e técnico. É significativo que Arendt tenha apontado essa distinção no prólogo de *A Condição Humana*, texto em que ela se mostra muito preocupada com a sobreposição da linguagem científica e matemática ao discurso humano:

Se seguíssemos o conselho, que ouvimos com tanta frequência, de ajustar nossas atitudes culturais ao estado atual de realização científica, adotaríamos deveras um modo de vida no qual o discurso não teria mais sentido. Pois atualmente as ciências são forçadas a adotar uma “linguagem” de símbolos matemáticos que, embora originariamente concebida apenas como uma abreviação de afirmações enunciadas, contém agora afirmações que de modo algum podem ser retraduzidas em discurso. (ARENDR. *A Condição Humana*, 2019, p. 4)

Na medida em que o discurso permeia o espaço de aparências, sua substituição por uma linguagem que não pode ser expressa da mesma maneira implica, ao fim e ao cabo, uma eliminação da política. É importante notar que a preocupação de Arendt aqui não se limita à perda do discurso, mas também engloba a perda da verdade fatural, na medida em que esta também depende da faculdade discursiva para ser trazida à luz. A filósofa mostra essa preocupação de forma sutil:

E tudo o que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que se possa falar sobre. Pode haver verdades para além do discurso e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, isto é, para o homem na medida em que, seja o que for, não é um ser político. (ARENDR. *A Condição Humana*, 2019, pp. 4-5)

Ainda que ela não mencione, é de fácil compreensão que neste trecho está em jogo a distinção entre as verdades racionais científicas e a verdade fatural.¹⁴² Afinal, as primeiras são dotadas de uma relevância que, a princípio, não tem conexão com a pluralidade do campo político. O mesmo não pode ser dito da verdade fatural, que é política por natureza, como afirma Arendt em *Verdade e Política*. Quando se trata de verdades que possuem relevância não para um indivíduo isolado, mas sim para

¹⁴² Importante lembrar que o texto *Verdade e Política*, em que Arendt esclarece essas distinções, foi lançado anos depois de *A Condição Humana*.

os humanos no plural, a presença do discurso se fará necessária. Um fato não pode ser relatado da mesma forma que um experimento científico. Não é um conjunto de números ou símbolos que dará conta da tarefa de promover a aceitação dos fatos. A compreensão, como vimos, possui interlocução com o conhecimento científico, mas não termina com ele. Ela o transcende. A tarefa do jornalista, do historiador e de outros cientistas ligados às humanidades é realizada de forma diferente do matemático, do engenheiro de dados e da vasta gama de cientistas ligados às verdades racionais. Em suma, as peculiaridades de cada espécie de verdade passam também pela sua comunicabilidade. E talvez a verdade fatural seja a única espécie de verdade que depende inteiramente da comunicação para existir. Afinal, se não houver testemunho, registro ou comprovação, se não houver mais ninguém para contar a história, os fatos estarão perdidos para sempre.

Eugênio Bucci oferece mais um diagnóstico da atualidade que é muito consoante às reflexões que desenvolvemos nos capítulos anteriores a respeito da propaganda e suas consequências discursivas. O autor apresenta duas estratégias pelas quais se interdita os fatos. A primeira delas é derivada da supervalorização da noção matemática de informação. Bucci refere-se a esta estratégia como “apagões do real”, que funcionam a partir da “substituição dos acontecimentos reais por dados virtuais”, de tal forma que perdemos contato direto com os eventos que nos circundam e passamos a consumir dados, métricas e fórmulas que “traduziriam em dígitos frios a realidade quente”.¹⁴³ Os dados com os quais as tecnologias operam são de fato relevantes, mas não possuem uma relação direta com a realidade. Os dados são uma representação dos fatos de forma matematizada, metrificada, mas não são os fatos mesmos (Bucci, 2019, p. 78). E como Arendt bem apontou, não é a linguagem estritamente matemática e técnica que faz parte do âmbito político, o âmbito no qual nos apropriamos dos fatos para discutir e agir. Como problematizamos no capítulo 4, talvez nem mesmo as histórias transmitidas pelo discurso sejam capazes de capturar “os fatos mesmos”, “a matéria pura dos fatos”, “o fato em si” ou qualquer outra denominação que se queira dar. No entanto, são elas que permitem a compreensão dos eventos que constituem os fatos. A estratégia dos apagões do real substitui a verdade fatural, aquela que é narrada na forma de uma história com significado, pela frieza eficaz e precisa da tecnologia. A

¹⁴³ BUCCI. Existe Democracia sem Verdade Factual?, 2019, p. 75

tecnologia é beatificada e apresentada como o critério último da verdade (Bucci, 2019, p. 79). No entanto, esse critério não é de posse de todos os indivíduos, na medida em que poucos têm acesso aos dados, e sua compreensibilidade é muito dificultada, uma vez que não se expressa pelo discurso. A aposta na tecnologia passa a “bloquear o acesso do debate público aos fatos propriamente ditos que estariam representados nos dados”.¹⁴⁴ E, por fim, visto que os dados são apenas uma representação da fatorialidade, eles podem ser muito úteis para a manipulação de informações. É possível contar mentiras das mais variadas e plantar a dúvida em meio a vários consensos utilizando apenas os dados e estatísticas que interessam a uma narrativa ideológica específica.

Isso nos leva à segunda estratégia de interdição do real, à qual Bucci dá o nome de “suicídio da consciência”. Assim como a primeira estratégia, o suicídio da consciência também despreza os fatos e possui um caráter de religiosidade. Se na primeira a tecnologia é endeusada, na segunda estratégia o que se tem é o messianismo de líderes que se apresentam como anti-establishment (Bucci, 2019, p. 80). Aqui temos um dos fatores do totalitarismo descrito por Arendt que mais parecem ressoar em nossos tempos. Tal como fazia a propaganda totalitária, esta estratégia visa o rompimento dos adeptos de um partido ou corrente com a realidade. Isso se dá na medida em que os seguidores de uma dada corrente precisam adequar sua visão da realidade estritamente a ela. Assim, se há algum fato que vai contra as ideias ou planos da corrente, ele deverá ser revogado (Bucci, 2019, pp. 80-81). É por isso que Bucci denomina esta estratégia de “suicídio da consciência”, pois seus seguidores “renunciam à liberdade individual de conhecer autonomamente a realidade”.¹⁴⁵ Essa estratégia, ele aponta, bebe da fonte totalitária do stalinismo, na medida em que preconiza uma total adaptação do pensamento às doutrinas ideológicas.¹⁴⁶ O real fica condicionado àquilo que é vantajoso ou adequado a uma doutrina. Sendo assim, não há mundo comum para os seguidores que abrem mão de sua autonomia, há apenas a ficção ideológica.

¹⁴⁴ BUCCI. Existe Democracia sem Verdade Factual?, 2019, p. 77

¹⁴⁵ BUCCI. Existe Democracia sem Verdade Factual?, 2019, p. 81

¹⁴⁶ “O *suicídio de consciência* lembra métodos que foram empregados na Igreja Católica medieval, no macarthismo nos Estados Unidos e no stalinismo na União Soviética: a ferramenta é o *veto moral*, a vigilância do pensamento.” (BUCCI. Existe Democracia sem Verdade Factual?, 2019, p. 81)

Diante das reflexões expostas, é de fácil constatação que a verdade fatural enfrenta diversos desafios em uma época na qual a política parece ter aversão aos fatos. Por isso se faz relevante concluir dizendo que a verdade e a política, tal como Arendt as concebe, não são antagonistas, muito embora essa configuração tenha se repetido muitas vezes ao longo da história. Enfim, na medida em que ela se encontra tão tumultuada e cacofônica, muitas pessoas poderiam criar uma certa aversão à política. Mas, se há algo que Arendt pode nos fazer enxergar é justamente que a política possui a sua grandeza e dignidade. No interior de seus domínios, as pessoas aparecem umas para as outras e agem em conjunto para dar início a novos processos. É significativo que Arendt termine o *Verdade e Política* apontando para a dignidade e também para os limites da esfera política. Quais seriam esses limites? Todas as coisas que o homem não é capaz de modificar a seu bel-prazer. E é este o caso dos fatos. Sendo assim, o verdadeiro conteúdo da política, diz a autora, é a

recompensadora alegria que surge de estar na companhia de nossos semelhantes, de agir conjuntamente e aparecer em público; de nos inserirmos no mundo pela palavra e pelas ações, adquirindo e sustentando assim nossa identidade pessoal e iniciando algo inteiramente novo. Todavia, o que eu queria mostrar aqui é que toda essa esfera, não obstante sua grandeza, é limitada - ela não abarca a totalidade da existência do homem e do mundo. Ela é limitada por aquelas coisas que os homens não podem modificar à sua vontade. E é somente respeitando seus próprios limites que esse âmbito, onde temos a liberdade de agir e de modificar, pode permanecer intacto, preservando sua integridade e mantendo suas promessas. (ARENDR. Entre o Passado e o Futuro, 2016b, p. 325)

Tudo somado, na medida em que os fatos representam também um limite para a política, sua aceitação é um elemento necessário para os desdobramentos que possam surgir da ação humana. A liberdade no campo político, como a passagem aponta, anda de mãos dadas com o respeito aos limites deste campo. É por este motivo que a liberdade de expressão não deve se tornar uma carta branca para qualquer absurdo que se queira dizer. Um discurso que não respeita os limites da política é afinal uma afronta à existência desta. Devemos reforçar que o estabelecimento da verdade fatural se dá com a manutenção, e não a modificação, da matéria pura dos fatos, cuja existência precisa ser pressuposta. Esse estabelecimento deve estar de acordo com dois fatores essenciais: o comprometimento com a imparcialidade e o relato na forma de uma estória que dê

sentido aos eventos. O desrespeito a cada um deles resultará nos problemas e diagnósticos que analisamos.

Dada a nossa equação: “fatos + imparcialidade + estória = verdade fatural”, se a imparcialidade é desrespeitada o que temos é ou o já mencionado problema da neutralidade, ou então uma estória partidária, ideológica. Em um caso hiperbólico, a retirada da imparcialidade pode resultar justamente nas maiores teorias conspiratórias que se pode imaginar, tal como o princípio da propaganda totalitária de injetar em todos os eventos históricos uma suspeita de conspiração e ignorar toda a contingência dos assuntos humanos. Por outro lado, vimos também o resultado da equação quando, na busca pela imparcialidade máxima, abre-se mão de contar uma estória. É o caso da troca dos fatos pelos dados. Neste caso podemos ter o maior número de informação possível sendo divulgado de forma fria, em dígitos e estatísticas, mas sem nenhuma estória que lhes dê sentido. Aqui, também, não há mais discurso. Preservar a verdade fatural é preservar o discurso e, com ele, toda a política.

Em grande parte, a violência discursiva tende a ser complementar à mentira neste caminho rumo à degeneração do domínio político. Poderíamos pensar que um dos grandes males do mentiroso é justamente corromper os fatos não apenas no que diz respeito à alteração deles, mas também no que respeita à união que eles proporcionam. A verdade fatural é constituinte do senso comum. Se o mentiroso causa um grande distúrbio ao nos impedir de aceitar os fatos e de compartilhar um mundo comum, então ele estará retirando da política a sua textura. Sem mundo comum, sem fatos reconhecidos, não há como agir em concerto. E na disputa pelos fatos, a violência tende a se infiltrar de uma forma muito problemática. Em um contexto em que nada parece confiável, em que diversas vozes repetem uma multiplicidade de mentiras, meias verdades e outros males, é perceptível que o discurso seja infestado por clichês. É perceptível que cada palavra seja então proferida de forma instrumental, como uma arma para persuadir ou render o outro. Não há discurso que se constitua em diálogo nesse caso, há apenas uma guerra. Bucci, também neste caso, reforça nosso ponto:

Os fatos são da ordem do que difere, do que dissente e, por isso mesmo, cumprem o papel de servir como contrapeso da intolerância. Os fatos demandam o diálogo entre subjetividades que se hostilizam. Tecem a dimensão vital da política: a dimensão do diálogo. São a textura do domínio político porque, dentro desse domínio, divisam o

horizonte de onde surge o outro: o outro que é a razão de ser da política, o outro que é o primeiro anúncio de que pode haver humanidade. (BUCCI. Existe Democracia sem Verdade Factual?, 2019, p. 34)

É a humanidade que está em jogo. Dizer isso pode parecer um exagero, mas, seguindo a linha de pensamento arendtiana, a política é uma atividade que condiciona a nossa existência enquanto humanos. Se retirarmos a verdade fatural, toda a sua estrutura se desequilibra e, assim, o domínio político fica vulnerável a diversos ataques. É este o contexto em que as pessoas não trocam discursos umas com as outras, mas umas contra as outras, como Arendt apontou no decisivo parágrafo de *A Condição Humana* citado no capítulo anterior. O mesmo parágrafo em que ação, violência, falatório e desvelamento são mencionados junto ao tema que guiou nossas reflexões até aqui: a propaganda, uma das principais formas de corrupção da tão relevante faculdade discursiva.

Conclusão

A filosofia política de Hannah Arendt é sempre instigante e permite diversas abordagens e leituras. Mesmo tendo escrito em um contexto tão diferente daquele em que hoje nos encontramos, em muitos momentos Arendt parece se dirigir a nós diretamente. Isso indica não só o quanto alguns aspectos do mundo totalitário ressoam ainda hoje, mas, também, o quanto a filósofa tem a contribuir, num plano mais geral, para reflexões sobre a política.

Entre os muitos conceitos de Arendt dignos de atenção e amplamente discutidos, como a ação, a violência, a alienação e outros, essa dissertação tomou como guia a ideia pouco explorada de *propaganda*. Não se trata de um conceito bem definido ou da qual Arendt tenha se apropriado tão fortemente. Se usarmos o conceito de “poder” como exemplo, veremos que Arendt tem uma noção muito própria sobre este termo, que é também reformulado por diversos outros filósofos. A propaganda, por outro lado, nunca recebeu um tratamento tão filosófico na obra de Arendt. Todavia, como estudamos, as diversas menções da autora ao termo, os parágrafos em que ele está inserido e a amplitude dos conceitos com os quais se relaciona, lhe conferem uma dimensão importante e explorável.

Arendt trata da propaganda especificamente totalitária na maioria dos casos. Estudamos as principais passagens sobre o tema nos primeiros escritos da autora, em que a propaganda se apresentava como um instrumento relevante dentro da estrutura totalitária. Mais do que isso, se relacionava diretamente com aspectos que tocam a condição humana, como a pluralidade, condição para a política, e a ideia de raças, que é para Arendt a negação da humanidade. Ainda no escopo do totalitarismo, a propaganda era responsável pela importantíssima função de substituir o senso comum pelo “sexto sentido”, isto é, por trazer todos aqueles sob o domínio do regime para uma realidade ficcional, ideológica e distante do mundo real.

Essas reflexões sobre a propaganda, por seu turno, nos levaram a um tema de maior importância política, que vai muito além dos limites do totalitarismo: o conflito entre a verdade fatural e a mentira. Através dos estudos do artigo *Verdade e Política*, dentre outros textos, vimos como Arendt reforça um ponto de muita

relevância, na contramão da atuação da propaganda. A filósofa indica que a troca de opiniões no âmbito político é condicionada pelo acesso à verdade fatural, que deve ser relatada por indivíduos desinteressados e imparciais, seja na forma do jornalista, do historiador ou alguma outra figura que represente refúgio da verdade. Arendt repudia veementemente a tentativa de negar os fatos, pois isso representaria a retirada das bases da política. Neste sentido, a propaganda faz justamente o contrário: dissemina narrativas ideológicas distantes da imparcialidade e, em muitos casos, ataca a faturalidade e o senso comum.

Ao retirar as bases do âmbito político, a propaganda pode também conturbá-lo por dentro, corrompendo o discurso que dá sentido à pluralidade humana. A este fenômeno demos o nome de “violência discursiva”, pois trata-se de uma transformação do discurso, que é capaz de mediar o intercurso político, em um mero meio de atacar, persuadir, confundir ou derrotar o outro. Vimos como a doutrinação, cuja diferença para a propaganda é muito sutil, introduz a violência no discurso ao transformá-lo em uma mera repetição de clichês. Entre os efeitos dessa corrupção do discurso, evidenciamos a perversão do processo de compreensão. Afinal, a tentativa de conferir sentido ao mundo e de captar aquilo que é peculiar e inédito em cada evento é uma tarefa necessariamente ligada à faculdade discursiva. E é através da violência discursiva que estas tentativas são reduzidas aos clichês.

Por fim, dedicamos o último capítulo a uma reflexão sobre os novos desafios comunicativos de nossos tempos a partir das lentes arendtianas construídas pela pesquisa. É importante ressaltar que vivemos uma crise discursiva séria em nosso século, que perpassa desde a dificuldade de conseguir informações confiáveis até a interdição do diálogo pela violência. Nesse contexto, as reflexões de Arendt ainda podem contribuir muito para, quem sabe, nos dar algum caminho para recuperar a dignidade da política, medicar o nosso discurso e contribuir para nossas tentativas de compreensão.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Odílio. *Veracidade e Propaganda*. Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP), v. 10, p. 7-17, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/issue/view/11307>

_____. *A Tipificação do Totalitarismo segundo Hannah Arendt*. dois pontos, Curitiba, São Carlos, vol. 5, n. 2, 2008. (pp.73-88).

ARENDDT, Hannah. *Essays in Understanding: 1930-1954: Formation, Exile, and Totalitarianism*. New York: Schocken Books, 1994.

_____. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *The Human Condition*. 2nd edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

_____. *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. 14^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Compreender, formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2008a.

_____. *A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008c.

_____. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Escritos Judaicos*. São Paulo: Amarilys, 2016a.

_____. *Entre o Passado e o Futuro*. 8a edição. São Paulo: Perspectiva, 2016b.

_____. *Crises da República*. 3a edição. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. *Thinking Without a Banister: essays in understanding, 1953-1975*. New York: Schocken Books, 2018.

_____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

_____. *Pensar sem Corrimão: compreender 1953-1975*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. *Network Propaganda: manipulation, disinformation and radicalization in American Politics*. New York, NY: Oxford University Press, 2018.

BUCCI, Eugênio. *Existe Democracia sem Verdade Factual?*. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

D'ENTRÈVES, Maurizio Passerin. *The Political Philosophy of Hannah Arendt*. First publication, London: Routledge. Taylor & Francis e-Library, 2001.

DUARTE, André. *O Pensamento à Sombra da Ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ELLUL, Jacques. *Propaganda: the formation of men's attitudes*. New York: Vintage, 1973.

FERNANDES, Christiane. *A estrutura ontológica da linguagem e a queda no falatório em Ser e tempo*. Dissertação de Mestrado, UFMG: 2016.

FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

_____. *The Face of the Third Reich: portraits of the Nazi leadership*. New York: Da Capo Press, 1999.

FILHO, J. G.. O "ofuscar da verdade" na política. Eleuthería, Revista do curso de filosofia (UFMS), v.4, n.7, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/10145>

FRAZÃO, Ana. *O negócio das fake News e suas repercussões*. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/o-negocio-das-fake-news-e-suas-repercussoes-22072020>

HAN, Byung-Chul. *No Enxame*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HARWELL, Drew. *AI will solve Facebook's most vexing problems, Mark Zuckerberg says. Just don't ask when or how*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/the-switch/wp/2018/04/11/ai-will-solve-facebooks-most-vexing-problems-mark-zuckerberg-says-just-dont-ask-when-or-how/>

HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

HERF, Jeffrey. *Inimigo Judeu: Propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto*. São Paulo: EDIPRO, 2014.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

KLEMPERER, Victor. *LTI: A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LYRA, Edgar. *Jornalismo e Retórica na Era das Subjetividades*. Alceu (PUC-RJ), v. 14, 2013, p. 149-161

MORAES, Eduardo Jardim de. *Hannah Arendt, pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

ORWELL, George. *O Que é Facismo?: e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SWIFT, Simon. *Hannah Arendt (Routledge Critical Thinkers)*. New York: Routledge, 2009.

VILLA, Dana (org.). *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. Nova Iorque: Cambridge University press, 2000.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. *Why Arendt Matters*. Yale University Press, 2006.

_____. *For love of the world*. 2ª edição. Estados Unidos: Yale University Press, 2004.